

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

MARA NÚBIA DOS SANTOS

UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL
SOBRE O SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DE COXIM-MS

BRASÍLIA-DF

2023

MARA NÚBIA DOS SANTOS

UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE
PÚBLICA ESTADUAL
SOBRE O SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DE COXIM-MS

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Natalia Noschese Fingermann

BRASÍLIA-DF

2023

SANTOS, Mara Nubia dos

Uma análise dos discursos dos Profissionais da Educação da Rede Pública Estadual sobre o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim-MS. Mara Nubia dos Santos. Brasília-DF. FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.:178

Dissertação. Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientadora: Prof. Dra. Natalia Noschese Fingermann

MARA NÚBIA DOS SANTOS

UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS
DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA
REDE PÚBLICA ESTADUAL SOBRE O
SINDICATO MUNICIPAL DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE
COXIM-MS.

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas,
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Aprovada em

Prof. Dra. Natalia Noschese Fingermann
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Claudiana Nair Pothin Narzetti Costa
UEA

Prof. Dr. Greiner Costa
FLACSO

Prof. Dr. Marcelo Manzano
FLACSO

DEDICATÓRIA

À minha mãe Marluce, pelo amor dedicado e por todas as aprendizagens que possibilitou a me tornar uma mulher forte, guerreira e sobretudo uma mulher que sabe o que quer e onde quer chegar. A você meu respeito, amor e admiração.

Ao meu esposo Alcindo Filho, pelo amor, paciência e cumplicidade que juntos experimentamos em nossa trajetória.

Ao meu filho Nicholas, razão do meu viver, que me faz sentir um amor tão grande que chega doer.

Aos dois amores da minha vida, que juntos compartilhamos uma infância maravilhosa, meus irmãos Batista e Marcos Roberto.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento é quando você é capaz de reconhecer e se encher de alegria, principalmente, quando você se enche de gratidão por ter recebido ajuda dos que acreditam em seu potencial. (Mara Núbria)

Agradeço ao Universo, por ter me conduzindo até aqui, me concedendo foco, persistência, determinação e saúde para alcançar os meus objetivos. Por isso, externo minha eterna gratidão pelo dom da vida e pelas bênçãos derramadas durante a minha caminhada.

Ao meu amado Alcindo Filho, pela paciência, apoio, compreensão, principalmente pela vontade de estar sempre ao meu lado, e ao meu filho Nicholas, pelo carinho e compreensão pela falta de tempo e atenção.

À minha mãe, por nunca ter deixado de acreditar nos meus objetivos e de me apoiar em minhas escolhas.

Estendo minha gratidão ao meu padrasto Paulino Fontoura, por ter entrado em nossas vidas como um pai, pelo seu incentivo e, por junto com minha mãe, me auxiliar no cuidado com o Nicholas em minhas ausências.

Agradeço ao meu irmão Marcos Roberto, pelo incentivo e pela coorientação durante esses dois anos de trabalho árduo.

Estendo esse agradecimento ao professor e amigo Augusto Savedra, que com muita paciência, sabedoria e gentileza me auxiliou na correção de meus textos.

Agradeço minha companheira de trabalho professora Thereza Cristina (Tina), por ter segurado as pontas no trabalho, quando precisei me ausentar.

À Fundação Perseu Abramo (FPA) e à Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), por eu ter a oportunidade de aprender, compartilhar, conhecer e ter aulas com excelentes profissionais.

Em especial gratidão à minha orientadora, prof^a. Dr^a Natalia Noschese Fingermann, pela orientação no decorrer da pesquisa, pelas sugestões, carinho e atenção para que eu pudesse concluir esse estudo.

Aos companheiros(as) da direção do SIMTED/COXIM, direção da FETEMS, em especial ao movimento sindical da educação de Mato Grosso do Sul.

Agradeço a todos que contribuíram de certa forma direta ou indiretamente para esta conquista, permitindo avançar em mais uma etapa acadêmica, profissional e pessoal, pois nesses anos, com muito estudo e dedicação, percebemos que temos grandes dádivas: o convívio entre pessoas, a partilha de alegrias e a troca do maior bem do mundo, o conhecimento.

EPÍGRAFE

As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes que se alojam, na memória (ORLANDI, 2007).

RESUMO

A pesquisa aborda as condições de produção de sentido dos profissionais da educação em relação ao Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED) de Coxim-MS. A pesquisa teve por objetivo analisar os discursos dos profissionais da educação da rede pública estadual no município de Coxim-MS, sobre o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim identificando suas condições de produção e de sentido, bem como, apontar os desafios do movimento sindical da educação na cidade de Coxim, além de realizar o levantamento das legislações nacionais e estaduais sobre a institucionalização dos sindicatos, contextualizar a formação do SIMTED e compreender as formações discursivas dos profissionais da educação, sobre a entidade representativa da classe trabalhadora da educação no município. No estudo com abordagem qualitativa de cunho exploratório, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a entrevista e os questionários semiestruturados, em seguida tais dados foram discutidos com base em uma tentativa de articulação da AD com Análise de Conteúdo ou com metodologias educacionais relativas à teoria da Análise do Discurso Francesa. A pesquisa evidencia que a conquista da legalidade do sindicato é histórica e foi inevitável diante da dimensão que a organização tomou, durante um período perpassado por inúmeras questões demandadas, para a garantia de melhores condições de trabalho. Sinaliza que, ao longo da história, os sindicatos têm adquirido várias faces e maneiras de intervir na realidade. Aponta que existem sindicatos que apresentam suas lutas na perspectiva imposta pelo sistema de acumulação capitalista, e há os que lutam na busca pela emancipação dos trabalhadores, mediante a superação deste sistema de acumulação que beneficia poucos e é regado à exploração de muitos. Mostra que no tempo atual, é possível constatar que a existência do sindicalismo revolucionário, identificado por suas ações que ultrapassam a luta imediata, econômica, e em especial a compreensão da necessidade da luta política para romper com a lógica vigente, tem perdido sua força. O SIMTED busca por meio de suas ações romper com a lógica de exploração dos trabalhadores, além de promover a organização de suas lutas.

Palavras-chave: Relação Capital e Trabalho; Movimento Sindical no Brasil; Educação e a luta sindical; Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim-MS (SIMTED); Análise de Discurso.

ABSTRACT

The research addresses the conditions for the production of meaning by education professionals in relation to the Municipal Union of Workers in Education (SIMTED) in Coxim-MS. The research aimed to analyze the speeches of education professionals from the state public network in the municipality of Coxim-MS, about the Municipal Union of Workers in Education of Coxim, identifying its production and meaning conditions, as well as pointing out the challenges of the movement education union in the city of Coxim, in addition to carrying out a survey of national and state legislation on the institutionalization of unions, contextualizing the formation of SIMTED and understanding the discursive formations of education professionals about the representative entity of the education working class in the municipality. In the study with a qualitative approach of an exploratory nature, interviews and semi-structured questionnaires were used as data collection instruments, then such data were discussed based on an attempt to articulate DA with Content Analysis or with educational methodologies related to theory of French Discourse Analysis. The research shows that the conquest of the union's legality is historical and was inevitable given the dimension that the organization took, during a period permeated by numerous demanded questions, to guarantee better working conditions. It signals that throughout history, unions have acquired various faces and ways of intervening in reality. It points out that there are trade unions that present their struggles in the perspective imposed by the capitalist accumulation system, and there are those that fight in the search for the emancipation of workers, by overcoming this accumulation system that benefits few and waters the exploitation of many. It shows that in the present time, it is possible to verify that the existence of revolutionary syndicalism, identified by its actions that go beyond the immediate, economic struggle, and in particular the understanding of the need for political struggle to break with the current logic, has lost its strength. SIMTED seeks, through its actions, to break with the logic of exploitation of workers, in addition to promoting the organization of their struggles.

Keywords: Capital and Labor Relation; Trade Union Movement in Brazil; Education and the trade union struggle; Municipal Union of Workers in Education of Coxim-MS (SIMTED); Discourse Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAD	Análise Automática do Discurso
ACP	Associação Campo-Grandense de Professores
AD	Análise do Discurso
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADP	Associação Douradense de Professores
ANL	Aliança Nacional Libertadora
APA	Professores de Aquidauana
APC	Associação de Professores de Corumbá
APC	Associação de Professores de Coxim
APMs	Associação de Pais e Mestres
APP	Associação Pontaporanense de Professores
ARE	Agência Regional de Educação
CASSEMS	Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul
CAT	Coordenação Autônoma de Trabalhadores
CEP	Comitê de Ética da Pesquisa
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMT	Confederação Mundial do Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
COB	Confederação Operária Brasileira
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CTB	Central dos Trabalhadores do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FD	Formação Discursiva
FEPROSUL	Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul
FETEMS	Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FPA	Fundação Perseu Abramo
FSM	Federação Sindical Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIPA	Liberdade, integração, professores em ação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MS	Mato Grosso do Sul
MUT	Movimento Unificado dos Trabalhadores
NCST	Nova Central Sindical dos Trabalhadores
NEPP-DH	Núcleo de Estudos de Políticas Pública em Direitos Humanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PC	Partido Comunista
PEE/MS	Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul
PNE	Plano Nacional de Educação
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
PT	Partido dos Trabalhadores
SDS	Social Democracia Sindical
SED	Secretaria de Estado da Educação
SIMTED	Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
USI	União Sindical Independente

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Presidentes desde 1979 a 2022	93
Tabela 2. Dados das eleições do SIMTED COXIM de 1983-1997.....	99
Tabela 3. Dados das eleições do SIMTED COXIM de 1999-2019.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Conquistas do ano 2000	77
Quadro 2. Conquista de 2003	78
Quadro 3. Conquista de 2004.....	78
Quadro 4. Codinomes dos participantes da pesquisa	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Idade dos participantes da pesquisa.....	117
Gráfico 2. Gênero dos participantes da pesquisa.....	118
Gráfico 3. Declaração relativa à cor e à etnia dos entrevistados	119
Gráfico 4. Renda Familiar Mensal.....	120
Gráfico 5. Grau de Instrução	121
Gráfico 6. Função de Atuação	122
Gráfico 7. Situação Funcional	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	20
O MUNDO DO TRABALHO.....	20
1.1 DEFININDO O TRABALHO.....	20
1.2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E O TRABALHO	22
1.3 A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	33
1.4 O CONTEXTO HISTÓRICO QUE PERPASSA A CRIAÇÃO DA OIT	35
CAPÍTULO II.....	41
A LUTA SINDICAL.....	41
2.1 O MOVIMENTO SINDICAL NO MUNDO	42
2.2 O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL.....	55
2.3 O SINDICALISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	67
CAPÍTULO III	70
A SINDICALIZAÇÃO DO SETOR DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	70
3.1 MOVIMENTO SINDICAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	72
CAPÍTULO IV.....	88
O SINDICATO DE COXIM-MS	88
4.1 A CRIAÇÃO DO SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (SIMTED) DE COXIM.....	88
4.2 A PARTICIPAÇÃO SINDICAL EM COXIM-MS	96
CAPÍTULO V	101
A ANÁLISE DO DISCURSO COMO TEORIA NO CONTEXTO DESTA PESQUISA	101
5.1 A ANÁLISE DO DISCURSO.....	102
5.1.1 O Discurso	103
5.1.2 Sujeito que faz o Discurso	106

CAPÍTULO VI.....	108
METODOLOGIA.....	108
6.1 PERCURSO METODOLÓGICO	108
6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	108
6.3 LOCAL DA PESQUISA	109
6.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	110
6.5 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES (POPULAÇÃO-ALVO).....	110
6.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	110
6.7 CRITÉRIOS ÉTICOS	110
6.8 INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS	111
6.8.1 Questionário	111
6.8.2 Entrevistas	112
6.9 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS	112
6.10 ETAPAS DA PESQUISA	114
CAPÍTULO VII.....	116
ANÁLISE DOS DADOS	116
7.1 O SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE COXIM-MS	116
7.2 OS DADOS E A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS	116
7.2.1 Filiados Convocados	126
7.2.2 Filiados Efetivos Ativos	131
7.2.3 Filiados Aposentados.....	134
7.2.4 Aposentados não filiados.....	137
7.2.5 Convocados não filiados.....	141
7.2.6 Efetivos Ativos não filiados	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICES	170
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS	171
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	174

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática em questão relaciona-se com a minha vivência, experiência e atuação no Movimento Sindical. Ao me colocar à disposição para buscar por pesquisas que analisam o Sindicalismo Docente e a atuação do Movimento Sindical, e da sociedade no processo de elaboração, de implementação e de materialização das políticas educacionais, foi possível perceber a existência de algumas pesquisas no estado de Mato Grosso do Sul sobre Sindicalismo Docente, e a atuação do Movimento Sindical na materialização das políticas educacionais e de valorização dos profissionais da educação, contudo dada a relevância da temática, pode-se afirmar que são poucas as produções em nível de pesquisas *strictu sensu*.

O sindicalismo surgiu no Brasil no final do século XIX, paralelamente ao desenvolvimento industrial no país, e passou por distintas fases da história nacional. Durante a República Velha, o anarcossindicalismo; a fase trabalhista, no período da ditadura militar; e o novo sindicalismo, durante a redemocratização. Atualmente, o sindicalismo tem sofrido ataques de ordem econômica, política, estrutural e social.

Neste estudo, foram analisados os discursos que circulam, entre os trabalhadores em educação, sobre o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação da rede pública estadual de Coxim-MS (SIMTED-COXIM), relacionados ao movimento sindical e sua atuação como entidade de classe, sejam esses trabalhadores sindicalizados ou não.

Esse tema é uma polêmica muito atual devido à polarização de que o movimento sindical está diretamente ligado a um determinado partido político, essa polarização é a causadora de alguns entraves de opiniões, quando se trata do papel, da luta e da representação sindical em defesa dos direitos dos trabalhadores. Razão pela qual, tornou-se relevante fazer uma investigação científica detalhada, de forma que possibilitou identificar as formações discursivas dos trabalhadores em educação, tendo em vista que a premissa básica do movimento sindical está pautada em defender os interesses de classes, direitos profissionais e sua cidadania.

Tendo em vista que a pesquisa parte da articulação, ou de uma tentativa de articulação da AD com Análise de Conteúdo ou com metodologias educacionais, a pesquisa abordou os discursos dos profissionais em educação da rede pública estadual do município relacionado à entidade. Além disso, será abordada a Análise do Discurso da chamada Escola Francesa (AD), no qual Mussalim (2003) pondera que os sujeitos estão arraigados em uma ideologia que determina o que podem fazer ou dizer em diferentes contextos históricos-sociais. Assim, a reflexão sobre AD, nesse contexto, desenvolve-se a partir da discussão de conceitos básicos de sujeito, formação discursiva, efeitos de sentido e ideologia. Logo, a ideia apresentada pela AD

Francesca entende que o discurso não é apenas um meio de transmitir e receber informações, mas é por meio desse processo que o locutor e o interlocutor se integram como sujeitos e produzem sentidos.

A pesquisa em tela teve como objeto de estudo os discursos e seus efeitos e sentidos produzidos pelos profissionais, em educação da rede pública estadual de Coxim-MS, sobre o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED-COXIM).

O processo reflexivo desenvolvido para a realização da pesquisa partiu da seguinte questão: Tendo em vista que nos últimos anos tem tomado grande proporção no contexto brasileiro uma formação discursiva, que se apresenta contrária aos sindicatos e seus papéis na luta pela classe trabalhadora. Diante desse cenário, temos como base de estudo a Análise do Discurso Francesa, sobre a multiplicidade desses discursos que circulam entre os profissionais da educação para entender: Quais os discursos e efeitos sentidos sobre o SIMTED-COXIM são produzidos pelos profissionais da educação da rede pública estadual no município?

Participaram da pesquisa 12 (doze) profissionais da educação, sendo 02 (dois) agentes de limpeza e 10 (dez) professores. Os profissionais em questão, referem-se àqueles que se preuseram a participar mediante convite formal via e-mail realizado pela pesquisadora a todos os servidores sindicalizados.

O estudo aborda as condições de produção do discurso dos profissionais da educação com relação ao Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim-MS. Visto que, há vários sentidos produzidos sobre os sindicatos que podem ser motivados pelas influências de diversos fatores e que podem ser detectados nesses discursos através deste estudo.

Conforme mencionado anteriormente, a escolha da temática foi motivada, primeiro, pelo fato da pesquisadora ser uma trabalhadora da Educação, profissional de Letras, e, em segundo lugar, pelo envolvimento da pesquisadora nos movimentos sindicais no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como na presidência do SIMTED-COXIM. A expectativa é de que esta pesquisa contribua na compreensão quanto aos meios que possibilitam a multiplicidade desses discursos constituídos entre os profissionais da educação, e servir como inspiração e fonte para que possam surgir novas pesquisas relacionadas aos movimentos sindicais com enfoque na Análise do Discurso Francesa e suas contribuições para o conhecimento do homem, partindo de conceitos importantes: sujeito, discurso e ideologia.

Para realizar o processo reflexivo relativo à temática, foi necessário revisitar a história relativa ao início dos movimentos sociais no Brasil até a consolidação dos sindicatos, como entidade representativa de classe, e a luta dos trabalhadores em educação no Brasil. Dessa

forma, será possível contextualizar o SIMTED-COXIM como representante da categoria da educação do município de Coxim-MS.

A trajetória histórica da organização sindical, segundo Dias (2014), está relacionada ao contexto da Revolução Industrial e da consolidação do capitalismo no final do século XVIII, na Europa. O impacto das transformações nas áreas econômicas, tecnológicas e sociais na Europa e no mundo não afetou apenas a burguesia, alterou, consideravelmente, as relações de trabalho, sobretudo, a polarização de uma sociedade dividida em duas classes antagônicas: os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora. Período este marcado pelas péssimas condições de vida e da exploração da mão de obra dos trabalhadores.

Foi no contexto supracitado, que surgiram os sindicatos, fruto da união dos trabalhadores contra a dominação do capital e do despotismo, tornando-se organizações essenciais para o progresso das lutas operárias. A percepção de Antunes é a de que:

Os sindicatos são, portanto, associações criadas pelos operários para sua segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer. (ANTUNES, 1991, p. 13).

Nessa perspectiva, os sindicatos baseiam sua atuação nas lutas diárias da classe operária, tornando-se a principal organização representativa dos interesses coletivos dos trabalhadores, com o objetivo de promover sua liberdade econômica, social e política.

Em conformidade com o pensamento de Monlevade (2014), a organização sindical da educação no Brasil aconteceu tardiamente pelo fato da grande dispersão geográfica de professores, pelas relações clientelísticas e, principalmente, pelo longo período de catequização desenvolvido pelos padres jesuítas. Assim, as primeiras associações foram originadas a partir da proletarianização do magistério e pela desvalorização dos salários. A luta dos trabalhadores por seus direitos possibilitou, de maneira mais democrática, a criação de entidades representativas, como é o caso do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim, Mato Grosso do Sul.

Diante do exposto, a consolidação do SIMTED-COXIM é o resultado de um período histórico caracterizado pelo Estado de exceção, a ditadura militar, o golpe de 1964 e pelos movimentos de grande contestação de vários setores da sociedade, inclusive a dos trabalhadores em educação, que na impossibilidade de livre sindicalização as categorias se organizavam em associações.

O sindicato se apresenta como uma entidade representativa de trabalhadores que são interpelados por diversas formações ideológicas e discursivas. Por isso, é necessário lançar mão da Teoria da Análise de Discurso (AD) da Escola Francesa para compreender como esses discursos são formados e entram em circulação. A Análise do Discurso teve suas bases ancoradas no cenário da intelectualidade francesa, na década de 1960, mais especificamente em 1969, com a publicação de Michel Pêcheux intitulada *Análise Automática do Discurso* (AAD).

A reflexão sobre a Análise do Discurso (AD) realizada neste estudo, parte dos conceitos-chave de sujeito, formação discursiva, efeito de sentido e ideologia. Dessa forma, foi provocado um diálogo com os profissionais da educação do município de Coxim, com a finalidade de identificar os sentidos produzidos por esses trabalhadores em relação ao SIMTED-COXIM.

Partimos da ideia de que o discurso não surge de forma arbitrária, sendo o interdiscurso o responsável para a distribuição de dizeres entre as Formações Discursivas (FDs), pois é através do interdiscurso que é possível identificar o funcionamento discursivo em um determinado grupo social, de tal forma que podem ser revestidas em diferentes sentidos.

Nesse aspecto, o discurso está ligado às relações ideológicas, que por sua vez são materializadas nas formações discursivas, evidenciadas através da língua. (ALTHUSSER, 1980). A ideologia está relacionada à existência concreta, pois ela direciona as ações e os posicionamentos dos indivíduos partindo do que acreditam, ou seja, concebida pelos conflitos e pelas relações de aliança ou de dominação. Forças estas caracterizadas pela representação de diversos grupos sociais, constituídos por diferentes práticas, ritos, gestos, culturas e linguagens.

Fica evidente que a língua, o discurso e a ideologia estão interligados, não se constroem isoladamente, mas na relação com os outros, e ganham sentido de acordo com as ideologias interpeladas, que para Pêcheux (2011, p. 73) “[...] não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também, sobretudo, das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que essas construções determinam a significação em que as palavras terão.” Dependendo das posições que cada indivíduo assume, as palavras variam e os sentidos sofrem alterações de uma formação discursiva para outra.

A fim de contextualizar o desafio e o desenvolvimento das novas formas de trabalho decorrentes da Revolução Industrial, do aparato tecnológico, do sistema econômico capitalista, dos conflitos sociais entre operários e burgueses, até a da consolidação das instituições sindicais, este estudo tem por objetivo analisar os discursos dos profissionais da educação sobre o sindicato, identificando suas condições de produção e os sentidos.

O texto dissertativo encontra-se organizado em sete capítulos, sendo que o primeiro apresenta o mundo do trabalho, mediante definição do conceito, o desenvolvimento do capitalismo no contexto do trabalho, a criação da Organização Internacional do Trabalho e o contexto histórico que motiva tal criação.

O segundo capítulo evidencia a luta sindical, via contexto histórico mundial, brasileiro e no Estado de Mato Grosso do Sul. O terceiro capítulo destaca a sindicalização do setor educacional no Brasil, de forma a focar no movimento sindical dos profissionais da educação no Estado de Mato Grosso do Sul. O quarto capítulo discute a realidade sindical no município de Coxim-MS, de forma a historicizar a criação do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED) de Coxim, bem como a participação sindical em Coxim-MS.

O quinto capítulo trata da Análise do Discurso na perspectiva da teoria, no contexto da pesquisa, apresentando os atores sociais participantes da pesquisa, na perspectiva do enunciado e do enunciador. O sexto capítulo refere-se ao percurso metodológico e suas especificidades, de forma a apresentar a caracterização, o *locus* da pesquisa, os participantes e sua descrição, os critérios de participação, de exclusão e éticos, os instrumentos de coleta e a análise dos dados, e as etapas da pesquisa.

O sétimo capítulo evidencia a análise dos dados, mediante o cenário que perpassa o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Estadual de Coxim-MS, e a percepção dos entrevistados. Por fim, com a mesma importância dos demais capítulos, apresentamos as considerações finais para este estudo, esperando contribuir para com a discussão relativa ao sindicalismo e a sua relevância na garantia de condições de trabalho e de direitos.

CAPÍTULO I

O MUNDO DO TRABALHO

O trabalho permanece como referência dominante não somente economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o tem (CASTEL, 1998).

1.1 DEFININDO O TRABALHO

Historicamente, o trabalho se apresenta como determinante e de fundamental importância no processo de formação das sociedades, na perspectiva de uma possibilidade utilizada pelo homem para a construção do seu ambiente e de si mesmo. Nesta direção, mediante o processo de reorganização política, econômica e social, ocorrido na Idade Contemporânea e, em especial, no decorrer do século XX, o trabalho consiste em uma categoria essencial para a construção da identidade do sujeito, se apresentando como um elemento estruturante para a sociedade e para o indivíduo (BORGES; YAMAMOTO, 2004).

A compreensão de Marx (1989, p. 211) é a de que, “[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. Para o autor, o trabalho consiste em uma ação deliberada sobre a natureza, marcada na perspectiva de um processo de abstração, formulação de conceitos e construção de objetos, se diferenciando de maneira radical das ações desenvolvidas por outros animais, uma vez que estes o fazem de maneira instintiva e mecânica.

Marx chama a atenção para o fato de que é no tipo do trabalho que se encontra todo caráter de uma espécie, o “seu caráter genérico, e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (MARX, 2001, p. 156). Significa que, a vida genérica do homem refere-se à sua vida produtiva, em que tanto o ato do trabalho quanto o produto da ação são definidos em conformidade com sua consciência e desejo.

Neste sentido, podemos inferir que o cerne humano consiste no trabalho livre e consciente, que aprova o homem como ser humano, que o faz capaz de reconhecer seus semelhantes como seu próprio ser e viver plenamente na perspectiva de um ser social (MARX, 2001).

Neves e Siqueira (2006) explicam que em se tratando da forma pela qual se dá a organização da vida no contexto social, o trabalho se apresenta mediante duas características, a saber: simples e complexo. Ambos os conceitos de trabalho são desenvolvidos por Karl Marx,

no volume 1 do livro “O Capital” e partem da ideia de que o trabalho é inerente à vida humana, constitutivo de qualquer modelo de sociedade, uma vez que as duas formas de trabalho têm sua natureza construída historicamente, em conformidade com a particularidade de cada formação social sólida e do estágio da divisão social do trabalho praticado pelas sociedades em seus contíguos.

Diante do exposto, o trabalho simples possui natureza indiferenciada, via consumo da força de trabalho, em que “todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo” (MARX, 1989, p. 51), ao passo em que o trabalho complexo é de natureza especializada, demandando, por essa razão, maior gasto de tempo de formação por parte da pessoa que irá desenvolvê-lo.

As tramas que perpassam a dinâmica do mundo e do mercado de trabalho nos permitem estabelecer algumas perspectivas de análises, que se interligam no sentido de evidenciar não só certa cronologia, como também a evolução das ações e interpretações humanas, em relação ao desenvolvimento da ciência, de forma a possibilitar-nos conhecê-la conceitualmente e fazer uso de diferentes óculos para poder interpretá-la. Assim como o trabalho, a ciência é um produto da atividade humana inserida em um contexto e, sendo assim, implica em um complexo sistema social: meios de produção, relações de produção, circuitos de circulação e consumo, mecanismos de manutenção e mudança.

Partindo da ideia de que o trabalho se encontra na base de toda sociedade, estabelecendo maneiras de relações entre as pessoas e classes sociais, ele possibilita a criação de relações de poder e propriedade, de forma a determinar o ritmo da vida não só do trabalhador como da sociedade como um todo.

Nessa direção, importante se faz refletirmos sobre as “concepções e historicidade do trabalho humano no contexto brasileiro, evidenciando e discutindo-o enquanto um dos focos fundamentais da vida do indivíduo e em qualquer tipo de sociedade, sem, no entanto, deixar de questionar a finalidade do trabalho” (STERING, 2015, p. 63), de forma a situá-lo na perspectiva de um mecanismo de geração de direitos do trabalhador, categoria central no processo contemporâneo de luta.

O capítulo em tela tem por objetivo evidenciar o mundo do trabalho em uma perspectiva ampla, e a fim de alcançar tal intento encontra-se dividido em duas partes. A primeira apresenta o desenvolvimento do capitalismo e a sua influência no âmbito do trabalho. A segunda evidencia a criação da Organização Internacional do Trabalho e as tramas que perpassaram tal processo.

1.2 O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E O TRABALHO

O cenário que perpassa o mundo e o mercado de trabalho na atualidade evidencia que

[...] a exploração da força de trabalho humana, propiciada pela necessidade da sobrevivência, característica inerente ao modo de produção desenvolvido pelo sistema capitalista, constitui uma das formas de opressão, [...], que termina por converter o homem em coisa/objeto, em ser acrítico e não pensante, desumanizando-o. (STERING, 2015, p. 20).

A relação entre o capitalismo e o trabalho se apresenta de forma perversa, em que a lógica é a da exploração do homem pelo homem, sem considerar o aspecto relativo à realização do homem no desenvolvimento do trabalho, lógica que perpassa a dimensão do mundo do trabalho.

Importante se faz destacar que “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho”, da mesma forma, “também seus habitantes não se chamam mais “sujeitos da obediência”, mas sujeitos de desempenho e produção” (HAN, 2015, p. 14). Ou seja, na visão de Han (2015) o processo de exploração muda de foco.

Assim,

O sujeito de desempenho está livre da instância externa de domínio que o obriga a trabalhar ou que poderia explorá-lo. É senhor e soberano de si mesmo. Assim, não está submisso a ninguém ou está submisso apenas a si mesmo. (HAN, 2015, p. 17).

Fica evidente na perspectiva de Han (2015), que na atualidade, em se tratando da dimensão do trabalho, o explorador é ao mesmo tempo o explorado. Ou seja, o agressor e a vítima não podem mais ser distinguidos.

Fisher (2020) na obra denominada “Realismo Capitalista: é mais fácil o fim do mundo do que o fim do capitalismo” destaca que o capitalismo, na perspectiva de um sistema produtivo e econômico, é intransponível. Nesta direção, na atualidade, as pessoas possuem cada vez mais a sensação de que o trabalho se apodera dos espaços domésticos, assim como possuem uma percepção pessoal deficitária de rendimento, perspectiva comprovada muito recentemente com a pandemia da Covid-19.

Standing (2014), ao visualizar o cenário relativo ao trabalho em uma perspectiva mundial, identifica a emergência de uma classe social intermediária, em nível mundial, que ele denominou precariado. Diferente do conceito de proletariado, cunhado por Marx e Engels no

Manifesto do Partido Comunista, em 1848, na perspectiva de uma classe revolucionária, o precariado refere-se mais à dimensão dos valores sociais e morais relativos à burguesia. Nesta direção, a origem do termo precariado reside nos estudos sociológicos referentes à década de 1980, cuja descrição sinônima se traduz em ‘trabalhadores temporários’ ou ‘sazonais’. Standing (2014) chama a atenção para o fato de que os contratos de empregos temporários não podem ser visualizados como trabalho temporário. Tal perspectiva pode ser observada a seguir, tendo em vista que uma das marcas do precariado

[...] não é o nível de salários em dinheiro ou de rendas auferidas em qualquer momento específico, mas a falta de apoio da comunidade em momentos de necessidade, a falta de benefícios assegurados da empresa ou do Estado e a falta de benefícios privados para complementar ganhos em dinheiro (STANDING, 2014, p. 30).

É possível constatar que o precariado, nesta direção, na visão do autor, não tem a ver com o mesmo status dos proletários clássicos e muito menos em relação aos assalariados da classe média. O precariado encontra-se inserido em ações de trabalho degradantes, como são os casos dos *call centers*, assim como em estágios mal remunerados em médias e grandes empresas, determinados pelo ‘curto prazismo’, sem qualquer possibilidade de construção de uma carreira profissional, atividades mortificadoras de subempregabilidade que têm ocasionado o aumento significativo de suicídios e doenças psicossociais em diferentes partes do mundo.

Fígaro (2008) esclarece que:

Mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um mundo que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la. (FIGARO, 2008, p. 3).

Historicamente, a partir de 1848 é que se observa no cenário mundial as ações dos movimentos de defesa do trabalhador. É nesta ocasião que Karl Marx e Friedrich Engels escrevem o Manifesto Comunista, escrito que pode ser considerado gênese do comunismo e do socialismo. O movimento em questão nasce com o objetivo de pensar sobre as contradições do sistema econômico capitalista, que consiste na principal causa da desigualdade social entre as classes e pela opressão do trabalhador, que se vê obrigado a trabalhar em más condições para produzir bens e instrumentos que nem sempre poderão usufruir.

A concepção Hegeliana visualiza o trabalho na perspectiva de uma relação característica entre homens e objetos, em que as dimensões subjetivas e objetivas, assim como questões particulares e gerais se articulam e materializam por meio de instrumentos de trabalho, que agem na perspectiva de intermediários entre o homem e a natureza. Ou seja, Hegel (apud CARVALHO JÚNIOR, 1994) compreende que o trabalho se integra ao processo de transformação de maneira que quase se confunde, tendo em vista que, mediante o que produz, o homem se reconhece e é reconhecido, da mesma forma em que é revelado ao homem a relação social que perpassa a sua produção. Podemos inferir, portanto, que é por meio do uso dos instrumentos de trabalho, que se estabelece a relação dos homens com seus pares e necessariamente com a natureza.

Marx (1989), por sua vez, compreende que o homem se apresenta como primeiro ser com capacidade para conquistar certa liberdade de movimentos em face da natureza. Em contrapartida, por meio dos instintos e das forças naturais em geral, a natureza indica aos animais o comportamento que eles carecem de desenvolver para sobreviver. Contudo, o homem, via trabalho, domina em parte as forças da natureza, utilizando-as a seu serviço.

Marx (1989) compreende que a essência do ser humano reside no trabalho, tendo em vista que através dele o homem modifica a natureza; significa que é trabalhando que o homem se relaciona com seus pares, edifica seus instrumentos de trabalho, elabora obras de artes, cunha instituições sociais, crenças religiosas, hábitos diferentes, modos de vida particulares, e adquirem novas potencialidades e capacidades, na perspectiva da vida em sociedade.

Ou seja, na prática, o que os homens produzem consiste no que eles são. Pode-se afirmar, portanto, que o homem consiste no que ele faz, e a natureza das pessoas depende necessariamente das condições materiais e da forma como elas se relacionam no âmbito social em relação ao processo de produção, de forma a definir sua atividade produtiva e o tipo de sociedade que irá construir. (MARX, 1989).

Marx (1989) entende que o trabalho consiste no elemento que media a relação existente entre o homem e a natureza, que se apresenta na perspectiva da expressão da vida humana. Ou seja, é via trabalho que o homem transforma a relação com o meio, uma vez que “é o esforço do homem para regular seu metabolismo com a tão rica natureza” (MARX, 1989, p. 231).

Neste sentido, o homem quando transforma a natureza, ele na mesma medida transforma a si mesmo, tendo em vista que tal processo diz respeito à realização de um trabalho materializado que define valor de uso, para o qual fornecem informações basilares, a saber: o

trabalho em si, seu objeto que é por excelência a matéria bruta provida pela natureza; e o meio de trabalho, na perspectiva dos instrumentos que se utiliza para produzir algo.

Fica evidente que “o trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens” (IAMAMOTO, 2001, p. 60). Neste sentido, as dimensões que perpassam o desenvolvimento do labor se apresentam como sendo elementos que tornam de fundamental importância todo e qualquer processo de trabalho, de maneira a tornar tal prática como um elemento essencial na vida de todo homem, a fim de que este possa prover suas necessidades e, ao mesmo tempo, se constituindo como artifício que atribui dignidade ao homem no meio em que ele se encontra inserido, como parte que integra as estruturas socioeconômica, cultural, entre outras.

Diante do exposto, homem e natureza possuem a mesma relevância no processo em que o ser humano, mediante ação pessoal, estimula, adequa e controla o intercâmbio material com a natureza e entre seus pares. Contudo, faz-se importante lembrar que o processo de trabalho objetiva também atender às demandas da sociedade, por meio de mercadorias e serviços.

Na mesma direção, é de fundamental importância esclarecer que o trabalho humano tem característica peculiar e se difere em boa medida do labor animal, tendo em vista que os animais igualmente trabalham e produzem, no entanto, o fazem exclusivamente a fim de suprir suas necessidades práticas imediatas, cobranças materiais diretas próprias ou de seus filhotes; deste modo, não podem ser livres ao trabalhar, tendo em vista que sua ação é definida somente via instinto ou pela experiência restringida que adquirem. Ao passo em que em relação ao homem, o que acontece é diferente. Ou seja, este possui capacidade de planejar uma ação antes de desenvolvê-la de forma consciente.

Marx (1984, p. 202) declara que: “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha, é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”, isto é, a qualidade de definir maneiras diferentes que permitem o alcance de seu objetivo. Nesta direção, a capacidade de projetar, aliada à visão antecipada do produto, se apresenta na perspectiva de dimensões que transformam o trabalho do homem necessariamente humano; o que significa que o homem, ao tomar parte de dado processo produtivo, tem clareza de qual será o seu produto final, tendo em vista que todo processo de produção, que seja perpassado de intenção, tem como foco o consumo e as necessidades demandadas por um dado grupo social, que, portanto, é projetado e planejado de forma antecipada.

O trabalho humano é diferente do trabalho dos animais, pelo fato de que o homem, de acordo com suas possibilidades, modifica a natureza e, para aumentar o seu poder sobre ela, faz

uso de aparelhos e acrescenta elementos artificiais de ação aos meios naturais de seu organismo, de forma a multiplicar de forma extraordinária a capacidade do trabalho do homem no sentido de transformar o próprio homem. Marx chama a atenção para a realidade que perpassa o desenvolvimento gradativo do trabalho, no que promove a evolução humana e a importância de satisfazer suas necessidades no meio no qual está inserido.

Neste sentido, ao longo do tempo, assim como no tempo atual, o trabalho e suas relações em função da dinâmica da realidade passam por mudanças significativas que decorrem, em boa medida, das mudanças que envolvem a economia e o modo da produção, estabelecendo, assim, uma nova cultura.

É possível constatar que o mundo do trabalho é clivado por inúmeras modificações e em distintos campos, que dizem respeito às tecnologias, organizações, estruturas e/ou conjunturas. Fica evidente certa dinâmica que, na visão de Antunes (1999), provoca por um lado a denominada desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, em especial nos chamados países de capitalismo avançado, o que, na prática, proclama uma diminuição crescente da classe operária, ao mesmo tempo em que se materializa a terceirização do trabalho com base na absorção do assalariamento no setor de serviço.

Outra questão que merece destaque, diz respeito ao fato de que, a cada dia que passa, a mulher conquista espaço no mundo e no mercado de trabalho de maneira a requalificar sua composição, atribuindo-lhe contornos de significativa heterogeneidade. Na mesma proporção consolida-se a subproletarização do trabalho, redimensionando aumentados contingentes em direção a sua precarização. (ANTUNES, 2015). Surgem dessa condição de constrangimento social a intensificação do trabalho parcial, subcontratado e informal, que exacerba ainda mais as incongruências socioeconômicas da sociedade.

Tomando como referência a 3ª e a 4ª Revolução Industrial, fica evidente, desta forma, a fragmentação do trabalho, comprometendo o trabalhador, tendo em vista que a insegurança que abarca o mundo e o trabalho evita a extensão do desenvolvimento sustentado e durável, acrescentando a inconstância de convívio em uma sociedade em que a sociabilidade tem como referência o trabalho, já que é através dele que o ser humano busca suprir com suas necessidades, e se realizar, nas perspectivas pessoais e profissionais. Importante se faz destacar que o pensamento de Marx está ligado à primeira Revolução Industrial.

Nesta direção, diante da dinâmica da realidade, tendo em vista o mundo moderno, visualiza-se um panorama propagado pela reunião de ocorrências simultâneas que tem por base, em sua essência, as transformações no modo de produção capitalista, e que sinaliza para

desenvolvimentos distinguidos e negociáveis no que se refere aos processos produtivos, por meio de maneiras diferentes de contratação e de constituição do mercado de trabalho.

Tal perspectiva à percepção de Antunes é reafirmada por Antunes (1999, p. 193): ao declarar que “[...] ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar diretamente um crescimento da capacidade humana, pode também nesse processo, sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras).”

No que concerne ao âmbito do direito, Clara (2016) destaca que,

Com a Revolução Industrial que ocorreu na Inglaterra, no século XVIII, os trabalhadores eram submetidos a longas jornadas de trabalho, em condições insalubres e desumanas. No entanto, é apenas no século XIX que começam a surgir os movimentos sociais que reivindicavam a melhoria das condições trabalhistas. (CLARA, 2016, p. 105).

Ao visualizarmos o contexto histórico pelo qual o trabalho encontra-se inserido, é possível constatar que dentre as mudanças mais significativas, ocasionadas pela revolução tecnológica, dizem respeito à troca do modelo fordista de produção pelos modelos toyotista e taylorista, posteriormente, cuja referência consistia na produção em massa, mediante linha de montagem de produtos mais homogêneos, em que o cronômetro era um mecanismo usado a fim de realizar o controle do tempo e dos movimentos ao longo do processo produtivo.

Ao realizarmos uma volta ao tempo, é possível conhecer um pouco do Brasil no período denominado “Tempo das Certezas” (COSTA; SCHWARCZ, 2000), tendo como destaque principal as inovações que incluem, dentre outras invenções, a eletricidade, a telefonia, os bondes, os automóveis, o cinema etc., produtos do desenvolvimento científico e tecnológico, e introduzidos no Brasil, sobretudo no eixo Rio-São Paulo, ao longo do período relativo aos séculos XIX e XX.

Costa e Schwarcz (2000) nos levam a perceber as muitas e significativas transformações ocasionadas pelas inovações na vida das pessoas, em seus costumes, sensibilidades e concepções estéticas, de forma a tornar visíveis muitos dos aspectos característicos do século XX.

Com o passar do tempo, o *Modus Operandi* do Fordismo sai de cena para abrir espaço a um modelo flexível, com capacidade para um novo conceito produtivo de resposta imediata às oscilações cotidianas e habituais do mercado.

Como consequência, a nova situação permitiu que o desemprego passasse a existir em larga escala, de forma a atingir o contexto sociopolítico e econômico do sistema em vigor, refletindo de forma negativa na qualidade de vida dos trabalhadores, submergindo o universo

fábrica e, como consequência, o mundo de várias pessoas que desenvolviam atividades laborais em diferentes áreas do trabalho, de maneira em que aos poucos o homem fosse trocado pelo recurso automático das máquinas, transformando-o somente em um acessório de segundo plano, no que diz respeito ao processo produtivo. Revitalizando, desta forma, o exército industrial de reserva, de maneira a dar origem a novos padrões produtivos de alto nível tecnológico e organizacional, denominado por Mattoso (1999) de terceira Revolução Industrial. Esta realidade é perpassada pela descentralização produtiva, em que se trocam as extensas unidades produtivas fixas por uma rede de pequenas unidades.

Durante a fase de transição da economia mundial, o trabalho, em seu sentido primeiro, relativo à era primitiva, que diz respeito à colheita, caça e pesca, relativo ao período industrial, ou mesmo pós-industrial – atravessou várias e significativas transformações, que impediam a visualização antecipada dos rumos futuros do mundo do trabalho. Contudo, é possível afirmar, tendo em vista todas as modificações que o trabalho experimenta, independente da forma pela qual o trabalho é organizado em nossa sociedade, que as relações de produção serão contínuas, pelo fato de que o trabalho é inerente à vida humana, portanto, é próprio do homem, e se traduz na perspectiva de um estatuto de conduta da vida social do ser humano.

Diante do exposto, em função da falta de domínio em relação às circunstâncias de trabalho, este, na atualidade, apresenta-se de maneira incerta, delicada e casual, por meio de situações instáveis, via práticas de “biscates”, por ocupações eventuais, dentre outras. É possível constatar diariamente trabalhadores sem definição de uma profissão, sem qualificação, com disposição para, em todo o tempo, desenvolver qualquer ação laboral que se apresente, como possibilidade de geração de renda, sem a menor garantia de sobrevivência digna. As alterações na essência do mundo do trabalho permanecem se avivando ao longo do século XXI, via proeminência de diferentes formas de abuso, opressão e precarização das relações trabalhistas que perpassam o mercado de trabalho.

Na atualidade, em conformidade com as ideias de Marx (1984), o trabalho assume peculiaridades díspares das até então idealizadas: constata-se a existência de homens que produzem os bens materiais, alguns indispensáveis a sua própria existência, mas que não se satisfazem como seres humanos na ação que desenvolvem, o que nos leva a inferir que, no sistema capitalista, o trabalhador produz bens dos quais ele não tem acesso, e cujo destino, após o processo de produção, foge ao seu controle.

Pode-se perceber que o conceito de trabalho passa por modificações em suas formas mais características, não apenas em função da dimensão histórica, como na mesma medida no

espaço, tendo em vista que cada cultura ou grupo social constrói e estampa atributos únicos e próprios ao seu modo de ver e, respectivamente, de viver o trabalho, de acordo com suas particularidades.

Uma vez que o ato transformador não se dá de forma solitária, mas em sociedade, tendo em vista que os homens, ao entrarem em contato a fim de determinar sua existência, constroem comportamentos sociais, a fim de atender às reais demandas do grupo. Razão pela qual, a condição humana não oferece qualidades comuns e incompletas, pois estas se modificam, e assim o fazem para solucionar questões diversas, oportunidades em que os homens enfrentam socialmente, aos desafios diários, para dar continuidade à sua existência. Assim, o trabalho se apresenta como sendo o centro e essência da sociabilidade humana, já que somente o trabalho dignifica o homem e o insere como parte constitutiva de sua história e cultura.

Com o advento da Revolução Industrial, termo cunhado na década de 1820, desencadeou a passagem do poder de produção das mãos dos homens para as máquinas, tendo em vista que estas se apresentavam como sendo mais precisas, baratas e rápidas, e eram capazes de acelerar a produção de mercadorias, serviços e a força de trabalho dos homens.

Pode-se considerar que a década de 1780 consiste no ponto de partida para a Revolução Industrial, uma vez que foi o período em que os índices estatísticos de produção apresentaram seus primeiros saltos significativos. Tendo em vista que esse ponto de ‘partida’ se estendeu até 1800, a Revolução Industrial foi considerada como uma revolução econômica, enquanto a revolução francesa, contemporânea, foi considerada política.

Cotrim (2005) visualiza que as transformações econômicas e sociais aconteceram em diferentes etapas da Revolução Industrial, sendo a 1ª Etapa via do século XVIII: 1760-1860; a 2ª Etapa: século XVIII/XIX: 1860-1900 e, por fim, a 3ª Etapa: século XIX/XXI: 1900-2003.

A 1ª Revolução Industrial consistiu em um marco, que teve início na Inglaterra, na perspectiva de um movimento político, econômico, social e cultural. Ao longo deste período, aconteceu o desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão, mediante o uso do tear mecânico. A seguir, neste mesmo período (tempo que abarca 1760 até 1860) deu-se a implantação do aperfeiçoamento das máquinas a vapor, que teve significativa relevância para o processo das fábricas.

Cavalcante e Silva (2011) mencionam que as transformações ocorridas, em especial na indústria têxtil, possibilitaram à Inglaterra certa vantagem no que diz respeito ao comércio mundial dos tecidos de algodão, a partir de 1780, tendo em vista que à época, o tecido custava pouco e podia ser adquirido por um número grandioso de pessoas que, até então, não podiam

ter o privilégio de contar com o conforto de usar roupas leves e de qualidade. Para se ter ideia, no ano de 1760, a Inglaterra exportava 250 mil libras esterlinas de tecidos de algodão e, em 1860, chegara ao número de mais de 5 milhões em exportação de algodão. Em uma perspectiva crescente, em 1760, a Inglaterra importava 2,5 milhões de libras-peso de algodão cru, sendo que em 1787 importava 366 milhões.

Ainda, Cotrim (2005) destaca que o método de produção à época, consistia na manufatura doméstica, em que o burguês, proprietário da matéria-prima, no caso o algodão, contratava o serviço de tecelões independentes. Tais tecelões eram donos dos seus próprios equipamentos de trabalho, que produziam os tecidos a serem comercializados.

Pode-se afirmar, portanto, que a Inglaterra foi à precursora na Revolução Industrial, tendo em vista a significativa quantidade de capital reunido na Revolução Comercial, em função de sua hegemonia naval e das numerosas jazidas de ferro e de carvão. Da mesma forma, a existência de uma quantidade grandiosa de mão de obra barata, advinda do fato de as pessoas que viviam marginalizadas nas cidades, mediante a inexistência de condições mínimas em relação à moradia e higiene, em função do êxodo rural crescente ocasionado pelo cerceamento, uma legislação que possibilitava à burguesia que se desenvolvesse nas áreas rurais, ou que esta pudesse empregar na cidade os camponeses que não tinham mais utilidade no campo.

Também a existência de uma política voltada para o lucro, com foco na construção de uma extensa frota mercante e na melhoria das estradas, objetivando melhorar a comunicação e o escoamento de produção, colaborou com o processo de desenvolvimento e ascensão da Inglaterra. O pensamento da época consistia em comprar no mercado mais barato a fim de poder vender mais caro.

A falta de trabalho no campo, a legislação vigente à época, dentre outras questões que beneficiavam os empresários, se apresentavam como a motivação para a crescente migração de ex-camponeses, e para estes se tornarem operários nas indústrias manufatureiras. Tal fato deve-se à modernização dos meios de produção agrícolas que levou muitas pessoas ao desemprego.

Hobsbawm (1977) destaca que a segunda Revolução Industrial se espalhou por diferentes países da Europa Ocidental e Oriental, a saber: Bélgica, França, Alemanha, Itália e Rússia. Chegou a outros continentes, ocupando os Estados Unidos e o Japão, oportunidade em que as principais inovações técnicas consistiam no uso do aço, de forma a superar o ferro, desenvolvimento de ações do aproveitamento da energia elétrica e dos combustíveis petrolíferos, da invenção do motor à explosão, da locomotiva e do barco a vapor, e o

desenvolvimento de produtos químicos. Também foram criados alguns meios de comunicação, tais como o telégrafo, o telefone, o rádio e o cinema.

Em conformidade com o pensamento de Ford (1967), nesse período, era possível aos operários participar de todo o processo de produção, uma vez que a visão era a de que a simplificação do trabalho beneficiaria não só o operário, como diminuiria os custos da produção, além de permitir que os trabalhadores pudessem ascender aos postos de trabalho pelo fato de terem conhecimento sobre todo o processo de produção da fábrica.

É possível constatar que nesta ocasião o progresso tecnológico foi intenso, razão pela qual foi denominado de segunda Revolução Industrial (período de 1860 até 1900). A referência deste período consiste no método de produção em série criado por Henry Ford (norte-americano) no começo do séc. XX. Tal novidade dá início ao Fordismo que, como consequência, permite o surgimento de grandes fábricas e da concentração financeira nos grandes centros urbanos (investidores e banqueiros).

A percepção de Gramsci (2001) é a de que Taylor explorava o trabalhador de forma a transformá-lo em máquina, tendo em vista o ritmo de trabalho e as ações repetitivas, que não exigiam a capacidade de pensamento, reduzindo as ações produtivas de uso apenas da dimensão física.

Nesta ocasião, surgem também alguns segmentos que levam em conta os interesses dos capitalistas (burgueses), tais como os *trustes*, que consistem na junção de empresas do mesmo ramo a fim de monopolizar a produção e, conseqüentemente, o preço e o mercado. Além das *holdings*, que dizem respeito aos grandes conglomerados de empresas, e os cartéis, que se referem aos acordos com a finalidade de eliminar a concorrência.

Em função de tais evoluções, tem-se a transição do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, ou seja, os bancos passaram a ser mais poderosos, uma vez que sem seus recursos não teria como sustentar o avançado crescimento do capitalismo, que busca novas áreas para alcançar e novos mercados (nichos) de consumidores. Intensifica-se a corrida por novos mercados consumidores e por mão de obra barata. Trata-se de uma nova forma de gerenciar os negócios e o mundo do capital, que na visão de Taylor (1990), consistia na capacidade para reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíam os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis aos operários para a execução do seu trabalho diário. Ou seja, “[...] todo trabalho feito por operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve

ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência” (TAYLOR, 1990, p. 40-41).

Nesta direção, os países capitalistas estavam colonizando novos territórios e brigando por eles, o que possibilitou, em 1914, a ocorrência da Primeira Guerra Mundial, conforme evidenciado na obra de Eric J. Hobsbawm (1977), denominada de “Era dos Extremos”.

No século XX, os avanços tecnológicos repercutem de forma intensa na produção econômica e no trabalho, no mundo como um todo. Tal fato é denominado por alguns historiadores e analistas contemporâneos como a Terceira Revolução Industrial, período que compreende de 1900 até o presente século XXI, que se traduz no impacto das novas tecnologias, como os microcomputadores, a engenharia genética, a telemática que diz respeito ao uso combinado dos computadores, a robótica, e os meios de telecomunicação como o fax, o celular, a internet, a televisão etc.

Farah Júnior (2000) destaca que os avanços tecnológicos, mediante a criação da microeletrônica, abrem espaço para uma nova ordem econômica mundial, em que o sistema econômico e produtivo passa, necessariamente, por um processo de ressignificação, fazendo com que o Japão e a Alemanha se sobressaíssem na produção de tecnologia de ponta.

Dentre os aspectos dessa “Terceira Revolução Industrial” podemos destacar o aumento da produtividade com a utilização de um número cada vez menor de trabalhadores, cujo resultado desta equação consiste no aumento maciço do desemprego em uma perspectiva mundial.

Em meados dos anos 1980, ficou claro que estava surgindo uma nova indústria e uma nova economia, baseada em conhecimento. Assim, além da dotação em fatores tradicionais de produção, passou a ser necessário que os países e suas regiões dispusessem de estruturas de produção e de difusão do conhecimento, de mão-de-obra qualificada e capaz de dominar as novas tecnologias e de capital social capaz de garantir a estabilidade de um projeto de desenvolvimento. (LAHORGUE, 2006, s/p.)

Cotrim (2005) destaca que uma das características mais marcantes do período foi ao final do século XX, com o surgimento dos denominados “tecnopólos” que consistem em regiões do mundo onde polos de tecnologia se aliaram, via associações com universidades e centros de pesquisa, com a finalidade de ascender e avançar em campos da robótica, da biotecnologia, do bioprocessamento e outras áreas que ganham cada vez mais espaço e poder econômico.

Importante se faz destacar que no Japão, depois da Segunda Guerra Mundial, é criado o método de produção Toyotista ou Toyotismo, em que se produz com flexibilidade mediante a

procura (demanda) deste produto ou serviço, diferente do Fordismo que se dedicava apenas ao aumento da produção, o que gerou a primeira crise mundial em 1929.

Ao longo do processo de transformação do sistema de produção, as universidades passaram a ser parceiras neste processo. Nos Estados Unidos um número significativo de empresas foi criado em torno da Universidade de Stanford, em função do fato de que a Stanford se colocou à disposição para a realização de atividades conjuntas entre empresas com a universidade. Como exemplo desta parceria, podemos mencionar o Vale do Silício na Califórnia, nos Estados Unidos, que trouxe inovações ao mundo da tecnologia da informática, graças, em especial, a duas multibilionárias empresas: Apple e Microsoft.

É possível observar que um número considerável de tecnologias está se reunindo e evidenciando a criação de *softwares* cada vez mais dinâmicos, novos materiais, robôs mais capazes, novos processos (notadamente a impressão tridimensional) e toda uma variedade de serviços baseados na rede.

Fica evidente que a fábrica do passado era baseada na produção de bilhões de produtos idênticos: Ford famosamente disse que os compradores de automóveis poderiam escolher qualquer cor, desde que fosse o preto. Mas o custo de produzir quantidades menores com maior variedade, com cada produto desenhado para atender aos desejos de cada consumidor, está caindo. A fábrica do futuro vai focar na customização em massa e pode ficar mais semelhante com aqueles teares individuais do que com a linha de montagem do Ford. (RIFKIN, 2012).

1.3 A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Partindo do ideal trabalho, tal atividade deve consistir em sua essência em uma ação que possibilite ao sujeito,

[...] criar algo em benefício de outro e de si mesmo, a partir de prescrições consolidadas no conhecimento instituído via leis, ciência, normas e da criação/inovação do conhecimento investido na experiência pessoal. Dessa junção objetiva temos o trabalho e o produto resultante dele em duas instâncias, sendo a atualização da prescrição/conhecimento instituído e a atualização das relações sociais culturais, comunicacionais e políticas. (STERING, 2015, p. 23-24).

Contudo, após dois séculos de um agitado ensaio de consolidação das legislações sociais trabalhistas em todo o mundo, observa-se que a lógica vem se modificando, e a normatização que abarca o mundo do trabalho vem perdendo o controle dos fatores naturais que exigiram sua

evolução, para abrir espaço a um fenômeno internacional contrário, que não objetiva a defesa dos interesses e, assim como, a melhoria das condições de vida da classe operária, mas sim a defesa dos valores e interesses do capital internacional que detém o domínio dos mercados mundiais e exerce pressão sob os países, em função da competitividade, no sentido de recuar na sua legislação protetiva e regressar para os padrões liberais de antigamente.

A fim de resguardar a concretização dos valores relativos às relações de trabalho, em especial, no que se refere à busca por melhorias na condição social dos trabalhadores, no sentido de não ceder à pressão praticada para a garantia da regulação dos interesses de mercado, mediante a competitividade internacional das empresas, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A OIT possui como lema promover o emprego, proteger as pessoas (OIT, 2022). Na atualidade a OIT consiste em uma agência especializada das Nações Unidas, instituída no ano de 1919, como parte do Tratado de Versalhes. A OIT possui como missão gerar oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade (OIT, 2022).

Conforme destaca Cunha (2020),

O conceito de Trabalho Decente, formalizado pela OIT em 1999, traduz a sua missão histórica, qual seja, a promoção e viabilização de iguais oportunidades para homens e mulheres, para garantir trabalho produtivo e de qualidade, valendo-se dos preceitos de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (CUNHA, 2020, p. 10).

Considerada como o mais significativo centro mundial relativo aos recursos de informação, análise e orientação, em relação ao mundo do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de investigar, também acompanha e avigora todas as atividades práticas da Organização, que consiste em uma escala universal, como uma fonte fidedigna de informação estatística.

A organização em tela foi criada no ano de 1919, com o objetivo claro de promover a justiça social. Trata-se da única das Agências do Sistema das Nações Unidas (ONU), cuja estrutura é tripartite, na qual todos os representantes, sejam dos empregadores e dos trabalhadores, possuem os mesmos direitos que os do governo. No cenário brasileiro, a OIT possui representação desde o ano de 1950, mediante programas e ações que refletem os objetivos da Organização ao longo de sua história.

1.4 O CONTEXTO HISTÓRICO QUE PERPASSA A CRIAÇÃO DA OIT

A OIT é considerada a única agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que é organizada mediante uma estrutura tripartite. Na atualidade, a organização em tela é formada por representantes de 185 Estados, por organizações de empregadores e de trabalhadores, cujos mesmos participam em pé de igualdade nas diferentes instâncias da organização.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, que durou 4 anos, no período de 1914 a 1918, o Ocidente aspirava experimentar paz entre os países que participaram da guerra. Diante desta realidade, após o conflito, a Europa passou a ser o cenário de um longo processo de debates e movimentações políticas e diplomáticas em prol da construção de um tratado de paz, cuja celebração materializou-se mediante assinatura do Tratado de Versalhes, em Paris, no ano de 1919.

Objetivando a formalização do fim da Primeira Grande Guerra e, como consequência, garantir a paz, o Tratado de Versalhes consistiu em um documento que foi assinado de forma voluntária pelos países europeus envolvidos na guerra em questão.

O Tratado de Versalhes continha em sua estrutura 15 partes. A criação da OIT estava prevista na Parte XIII do Tratado de Versalhes, relativa a “Cláusulas Políticas Europeias”. A organização em tela, com sede em Genebra na Suíça, foi criada na perspectiva de um órgão autônomo da Sociedade das Nações, e assim permaneceu até o ano de 1946, quando foi transformada em agência especializada da Organização das Nações Unidas (SILVA, 2002).

O Tratado de Versalhes apresentou-se como um fator positivo ao criar a OIT que consistia na criação de “um órgão supranacional que regulamentaria as normas trabalhistas. As potências temiam revoluções de cunho social e pretendiam flexibilizar as leis trabalhistas” (SILVA, 2019, p. 10).

Como tarefa, a OIT assumiu o compromisso de gerar conteúdo perpassado de civilidade, no que diz respeito às relações de trabalho, em cumprimento das diretrizes de proteção ao trabalho contidas na introdução relativa à Parte XIII do Tratado de Versalhes, cujo destaque sinalizava para a regulamentação das horas de trabalho, mediante definição da jornada diária e semanal máxima; além da

[...] regulação das condições de trabalho; a prevenção do desemprego; a provisão de um salário adequado à subsistência; a proteção do trabalhador contra moléstias, doenças e acidentes decorrentes de seu emprego; a proteção das crianças, adolescentes e mulheres; a proteção em face da velhice e de acidentes; a proteção de trabalhadores empregados em países que não os seus; o reconhecimento do princípio da liberdade de associação; a organização de serviços de educação técnica e vocacional, entre outras medidas. (DELGADO; DELGADO, 2019, p. 7).

Embora o Tratado de Versalhes tenha fracassado na tarefa de garantir a preservação da paz e colocar fim a Liga (ou Sociedade) das Nações - substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), não resultou, conforme se esperava, no aniquilamento da Organização Internacional do Trabalho. Ao contrário, mesmo diante da suspensão de suas atividades normativas ao longo de parte considerável da Segunda Grande Guerra, a OIT conseguiu retomar com celeridade suas atividades no contexto internacional, e dinamizou suas ações por meio da elaboração de documentos normativos densos, que influenciaram as decisões em relação ao mundo do trabalho, a exemplo da Declaração de Filadélfia, de 1944, e sua nova Constituição, em 1946.

O Brasil faz parte dos membros fundadores da OIT, além de ser, também, membro permanente do Conselho de Administração e de ter participado da Conferência Internacional do Trabalho, desde sua primeira reunião (OIT, 2019).

Conforme o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH)¹, Órgão Suplementar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em se tratando dos fundamentos da OIT, tendo em vista que no ano de 1998, depois do final da Guerra Fria, desde o ano de 1999, a OIT atua em prol da manutenção de seus valores e objetivos, com foco em uma agenda social com capacidade para viabilizar a continuidade do processo de globalização mediante o equilíbrio entre objetivos de eficiência econômica e de equidade social.

A OIT atua mediante o princípio de que a paz universal e permanente só podem ter por base a justiça social, que é a fonte de importantes conquistas sociais, que distingue a sociedade industrial, nesta direção, a OIT consiste na estrutura internacional que torna possível tratar tais questões, a fim de buscar soluções que admitam a melhoria das condições de trabalho no mundo.

A OIT possui por objetivo a instauração da justiça social no mundo do trabalho, uma vez que sem esta fica impraticável a construção da paz mundial, intenção primordial da Organização das Nações Unidas, da qual a OIT é agência especializada.

No ano de 2018, quando completou 50 anos da Declaração de Filadélfia, a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou, quando da 86ª reunião, ocorrida

¹ Estante virtual. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/oit1.html#:~:text=Os%20fundamentos%3A,econ%C3%B4mica%20e%20de%20equidade%20social>. Acesso em: 02 abr. 2022.

em Genebra, em junho de 1998, a Declaração relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e o seu seguimento.

Conforme Alvarenga (2018),

Por meio desta Declaração, tais princípios passam a ser objeto de Convenções Internacionais Fundamentais. A Declaração da OIT designou oito Convenções Internacionais do Trabalho para tornarem efetivos os princípios e os direitos mínimos reconhecidos como fundamentais para o trabalhador. A comunidade internacional, na Declaração em comento, reconhece e assume a obrigação de respeitar e de aplicar as Convenções que versam sobre os Direitos Humanos dos trabalhadores. (ALVARENGA, 2018, p. 13).

Na atualidade, os princípios e direitos básicos referem-se à quatro áreas essenciais da OIT, a saber: liberdade sindical e efetivo reconhecimento do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; efetiva abolição do trabalho infantil; e eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação, objeto do que regulam e regulamentam as oito Convenções integrantes da Declaração de 1998.

No que se refere aos objetivos gerais e estratégicos, a OIT se pauta pelas seguintes finalidades:

o pleno emprego e a melhoria do nível de vida dos trabalhadores;
o emprego dos trabalhadores em ocupações em que possam encontrar a sua plena realização e, assim, contribuir para o bem comum;
o fomento da formação profissional;
o incremento da possibilidade dos trabalhadores participarem de forma equitativa nos frutos do progresso em matéria de salários, assegurando um salário mínimo vital;
a negociação livre e efetiva de contratos coletivos de trabalho;
a segurança social;
a proteção da vida e da saúde dos trabalhadores, em todas as suas ocupações;
a proteção da infância e da maternidade;
um nível adequado de alimentação, vida e cultura;
a garantia de uma igualdade de oportunidades nos campos profissional e educativo.
(OIT, 1998)

No ano de 1998, foi adotada a Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento, tendo sido constituídos os seguintes objetivos estratégicos para a Organização:

- a) Promover os princípios fundamentais e direitos no trabalho através de um sistema de supervisão e aplicação de normas;
- b) Promover melhores oportunidades de emprego/renda para as mulheres e homens em condições de livre escolha, de não discriminação e de dignidade;
- c) Aumentar a abrangência e a eficácia da proteção social;
Fortalecer o tripartismo e o diálogo social. (OIT, 1998)

Tendo por foco o Trabalho Decente, este pode ser considerado o objetivo precípua da OIT na perspectiva de um organismo internacional, de forma em que, para sua absoluta consecução foram determinados alguns objetivos estratégicos, a saber:

a liberdade sindical e *reconhecimento efetivo* do direito de negociação coletiva;
 a supressão de todas as formas de trabalho forçado;
 a *eliminação* do trabalho infantil;
 o banimento *de todas as formas de discriminação* em matéria de emprego e ocupação;
 o acesso *do emprego produtivo* e de qualidade;
 o aumento da proteção social; e
 o *fortalecimento* do diálogo social. (OIT, 1950).

Diante do exposto até aqui, é possível constatar que a necessidade de proteger o trabalhador não é recente. Ela vem sendo defendida há muito tempo

[...] desde Robert Owen, autor de “New View of Society” (1812), que implantou reformas sociais em sua própria fábrica; passando pela Primeira Internacional Socialista (1864) em que atuaram Marx e Engels; pela Encíclica Rerum Novarum (1891) do Papa Leão XIII; até a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constituída em 1919 pelo Tratado de Versalhes - vinte e sete anos antes de se vincular à própria ONU (GOIS, 2013).

Também a Revolução Francesa, em 1798, influenciou as ideias dos liberais do século XVIII, e delineou as seguintes máximas:

[...] todo governo que não provém da vontade nacional é tirania; a nação é soberana e sua soberania é una, indivisível, inalienável e imprescritível; o Estado é uma organização artificial, precária, resultante de um pacto nacional voluntário, sendo o seu destino o de servir ao homem; o pacto social se rompe quando uma parte lhe viola as cláusulas; não há governo legítimo sem o consentimento popular; a Assembleia Nacional representa a vontade da maioria que equivale à vontade geral; a lei é a expressão da vontade geral; o homem é livre, podendo fazer ou deixar de fazer o que quiser, contanto eu sua ação ou omissão não seja legalmente definida como crime; a liberdade de cada um limita-se pela liberdade dos outros indivíduos; todos os homens são iguais perante a lei; o governo destina-se à manutenção da ordem jurídica e não intervira no campo das relações privadas; o governo é limitado por uma Constituição escrita, tendo esta como partes essenciais a tripartição do poder estatal e a declaração dos direitos fundamentais do homem etc. (MALUF, 2008, p. 126).

Maluf (1988) destaca que, “instituiu-se, assim, o Estado liberal, baseado na concepção individualista” (MALUF, 1988, p. 133). O autor menciona também que o Estado liberal se apresentou fraco perante os problemas sociais, de forma a ocasionar revoluções violentas em diferentes países, dentre os quais Rússia, Itália, Alemanha, Polônia e outros.

A atuação do Estado liberal modificou-se de forma pacífica, transformando-se em uma social democracia, mediante reformas constitucionais e medidas legislativas. Tornou-se

evolucionista, de forma a interferir na ordem econômica, atuando na perspectiva de árbitro nos conflitos entre capital e trabalho, superintendendo a produção, a distribuição e o consumo (MALUF, 1988, p. 129-132).

Após voltarmos ao tempo para compreendermos as tramas que perpassam as relações humanas, com foco nas diversas questões que perpassam a vida em sociedade e que inclui a dimensão do trabalho, podemos afirmar que a OIT, dentre as agências que compõem o Sistema das Nações Unidas, consiste na única com estrutura triparte, composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. (OIT, 2019). Contudo, é possível perceber no cenário atual, que perpassa as relações de trabalho no Brasil e no mundo, que a tendência internacional, em atendimento às premissas impostas pelo capitalismo, sinaliza para a flexibilização das relações de trabalho e, como consequência, pela redução da proteção social do trabalhador.

A flexibilização leva automaticamente à terceirização, que conforme explica Oliveira (2013),

A terceirização se tornou um forte componente, ou melhor, passou a ser um desdobramento de um processo maior que vinha paulatinamente modificando o mundo do trabalho. O novo modelo de produção encontrou na terceirização uma forma de flexibilização, uma nova forma de exploração do trabalho, que além de se adequar ao discurso da modernidade, ampliava as formas de trabalho precário. (OLIVEIRA, 2013, p. 190).

A flexibilização consiste no aumento da liberdade de o empregador deliberar unilateral e de forma discricionária, além da contratação, o uso e a remuneração do trabalho, cuja finalidade se materializa na redução salarial, diminuição da jornada de trabalho e das contribuições sociais; provocando uma trajetória que culminará necessariamente para a adaptação da legislação ao discurso econômico dominante. Age exatamente “com o fenômeno da terceirização a precarização dos direitos trabalhistas conquistados e reconquistados em meio ao viés de degradação e depreciação do ser humano”. (OLIVEIRA, 2013, p. 190).

No que diz respeito à regulação social (NORONHA, 1998; KREIN; TEIXEIRA, 2013), no que tange à normatização, com base na realidade brasileira, é possível identificar três espaços de construção, a saber: o Estado; a negociação coletiva mediante a atuação sindical; e o poder discricionário do empregador na demarcação das regras disciplinadoras da relação capital e trabalho.

No tempo atual, a "globalização", expressão em um sentido ideológico, pela qual se pode visualizar no mundo um processo de integração econômica sob o comando do

neoliberalismo, é marcada pela ascendência dos interesses financeiros, conseqüentemente, pela desregulamentação dos mercados, que culminam nas privatizações das empresas estatais, e por fim, no abandono do estado de bem-estar social.

Alguns críticos apontam a globalização como o fenômeno responsável pela crescente intensificação da exclusão social, que evidencia dia a dia o crescimento do aumento do número de pobres e de desempregados, além de provocar crises econômicas sucessivas, aniquilando os muitos poupadores, e de pequenos empreendimentos (CARRION; VIZENTINI, 1997).

A percepção de Carrion e Vizentini (1997) é a de que na teoria neoliberal as pessoas não nascem iguais, nem tendem à igualdade. Razão pela qual, tentar diminuir a desigualdade consiste em uma ofensiva irracional à natureza específica das coisas neoliberais. É como se

Deus ou a natureza teria dotado alguns com talento e inteligência, mas foi avaro com os demais. Qualquer tentativa de justiça social seria inócua porque novas desigualdades fatalmente ressurgiriam. A desigualdade seria o estimulante que faria com que os mais talentosos desejassem destacar-se e ascender ajudando, dessa forma, o progresso geral da sociedade. (STERING, 2008, p. 24).

É possível perceber, portanto, que na perspectiva neoliberal, a sociedade consiste no cenário da competição e da concorrência. Nesta direção, ao admitirmos a existência de vencedores, admitimos na mesma medida à existência de perdedores. Contudo, é bom lembrar que a sociedade coloca em cena, em todas as instâncias, a luta pela sobrevivência.

Tendo em vista a dinâmica da realidade, ao longo do tempo o homem se organiza socialmente no sentido de lutar pelos seus direitos. Nesta direção, o capítulo a seguir apresenta o sindicato como um dos espaços de luta, instituído a partir de um cenário de contradições que perpassa a vida do trabalhador em uma sociedade dividida em classe.

CAPÍTULO II

A LUTA SINDICAL

Na fase atual, é preciso ousar colocar as questões para as quais não se tem respostas, e levantar os problemas cuja solução ainda está para ser encontrada (GORZ, 1987).

Sindicato é um termo cuja origem vem do latim e do grego. Do latim, “sindicus” designava o “procurador escolhido para defender os direitos de uma corporação”; no grego, “syn-dicos” refere-se àquele que faz a defesa da justiça. Na prática, o sindicato está vinculado à noção de defesa, mediante a prática da justiça de dada coletividade. Trata-se, portanto, de uma associação durável e constante de trabalhadores, que se juntam a partir da comprovação e decisão de problemas, necessidades e obrigações comuns.

O sindicato consiste em um espaço de luta pelo direito coletivo, cujos pilares são construídos na relação coletiva entre empregados e empregador (BOITO JÚNIOR, 2003). A apreensão conjunta desta relação tem por base interesses e demandas comuns. Historicamente, tal percepção coletiva da relação de emprego tornou-se possível durante o século XIX, período importante do florescimento, do desenvolvimento e da expansão do capitalismo. Refere-se a uma conquista histórica e em constante construção.

Nossa percepção é a de que as diferentes formas de coordenações dos movimentos voltados aos trabalhadores, como é o caso dos sindicatos, se apresentam como aliados no processo de transformação na luta por direitos. Nesta direção, o preparo de trabalhadores, mediante preceitos das bases sindicais de interesse dos trabalhadores, se apresenta como uma tradição que tem como mote a perspectiva do trabalho e sua relação como um princípio educativo. Ou seja, vem ao encontro da tese fundamental presente nas obras de Marx e Gramsci, conforme destaca Costa (2020), que evidencia o trabalho na perspectiva de um princípio formativo e educativo.

Parte-se da ideia de que é mediante o trabalho que se têm a possibilidade concreta de emancipar o homem, seja de forma individual ou em uma perspectiva coletiva, uma vez que o trabalho, por este prisma, é necessariamente formativo. Arroyo (1998) destaca que foram os movimentos de trabalhadores que evidenciaram, com proeminência, o trabalho na perspectiva do princípio educativo.

O cenário que envolve a luta dos trabalhadores, por melhores condições de trabalho e garantias de direitos, evidencia que os movimentos sociais se apresentam como espaços de

excelência na organização das lutas e de formação de trabalhadores. Conforme Caldart (2001), os movimentos sociais referem-se a uma matriz pedagógica essencial.

Em conformidade com o pensamento de Gramsci (1976), os sindicatos se apresentam como um dos espaços da sociedade civil. Ou seja, trata-se do espaço de disputa pela classe trabalhadora, pelo aparelho ideológico do Estado. Os sindicatos possuem papel importante tanto na manutenção da sociedade capitalista quanto para a superação desta.

Os sindicatos por profissões, as Câmaras do Trabalho, as federações industriais e a Confederação Geral do Trabalho são o tipo de organização proletária específico do período histórico dominado pelo capital. Pode-se argumentar que, num certo sentido, elas são parte integrante da sociedade capitalista e têm a função inerente ao regime de propriedade privada (GRAMSCI, 1976, p. 42).

Os sindicatos se caracterizam como parte integrante da sociedade capitalista, cuja base situa-se na exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se constitui um instrumento de defesa dos direitos imediatos do trabalhador, com capacidade para negociar essas condições da força de trabalho.

No tempo atual, os sindicatos confrontam-se com novos e amplos desafios, pois, com a chegada da globalização e a crise localizada na substituição da indústria, como fundamental força motriz da economia mundial, e o aparecimento de novos sujeitos no mundo do trabalho, bem como, o crescente número de pessoas excluídas e não empregáveis, acabam por determinar novos caminhos ao sindicato e ao sindicalismo, caminhos esses que perpassam pela volta das bandeiras de luta política revolucionária e contra a hegemônica, com capacidade para ultrapassar a lógica do trabalho subordinado.

2.1 O MOVIMENTO SINDICAL NO MUNDO

Partindo da ideia de que o sindicalismo se constitui em um dos instrumentos construídos pelos trabalhadores e trabalhadoras para resistir e reivindicar, o mesmo pode ser definido como: “Ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida, por parte de indivíduos que vendem a sua força-trabalho”. (ALLEN, in: BOBBIO; PASQUINO, 1994, p. 150).

É possível constatar que o sindicalismo nasce como uma reação à situação dos trabalhadores e trabalhadoras na indústria capitalista, e passa a se constituir em uma força transformadora de toda a sociedade. Nesta direção, se traduz em organizações que gradualmente se submetem às regras de dada sociedade, contudo, é sustentado por fins que transcendem as próprias organizações e que, frequentemente, entram em choque com elas.

Na prática, os sindicatos geram e alimentam o conflito dentro e fora da empresa, porém, canaliza a participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade. (ANTUNES, 1992).

A gênese histórica da organização sindical contemporânea nasceu em sintonia com o desenvolvimento industrial, cuja base consistia na “Revolução Industrial”. Ou seja, no fim do século XVIII e início do século XIX, na Inglaterra nascia o capitalismo e na mesma perspectiva o sindicalismo. Pode-se afirmar que o berço do sindicalismo é industrial, contudo, tal fato não limitou seu crescimento no que diz respeito aos demais setores da economia. Nesta direção, o sindicalismo consiste em um sistema de organização político-social dos trabalhadores, tanto urbano-industrial como rurais e de serviços (CARVALHO NETO, 2003).

Ao longo do tempo, o sindicalismo tem passado por transformações significativas em função de diferentes concepções ideológicas e teorias de ação, o que tem possibilitado a elaboração de uma tipologia reformista, comunista, populista etc., conforme destaca Antunes (1991). Contudo, o que importa é que com o passar dos anos o movimento sindical, que se traduz em um conjunto de práticas sociais dos sindicatos com peculiaridades específicas de cada país, contraiu um peso social e uma força determinante nos contextos nacionais.

Em função do movimento social, o sindicalismo não é estático. Ele encontra-se em profundo processo de transformação, de forma a criar outras maneiras de organização e ação. No tempo atual, as sociedades pertencentes aos países em industrialização, tanto a teoria como a ação sindical, estão perpassadas por significativos e novos desafios em função da emergência de novos atores sociais, seja no campo, seja nas cidades, por meio de transformações na economia e nas instituições.

Conforme mencionado anteriormente, o século XVIII, mais precisamente no seu final, assim como o início do século XIX, marca o começo do movimento sindical na Inglaterra, ocasião em que o parlamento inglês votou a denominada lei da livre associação, instituindo as *trade-unions* (Associações Sindicais). Trata-se da organização da classe trabalhadora, “é o período das *trade-unions* (associações sindicais) que os trabalhadores passaram a fixar e a negociar os salários e as horas de trabalho em todos os ramos indústrias da Inglaterra, contribuindo para minimizar as lutas isoladas dos operários” (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p. 32.)

A Revolução Industrial, nos anos de 1840, permitiu que a produção artesanal na Europa, no século XIX, passasse a ser trocada pelas máquinas, e os trabalhos passaram a ser desenvolvidos em grupos. Diante do exposto, os sindicatos ganharam força e passaram a ser

visualizados como uma organização representativa dos trabalhadores, procurando conquistar melhorias para a classe, em especial no que diz respeito às negociações entre patrões e empregados, que começam a negociar de maneira coletiva as reivindicações de classe.

Os movimentos operários reúnem forças e permitem a construção do sentimento de pertencimento de classe, avigorando a luta coletiva, mediante um projeto de sociedade com capacidade para representar o trabalhador. Nessa direção, Montano e Duriguetto (2011, p. 229) destacam que:

A emergência do movimento operário no cenário político, a partir da segunda metade do século XIX, revelou a face pública e política da questão social. As revoluções de 1848 representam a tomada de consciência do proletariado como classe para si, reivindicando seu projeto sócio político em contraposição a Burguesia.

Tendo em vista a dinâmica da realidade, o movimento sindical tem passado, durante sua história, por mudanças significativas em função das transformações que se dão no cenário social, mediante distintas concepções ideológicas, as quais interferem diretamente no movimento sindical, provocando mudanças de atitudes imprescindíveis nas organizações de trabalhadores.

Antunes (1999) chama a atenção para o fato de que

Os sindicatos representam, nos primeiros tempos, [...] do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união da classe (ANTUNES, 1999, p. 10).

Aos poucos, os trabalhadores começaram a perceber que a união de forças, possibilitada pela classe, lhes permitia lutar por questões outras além das econômicas, incorporando em suas pautas de reivindicações a conclamada luta social da classe trabalhadora, como o direito à saúde, à jornada de trabalho com descanso remunerado, à jornada de trabalho diária de oito horas e ao salário digno para a categoria, dentre outras reivindicações. Dessa maneira, por meio da organização sindical, os trabalhadores passaram a sentir-se representados congregando forças em suas organizações, para garantir através da luta de classe o reconhecimento de seus direitos.

Partindo da ideia de que a sociedade capitalista descobriu, na metade do século XVIII, as condições ideais para a sua expansão, houve um significativo incremento do uso das máquinas, de forma a substituir a produção artesanal e manufatureira, consolidando de maneira

intensa o capitalismo que se encontrava entrando para a fase industrial. Nesta direção, o produto fruto do trabalho do operário passou a ser apropriado pelo capitalista.

No que tange a este aspecto, a percepção de Lênin é a de que

Os sindicatos representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe. (LÊNIN, 1920 apud ANTUNES, 1988, p. 10).

É possível constatar que os sindicatos surgiram mediante esforços da classe operária na sua luta contra o despotismo e a dominação do capital. Neste sentido, a função precípua dos sindicatos consiste em evitar que o operário seja obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo necessário para o seu sustento e o da sua família.

Contudo, importante se faz lembrar que a história das organizações sindicais inglesas foi perpassada por derrotas e vitórias. Tratava-se da primeira experiência eficaz dos trabalhadores no sentido de se organizarem na luta contra os capitalistas.

Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários unindo-os e tornando-os solidários em sua luta, ao se utilizarem das greves como principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária. (ANTUNES, 1995, p. 19).

Dentre os avanços conquistados pela classe trabalhadora, está a lei votada em 1824 pelo parlamento inglês, que possibilitou a livre associação dos operários, o que até então era limitado somente para as classes dominantes. As denominadas *trade-unions* constituem uniões sindicais, que passaram então a estabelecer os salários para toda a categoria, de maneira a evitar que o operário atuasse de forma isolada na luta por melhores salários, além de regulamentar o salário em função do lucro, conseguindo aumentos que seguiam a produtividade industrial, a fim de nivelar toda a categoria.

A seguir, mais precisamente em 1830, foi constituída a associação geral dos operários ingleses, denominada de “Associação Nacional para a Proteção do Trabalho”, cujo objetivo consistia em agir na perspectiva de uma central de todos os sindicatos. Um dos principais atores sociais desta época, na Inglaterra, era Robert Owen, industrial pioneiro do socialismo utópico. Pode-se verificar o processo evolutivo do sindicalismo mediante suas diferentes concepções, que inclui as diferentes correntes, a saber: “trade-unionista, anarquista, reformista, cristã, corporativista e comunista”. (ANTUNES, 1991, p. 45).

A percepção de Antunes (1991) era a de que o trade-unionismo ambicionava a reivindicações predominantemente econômicas. Já a corrente anarquista, precursora do anarquismo ou a corrente do sindicalismo revolucionário, surgiu na França e na Itália em 1824, quando o parlamento inglês aprovou a primeira lei que permitiu a organização sindical dos trabalhadores.

Tal corrente tinha como crença que apenas a greve geral tinha capacidade para levar à transformação radical da sociedade. A corrente reformista possui sua gênese no trade-unionismo inglês, que resiste à ação revolucionária do proletariado, essa corrente almeja uma simples evolução da situação dos trabalhadores. O sindicalismo norte-americano se apresenta como exemplo dessa corrente que nega a luta de classes, e se restringe a uma precária defesa dos interesses corporativos. (ANTUNES, 1989, p. 29).

O sindicalismo cristão, sem renunciar à concepção reformista, se inspira na encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, de 1891, confere ao capitalismo o imperativo de colocar em prática sua função social, tornando-o um sistema justo e igualitário. Imprescindível se faz mencionar que na referida encíclica, o Papa Leão XIII trata de questões abordadas durante a Revolução Industrial e das sociedades democráticas do fim do século XIX. O Papa Leão XIII era simpático à ideia relativa ao direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, mas recusava o socialismo, e fazia a defesa dos direitos à propriedade privada, além de discutir os elos entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja.

O corporativismo nasce nas primeiras décadas do século XX, durante a vigência do fascismo. Em 1927, Mussolini decretou a Carta del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas, em que as corporações se tornaram subordinadas e dependentes do Estado fascista. Expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, conciliando o trabalho ao capital, negando a existência da luta de classes, com o nítido objetivo de garantir a acumulação capitalista em larga escala e com um alto grau de exploração da classe operária. (ANTUNES, 1982).

A concepção comunista de sindicalismo ressalta a importância da atuação dos comunistas dentro dos sindicatos, para transformar a luta trade-unionista numa luta mais ampla pelo fim do sistema capitalista, aproveitando os vislumbres de consciência política que a atuação econômica introduz no operário, e elevando esta consciência ao nível de uma consciência revolucionária.

Fica evidente que os sindicatos

[...] representaram, nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, um progresso gigantesco da classe operária, pois propiciaram a passagem da dispersão e da impotência da união de classes. (ANTUNES, 1982, p. 14).

Historicamente, a Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, passou por um significativo processo de desenvolvimento econômico, o surgimento do vapor e das máquinas transformou as manufaturas em grandes indústrias modernas. Dessa forma, foram criadas as bases da sociedade capitalista com a produção em larga escala. Assim, a divisão entre os capitalistas e trabalhadores e trabalhadoras se tornava cada vez mais evidente, ainda que com a existência de pequenos comerciantes e artesãos.

O cenário evidenciava que a superexploração do trabalho se avolumava e os operários desenvolviam uma carga horária de até 18 horas diárias, além do trabalho de mulheres e crianças. Da mesma forma, eram precárias as condições de residência dos trabalhadores e trabalhadoras, sem as condições mínimas de vida e habitação.

Uma passagem do livro de Maria Stella M. Bresciani, denominado “o espetáculo da pobreza”, evidencia a realidade que perpassava a vida dos trabalhadores em Londres e Paris no século XIX. Essa passagem demonstra o “caos” e o “turbilhão” em que se encontravam os trabalhadores e trabalhadoras no século XIX. Esse “mergulho” nas ruas de Londres e Paris realça as condições precárias em que viviam e trabalhavam as mulheres e os homens, no início da produção fabril (nas fábricas). Com a introdução das máquinas, houve o aumento do desemprego e a acentuação das precárias condições de existência. Para os trabalhadores e trabalhadoras, também, surgiu certo sentimento de impotência, frente aos novos meios de produção, frente às máquinas: um sentimento de perda de “parcela dos atributos humanos”, em que as pessoas se assemelhavam “a espectros”, a sombras. (BRESCIANI, 1984).

A recorrência, cada vez mais forte, do uso das máquinas pelos capitalistas, que procuravam obter cada vez mais lucros, levou ao desemprego um considerável contingente de mão de obra. Tal destruição, contudo, se dava em situações isoladas e não conseguia conter o poder dos capitalistas. Além disso, a sociedade começou a condenar os operários por considerar a destruição um gesto de brutalidade (ANTUNES, 1982).

Este tipo de luta inicial foi chamado de ludismo. Tal nome deriva de Ned Ludd, e foi sugerido em 1779, quando este operário inglês do Leicestershire quebrou máquinas que economizavam mão de obra. Contudo, maneiras eficientes de luta eram necessárias. Importante se faz considerar, sobre esta questão, que a quebra de máquinas fazia parte, como apontou Hobsbawm, de uma prática já existente:

[...] tradicional e rotineiramente, do conflito industrial no período do sistema doméstico de fabricação, e nas primeiras fases das fábricas e das minas. Não era dirigido apenas contra as máquinas, mas também contra as matérias-primas, produtos acabados, ou mesmo a propriedade privada dos empregadores, dependendo do tipo de danos a que estes eram mais sensíveis. (HOBSBAWM, 1995, p. 17).

Ainda, Hobsbawm (1995) destaca que em nenhum destes casos “a questão era de hostilidade às máquinas como tais. A destruição era simplesmente uma técnica sindicalista no período anterior e durante as primeiras fases da Revolução Industrial” (p. 18). Por essa razão, ao mesmo tempo em que era um meio de fazer pressão nos empregadores, também garantia a solidariedade essencial dos trabalhadores e trabalhadoras. “O hábito da solidariedade, que é o fundamento do sindicalismo eficaz, leva tempo para ser aprendido - mesmo onde, como nas minas de carvão - ele é sugerido naturalmente” (HOBSBAWM, 1995, p. 19-20).

Além disso, entre homens e mulheres mal pagos, sem fundos de greve, o perigo de furadores de greves era sempre grande. Rinaldo Rigola destaca que:

As greves esclarecidas, ordeiras e burocráticas eram impossíveis. Os trabalhadores só podiam lutar por meio de demonstrações, gritaria, incitação e vaias, intimidação e violência. O luddismo [ou ludismo] e a sabotagem, embora não elevados à categoria de doutrinas, tinham apesar de tudo de fazer parte dos métodos de luta. (In: HOBSBAWM, 1995, p. 21).

É possível constatar que o ludismo representou um importante momento na organização dos trabalhadores ingleses, ainda que, no tempo atual, muitas pessoas acreditem que a entrada de máquinas nas empresas, em especial os computadores e os robôs, seja responsável pelo contínuo e elevado número de desempregados. Desta forma, julgar de maneira negativa os trabalhadores que destruíam as máquinas, por visualizarem nelas a culpa pelo desemprego e pelos baixos salários, consiste em uma atitude que despreza o contexto dessas manifestações. Ao contrário, a destruição das máquinas, além de criar uma consciência de solidariedade, significativa também que influenciou na organização do movimento sindical seguinte.

Em 1824, o parlamento inglês votou a lei de livre associação, até então restrita à classe dominante. Tal fato não significa que os sindicatos tenham surgido a partir dessa lei. Ao contrário, as associações sindicais já existiam na Inglaterra desde o século XVIII, mas eram violentamente reprimidas no desempenho de suas atividades, tendo dificultada a organização operária. A aprovação da lei, no entanto, não deve ser visualizada como uma concessão dos capitalistas que, ao fazer uso da caridade e da benevolência, garantiram o direito à associação aos trabalhadores. Muito, além disso, esse direito trata-se de uma conquista dos trabalhadores ingleses a partir de lutas, nem sempre pacíficas.

A conquista dos trabalhadores ingleses fez com que as uniões sindicais (em inglês *trade-unions*) se desenvolvessem por toda a Inglaterra, com um poder bastante acentuado. Tais uniões sindicais passaram a fixar os salários para toda a categoria, além de regulamentar o salário em função do lucro, o que possibilitou aumentos que acompanhavam a produtividade industrial.

Importante lembrar que o capitalismo e o sindicalismo não se apresentavam como especificidade da Inglaterra no século XIX. O desenvolvimento industrial, neste século, acontecia também na França, na Alemanha, nos Estados Unidos da América e em outros países, de maneira a fazer nascer um proletariado, cada vez mais forte, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, e permitindo com que o movimento sindical se alastrasse.

O elo entre os operários, tanto dos países industriais avançados quanto dos países pouco industrializados, se intensificava. No ano de 1866, foi realizado o congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, que reuniu representantes operários de diferentes países. Neste congresso, foi destacada a importância dos sindicatos, pontuada como um dos papéis fundamentais do proletariado. Desta forma:

O proletariado iniciou um processo de luta, desencadeando desde reivindicações puramente econômicas até movimentos propriamente políticos, como o Cartismo na Inglaterra, as Revoluções de 1848 em França e a célebre Comuna de Paris de 1871. Em todos estes eventos a participação da classe operária foi decisiva. (ANTUNES, 1982, p. 22).

Contudo, a tendência das uniões sindicais inglesas, as denominadas *trade-unions*, que tinham reivindicações de fulcro econômico, já não se apresentavam como a única tendência. Neste sentido, apresentar outras concepções do movimento sindical, construídas nos séculos XIX e XX, fez-se necessário para melhor compreendermos, a posteriori, o movimento sindical no Brasil.

Concepção Revolucionária: Surgiram em países como a França e a Itália. Foi a precursora do Anarquismo. Dentre os seus principais teóricos, destacam-se o francês George Sorel e o italiano Arturo Labriola.

[...] acreditavam que a prática da luta exclusivamente econômica, através da ação direta nas fábricas e da deflagração da greve geral, constituía-se na única forma de ação efetivamente revolucionária da classe operária. Dizia Sorel que a ação direta violenta e a greve geral, levando ao conflito as distintas classes sociais, acarretariam uma possível vitória dos operários, devido à justiça de sua causa, a sua maioria numérica e a sua superioridade física, esquecendo-se que a isto os patrões contrapõem toda a violência da força militar e repressiva do Estado capitalista. Sorel ainda rechaçava de antemão a necessidade de luta política, inclusive aquela efetuada no parlamento, e negava qualquer forma de organização partidária, entendida sempre como sendo utópica e reacionária". (ANTUNES, 1982).

Auto intitulando-se “revolucionária” destacava que a sociedade capitalista não se transformaria mediante reformas, crendo que apenas a greve geral levaria à transformação da sociedade.

Concepção Anarquista: Esta visão nasceu na metade do século XIX e teve participação ativa nos primeiros acontecimentos da classe operária, seja na Europa, seja nos Estados Unidos. Os anarquistas tinham uma semelhança com os sindicalistas “revolucionários”.

Para dialogar com a sociedade, onde a campanha contra a visão anarquista era muito forte, os anarquistas sempre preferiram a designação de libertários. Com isso, queriam destacar sua visão radicalmente antiautoritária, contra qualquer “patrão, senhor, chefe supremo”. O símbolo do anarquismo é, até os dias atuais, a letra A, inicial do termo Anarquia.

Bakunin (in Antunis 1982) destaca que:

Os sindicatos, além de ‘organização natural das massas’, seriam o ‘único instrumento de guerra verdadeiramente eficaz’ na construção da sociedade anarquista baseada na autogestão e na negação de qualquer forma de administração estatal. Proudhon, Kropotkin e Malatesta foram outros teóricos desta concepção libertária. Embora comportando algumas tendências distintas, o anarquismo enfatizava o papel do sindicato não só como órgão de luta, mas também como núcleo básico da sociedade anarquista. A concepção anarquista propagou-se nos países europeus de menor desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, de menor concentração industrial, onde predominavam as pequenas indústrias como na Espanha, França, Itália, Portugal, e penetrou também na maioria dos países latino-americanos (ANTUNES, 1982, p. 24-25).

Mesmo com as mudanças das lutas do fim do século XIX, a Federação Americana do Trabalho (American Federation of Labor – AFL) pratica, até hoje:

[...] um sindicalismo que nega a luta de classes e que se limita a uma estreita defesa dos interesses econômicos. O movimento sindical norte-americano, neste seu apoliticismo, expressa uma ideologia conservadora e adequada aos interesses do capitalismo e, apesar de ter sua estrutura sindical totalmente independente do Estado, não consegue exercer uma atuação autônoma, uma vez que sua prática sindical encontra-se totalmente subordinada à ideologia capitalista dominante, da qual objetiva extrair algumas melhorias para o operário norte-americano (ANTUNES, 1982, p. 24-25).

O anarquismo negava, veementemente, a luta política de maneira a destacar a imprescindibilidade da exclusividade dos sindicatos no processo de emancipação da sociedade.

Concepção Cristã: A concepção cristã não se difere muito da concepção reformista. Tomando por base sua origem, a encíclica *Rerum Novarum* (1891), do Papa Leão XIII, tal tendência propõe uma extensa colaboração social, de forma a reconhecer a legitimidade das

organizações sindicais, sem gerar transformações radicais no regime capitalista da propriedade privada.

A Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, criada no Congresso de Haia, em 1920, declarou que a vida econômica e social demanda da colaboração de todos os filhos de um mesmo povo. Refuta, assim, a violência e a luta de classes, quer do lado patronal, quer do lado operário. A concepção cristã confere ao capitalismo o imperativo de desenvolver sua função social, tornando-o um sistema justo e equitativo (ANTUNES, 1982).

Concepção corporativista: A concepção corporativista nasce nas primeiras décadas do século XX, durante o fascismo na Itália. Seu aparecimento só foi possível mediante violenta repressão ao movimento sindical e operário antifascista, acabando com as verdadeiras lideranças operárias, além de uma prática de intensa manipulação das massas populares.

No ano de 1927, Mussolini decretou a Carta Del Lavoro, que organizou os sindicatos italianos nos moldes corporativistas, as corporações tornaram-se subordinadas e dependentes do Estado fascista. Nos sindicatos fascistas, participavam patrões e operários, capitalistas e proletários, procurando fundamentar e implementar a ideologia corporativista.

É importante ressaltar que o corporativismo somente se organizou depois que os trabalhadores e trabalhadoras foram privados de qualquer representação, quando foram destruídos todos os partidos políticos da classe operária, liquidada a liberdade sindical, liberdade de reunião e demais liberdades (ANTUNES, 1982, p. 30-31).

Tal concepção, expressava a política da paz social, da colaboração entre as classes, de maneira a conciliar o trabalho ao capital, contudo, negando, de forma violenta, a existência da luta de classes, com o claro objetivo de garantir a acumulação capitalista, em larga escala, e com um alto grau de exploração da classe operária.

Concepção comunista ou socialista: A concepção comunista se instaurou nos sindicatos e buscou ampliar, radicalmente, a sua atuação “economicista”, visando o próprio fim do sistema capitalista. Aproveita os vislumbres de consciência política que a atuação econômica introduzia no operariado, elevando esta consciência ao nível de uma consciência verdadeiramente revolucionária.

A principal experiência engendrada pelo sindicalismo de concepção comunista foi na Rússia. Com o czarismo (governo de czares, imperadores) fase imperial anterior à Revolução Socialista em 1917, os sindicatos que surgiram nos fins do século XIX foram locais de organização fundamentais para o avanço da classe operária.

Assim, com a tomada do poder pelos trabalhadores e trabalhadoras, o sindicato deveria tornar-se uma organização educadora da massa operária, uma organização que dá instrução,

uma escola de governo, uma escola de administração, enfim, uma escola de comunismo: “É uma escola de tipo completamente desconhecido no capitalismo, pois nos sindicatos não há mestres e alunos, mas sim uma escola que forma os setores mais avançados do proletariado” (ANTUNES, 1982, p. 30-31).

Em São Petersburgo, por exemplo, o movimento sindical foi muito ativo, sendo, justamente, daí que nasceu a Revolução de Fevereiro, que antecipou a Revolução de Outubro.

Concepção Democrata: O modelo do movimento operário denominado social-democracia surge entre os anos 1870 e 1915, antes da Primeira Guerra Mundial. Nestes anos, “o conjunto do movimento operário vai ser, progressivamente, dominado por forças políticas e ideológicas que se identificam na denominação de social-democracia”, de acordo com Bihr (1998).

Sua existência está relacionada, em primeiro lugar, ao “seu curioso projeto que propõe ao proletariado emancipar-se do capitalismo de Estado, emancipando o Estado do capitalismo”. (BIHR, 1998). Projeto que se baseia na ideia do proletariado se libertar da exploração e da dominação pelo capital, conquistando e exercendo o poder do Estado, tomando esse poder da burguesia e de seus aliados políticos – o Estado como a via obrigatória e inevitável da emancipação do proletariado, ou seja, a estatização do capitalismo (BIHR, 1998).

Duas variantes podem ser apontadas na concepção social-democrata: A primeira, que enfatiza as “reformas de estrutura” (portanto, reformista), como a nacionalização dos monopólios industriais chaves, o controle de grandes grupos financeiros e a conquista do poder de Estado por via legal eleitoral. Legalismo, juridicidade, parlamentarismo para o partido e a busca de contratos coletivos para os sindicatos, resumem essa variante.

A segunda, a variante “revolucionária”, diferente da concepção revolucionária, visa à expropriação da burguesia e de seus aliados pela estatização do conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planejado pelo aparelho de Estado. Em ambas as variantes, a estatização do capitalismo e a tutela política e estatal sobre a classe do proletariado é uma constante.

O Estado aparece como transcendente (acima das classes sociais, “neutro”) e resolvendo as contradições inerentes à acumulação do capital. Internamente, os traços organizacionais podem ser sintetizados em: reprodução das características do próprio Estado; centralização da ação; delegação do poder; hierarquização burocrática; segredo em torno dos vértices da organização. “Daí a preeminência da organização partidária sobre as organizações sindicais e os movimentos mutualistas e cooperativos”. (BIHR, 1998, p. 22-23).

Os partidos políticos e os demais defensores desse modelo do movimento operário estão convencidos de que, deixados a si próprios, os trabalhadores e trabalhadoras são incapazes de ultrapassar o nível da consciência imediata (a de seus interesses econômicos e políticos imediatos), que se exprimirá na organização e na prática sindicais.

Portanto, os partidos políticos e os demais defensores desse modelo do movimento operário entendem que o movimento sindical deve ser dirigido, primordialmente, por um grupo de vanguarda, capaz de definir, organizar e conduzir os trabalhadores e as trabalhadoras.

Assim, ao dar as costas ao projeto comunista de uma sociedade em que o poder político seria coletiva e igualmente exercido pelo conjunto de seus membros, o modelo social-democrata do movimento operário não ultrapassa, de fato, o horizonte de uma sociedade que, por estar dividida em múltiplas esferas opostas e rivais, não chega a reconstituir sua própria unidade senão na e pela construção de um aparelho de Estado fora e acima dela. Horizonte que constitui, para sempre, o da prática e pensamento próprios do universo capitalista. (BIHR, 1998, p. 24).

A concepção social-democrata se afirma, de forma intensa, depois da 2ª Guerra Mundial (pós-1945), estendendo-se até as vésperas da crise do capitalismo da atualidade. Contudo, cabe indagar: Por que o modelo social-democrata teve maior êxito, no século XX, que outras concepções?

Primeiro, em função da impregnação do fetichismo do Estado no próprio seio do proletariado e do movimento operário. Um aparente poder público impessoal, “neutro”, com forma parlamentar de Estado e participação dos partidos políticos.

A seguir, pela personificação da classe do staff administrativo (pessoas do governo que entendiam que o “desenvolvimento” e o “progresso” da sociedade também dependiam das negociações entre capitalistas e trabalhadores e trabalhadoras, tendo o Estado como intermediador, negociador).

Esse staff, com interesses em modernização capitalista da sociedade, racionalização de seu desenvolvimento econômico, moralização de sua direção política, democratização de suas estruturas e, particularmente, dos aparelhos de Estado, articulava alianças com o proletariado, mas, garantindo para si a hegemonia dessa aliança, objetivando tomar a direção do próprio movimento sindical.

Fundamentalmente, ocorria um compromisso entre o capital e o trabalho relativo ao compromisso fordista. Compromisso que não se deu, de forma direta, entre os membros das próprias classes,

[...] mas entre intermediários organizacionais e institucionais que lhes serviram de representantes oficiais, adquirindo ou reforçando esse status nessa ocasião: organizações sindicais e políticas do movimento operário, de um lado, organizações profissionais do patronato, de outro, com o Estado entre elas, presente ao mesmo tempo como juiz (responsável, árbitro) e como parte interessada: ficaria encarregado de colocá-lo em prática visando ao interesse geral do capital, cuidando para que fosse aplicado e respeitado por meio de organizações representativas de cada uma das classes em luta (BIHR, 1998, p. 37).

Com esse compromisso, o proletariado renunciava à “aventura histórica” em troca de “seguridade social”: uma relativa estabilidade de emprego, um crescimento de seu “nível de vida”, uma redução de seu tempo de trabalho, a satisfação de certo número de suas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer etc).

Mas, “o compromisso fordista só podia ser renovado enquanto o próprio modelo de desenvolvimento do capitalismo ocidental, que ele tornaria possível, fosse viável (BIHR, 1998, p. 37-39).

Assim, a ruptura do compromisso fordista veio com o enfraquecimento do fordismo, na década de 1970. A crise do fordismo foi caracterizada pela diminuição dos ganhos de produtividade, pela elevação da composição orgânica do capital, pela saturação da norma social de consumo e pelo desenvolvimento do trabalho improdutivo (gestão, comercialização, bancos e seguros).

O compromisso fordista baseado no Estado de bem-estar social, mediante a concepção social-democrata de Estado, conferiu garantias e direitos aos trabalhadores que passou a onerar as empresas, ao mesmo tempo em que o modelo fordista de produção se saturava em função da diminuição da fluidez da produção e da inflexibilidade no seu processo.

O movimento sindical no mundo possui como gênese:

- 1º A 1ª Revolução Industrial, a partir de meados do século XVIII;
- 2º Criação de consciência do proletariado;
- 3º Luta dos operários norte americanos no século XIX, mediante a conquista do 1º de maio;
- 4º O desenvolvimento da máquina e o fortalecimento do capitalismo no século XVIII;
- 5º O surgimento da máquina a vapor e a superexploração do trabalhador na segunda metade do século XVIII;
- 6º Nascimento do ludismo em 1779;
- 7º Constituição da associação geral de operários ingleses, a “Associação Nacional para a Proteção do Trabalho”, no ano de 1830;

8º Em 1866, foi realizado o congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, que reuniu representantes operários de vários países;

9º Realização do cartismo na Inglaterra e as Revoluções, de 1848, na França;

10º Realização da Comuna de Paris, de 1871, com a efetiva participação da classe operária.

2.2 O MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

No Brasil, o sindicalismo surgiu no final do século XIX. Conforme Rodrigues (1995), os operários imigrantes que trabalhavam em diversas fábricas estavam insatisfeitos com suas condições de trabalho e sentiram a necessidade de se unir para questionar e lutar pelos seus direitos, de maneira a constituir os primeiros sindicatos no país.

Rodrigues (1995) destaca também que, no final da década de 70 e no decorrer da década de 80, o sindicalismo viveu seu auge, pois o Brasil vivenciava um tempo importante que consistia na saída do regime militar e entrada para a perspectiva democrática.

Conforme Souza (2006), no Brasil existe uma tradição de formação sindical, onde a questão relativa à educação dos trabalhadores se faz presente na história do movimento sindical. Na mesma perspectiva, deriva uma tradição de formação sindical que é organizada mediante temas diversos de interesse do trabalhador, oportunidade em que aproxima os intelectuais dos trabalhadores. Tal possibilidade auxilia não só para a reorganização das configurações de planejamento da ação sindical, como também para a expansão das fronteiras acadêmicas.

Em conformidade com Tumolo (2002), surge no Brasil, no fim da década de 1970 e começo dos anos de 1980, a gênese do novo sindicalismo. Trata-se de um sindicalismo manifestado na perspectiva do “sindicalismo de oposição” (NOGUEIRA, 1999) cuja tônica centra-se na formação de trabalhadores, na perspectiva de uma metodologia de trabalho. Fato que merece destaque, em especial desde 1986, em função de sua frequência e amplitude, as greves foram, gradativamente, deixando de ter eficácia como tática de potência política.

Importante se faz destacar que a Constituição de 1988 foi um marco, no sentido de garantir alguns princípios como a liberdade sindical, e uma ampliação da legitimação de atuação dos sindicatos, que inclui o cenário relativo aos atores sociais profissionais da educação de modo geral.

Tendo em vista a dinâmica da realidade, os problemas e desafios da contemporaneidade exigiram dos sindicatos investimentos maciços, no que diz respeito à formação de seus militantes e afiliados (GOHN, 2001). Porém, o movimento sindical encara obstáculos

significativos, dentre os quais se destacam: a histórica e reduzida organização dos trabalhadores nos locais de trabalho (ESTANISLAU, 2018).

A raiz da classe operária no Brasil surge nos últimos anos do século XIX, e está ligada ao processo de transformação da nossa economia, cujo centro agrário-exportador cafeeiro ainda era predominante.

No Brasil, a gênese do sindicalismo possui algumas características específicas em função da diversidade histórica experienciada no século XIX, que a distingue, em especial, se comparada com outras modalidades do movimento sindical nos países ocidentais. Existem alguns pontos convergentes e divergentes que perpassam o percurso relativo à questão sindical brasileira, entre os estudiosos do tema, uma vez que a história é em geral marcada por oscilações, continuidades e por rupturas.

As primeiras configurações de organização dos operários brasileiros consistem nas Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, no final do século XIX, que tinham por objetivo assistir materialmente os operários necessitados. A seguir, foram criadas as Uniões Operárias, que, com a chegada da indústria, passaram a se organizar por ramos de atividades, originando os sindicatos.

Nogueira (1979) afirma que a história do sindicalismo no Brasil se apresenta dividida em seis fases, a saber:

1. Anterior a 1930, relativa à fase do sindicalismo livre e autônomo;
2. No período relativo a 1931 e 1945, fase da edificação do sindicalismo sob o controle do Estado, ocasião em que o sindicato se torna agência pública e estatal;
3. No período relativo a 1946 e 1964, fase em que o sindicalismo sob o controle do Estado experiencia uma clara dinamização e politização;
4. No período relativo a 1964 e 1977, fase da burocratização e do controle repressivo do sindicato pelo Estado militar;
5. No período entre 1978 e 1988, fase do nascimento do novo sindicalismo e decadência do sindicalismo corporativista;
6. Fase relativa à liberação restrita do sindicalismo de Estado e a legalização do sindicalismo no Estado.

A primeira fase dos sindicatos tinha os trabalhadores como protagonistas, e todo o processo de organização se dava pelos trabalhadores, de maneira autônoma. Os sindicatos eram radicais, de influência anarquista e socialista, assim como também tinham sindicatos mais moderados e reformistas, razão pela qual existia a diversidade ideológica e política vigente no

interior da classe trabalhadora, seja nas bases operárias quanto nas lideranças e nas concepções sindicais.

Pode-se observar que o movimento operário e sindical, relativo a este período, tinha característica reivindicatória rigorosamente reprimida, além de não ser reconhecido pelo Estado. Razão pela qual existia autonomia e não liberdade sindical. No Brasil, esse foi o cenário relativo às iniciativas voltadas para a legislação trabalhista e da regulamentação das condições de trabalho.

No Brasil, a primeira greve que se tem registro foi realizada no ano de 1858 com os tipógrafos do Rio de Janeiro. No ano de 1892, foi realizado o I Congresso Socialista Brasileiro, cujo objetivo de criar o Partido Socialista não foi concretizado. Por essa época, as ideias de Marx e Engels adentravam o Brasil (PASSOS, 2009).

A dinâmica do movimento sindical situava-se para além da luta econômica. No ano de 1906, aconteceu o primeiro Congresso Operário Brasileiro, que serviu de base para o lançamento das bases para a Confederação Operária Brasileira (COB), e em 1908, a primeira central sindical, que foi extinta após a formação do Partido Comunista do Brasil.

O movimento operário no Brasil é perpassado pela tendência anarco-sindicalista, cuja ideia consiste na negação da imprescindibilidade da luta política, de forma a privilegiar de maneira exclusiva a luta no interior da fábrica via ação direta. Da mesma forma rejeitava a composição de partido para a classe operária, e visualizava nos sindicatos o padrão de organização para a sociedade anarquista.

No I Congresso Operário Brasileiro, os anarquistas fizeram-se representar em maior parte e determinaram às resoluções do encontro o indicador de suas propostas:

Tema 1 – O sindicato de resistência deve ter como única base a resistência ou aceitar conjuntamente o subsídio de desocupação, de doença ou de cooperativismo? Considerando que a resistência ao patronato é a ação essencial, e que, sem ela, qualquer obra de beneficência, mutualismo, ou cooperativismo seria toda a cargo do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição de suas condições; O Congresso aconselha, sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim e que, para melhor sintetizar o seu objetivo, as associações operárias adotem o nome de sindicato.

Tema 2 – Quais os meios de ação que o operariado, economicamente organizado, pode usar vantajosamente? O Congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o labéu, as manifestações públicas etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1914, p. 6).

O “socialismo reformista” estava voltado para a transformação gradual da sociedade capitalista, mediante a luta pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores, via luta parlamentar.

Já neste período, o governo tinha a intenção de realizar o controle do movimento sindical brasileiro. No “Congresso Operário”, de 1912, o presidente honorário foi Mário Hermes, ninguém menos que o filho de Hermes da Fonseca, o então Presidente da República.

Depois da I Guerra, deu-se a crise de produção e a significativa baixa nos salários, isso faz com que uma onda de greves de massas fosse deflagrada. A Greve Geral de 1917, em São Paulo-SP, cujo início se deu em uma fábrica de tecidos, ganhou solidariedade e adesão de todo o setor têxtil, seguindo-se das demais categorias. Houve uma paralisação total, inclusive no interior do Estado.

Em 1922, foi fundado o Partido Comunista (PC) que edita a Revista denominada “Movimento Comunista”, no mesmo ano. No ano de 1925, tem início a publicação do jornal “A Classe Operária”.

O excerto a seguir, consiste em um trecho do artigo escrito por Astrogildo Pereira, no ano de 1923, originário da militância anarquista, foi o responsável pela formulação das propostas do PCB para os sindicatos, nos anos iniciais da fundação do partido, cujo teor buscava destacar as vantagens da doutrina comunista em relação às propostas anarquistas:

Podemos, de tal sorte, caracterizar a política anarquista em matéria de organização sindical como sendo a política do divisionismo. Essa política deriva em linha reta de seu idealismo. (...). Para os anarquistas, a organização sindical deve ser construída à base idealística, doutrinária, política. Que os sindicatos das várias tendências se federem à parte segundo as tendências políticas comuns a cada grupo. E nada de misturas nem de entendimentos! Tudo separado! Federação anarquista de um lado, Federação comunista de outro lado, Federação amarela ainda de outro lado (...) Ora, esta é também, precisamente, a opinião da burguesia. Quanto mais dividido estiver o proletariado, melhor para ela, burguesia, porque a ‘fragmentação’ proletária é sinônimo de ‘fraqueza’ proletária. Nós, comunistas, encaramos a questão de outro modo. Nós a encaramos realisticamente, objetivamente, e não através do prisma colorido do ideal. E a realidade crua e dura nos diz o seguinte: só argamassada em um bloco único pode a organização proletária enfrentar com vantagem o bloco burguês (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 267).

Neste período, era comum ouvir do Presidente Washington Luís a seguinte frase: “a questão social é simples caso de polícia.” No ano de 1930, Getúlio Vargas assume o comando do Estado. O período é marcado pela Revolução de 1930, cujo período consiste na transição de uma economia até então agrária-exportadora para uma economia industrializante.

A Revolução de 1930 foi um período em que houve ameaça ao domínio praticado pela aristocracia agrária no Brasil, com novos elementos de manutenção do poder, incluindo, a

revolução burguesa nacional. Assim, a aristocracia rural e a indústria nacional passaram a constituir a classe dominante. O movimento operário iniciado no Brasil, em 1930, culminou no chamado Estado Novo. No entanto, a filosofia do Estado Novo, no que se refere ao movimento operário, em alguns aspectos, tem uma identidade ideológica do fascismo controlado pelo Estado.

Para Souza (2018) “o tenentismo estatista e o governo Vargas vão de certo modo unir as duas tendências contraditórias no Estado Novo (p.35).” Muita repressão policial nas manifestações contrárias ao oficialismo e à perseguição às lideranças sindicais. Emparelhados aos interesses das classes dominantes, principalmente da indústria, já com projeto de criação de conselhos da nação, com o intuito em manter submissas e, obviamente, em manter a classe trabalhadora em silêncio. De acordo com Carvalho (2001, p. 130), “Essa situação só começa a se modificar quando durante o governo Juscelino Kubitscheck, ocorre um surto de modernização e industrialização no país [...]”. Período em que estreou no Brasil o primeiro governo democrático, com a concessão das liberdades públicas. Embora, as classes dominantes, no uso do poder que detinham, fizeram de tudo para reprimir o movimento operário, dadas as concessões de liberdade públicas.

No entanto, a industrialização acelerou no Brasil, de forma considerável, o crescimento do Produto Interno Bruto. A década de cinquenta foi representativa, precisamente nos anos de 1952 a 1959, que coincidiu com parte do governo de Juscelino Kubitscheck, no qual encontrou no “desenvolvimentismo” uma formulação, embora imprecisa, e um reconhecidamente deficiente. Segundo Cano (2017), a rapidez em que se deu o crescimento foi a causa de muitos efeitos positivos, pois houve o aumento da oferta de bens e serviços revertidos em empregos, salários, e ascensão social da classe trabalhadora, inclusive, a ascensão da classe média. Nesse contexto, a expansão industrial urbana eleva a consciência política do povo, o movimento sindical cresce, e o movimento cultural e a arte ocupam lugar de destaque, aumentando assim as reivindicações por melhorias.

Contudo, a “democratização”, operacionalizada no país como garantia das liberdades públicas, preservava a mesma estrutura sindical do Estado Novo aos trabalhadores. No entanto, havia contradições no entremeio do liberalismo político e o controle do Estado no movimento sindical, pois o objetivo da classe dominante era manter os sindicatos atrelados ao Estado. A existência dessas contradições, ainda permitia uma maior atuação da classe trabalhadora, devido à manutenção das liberdades públicas.

Embora as liberdades públicas tenham sido preservadas, esse foi um período de expressivas greves e de maior movimentação operária com fortes lideranças, sejam elas influenciadas ou não pelo populismo político. Em meio a grandes reivindicações e movimentação popular, são várias as conquistas dos trabalhadores.

De acordo com Pereira e Tavares (2006), a evolução do conceito de participação no movimento brasileiro está registrada na história brasileira:

[...] pela colonização, escravidão, imperialismo e ditadura, demonstra que a participação foi sempre um desafio perante a tradição autoritária. A participação, mesmo que reprimida, sempre esteve presente no espírito do ser humano. A luta pela democracia, o direito ao voto e a criação de sindicatos foram caracterizados por uma trajetória de movimentos sociais e revolucionários. (PEREIRA; TAVARES, 2006, p. 9)

Foi em meio a controvérsias e repressões, que o movimento sindical brasileiro retoma o protagonismo como um dos meios de resistência e enfrentamento das mudanças sociais, políticas e econômicas. Pereira e Tavares (2006) apresentam que a Constituição de 1988 também foi um marco constituído para a resolução de conflitos sociais e políticos, com o propósito de reduzir as desigualdades sociais, a participação da sociedade no setor público, bem como garantir o direito das entidades sindicais em representarem a classe trabalhadora, na defesa por melhores condições de trabalho, remuneração digna e manutenção de direitos.

Embora a Constituição tenha garantido o direito de os sindicatos atuarem como entidades representativas de classes, verifica-se que, atualmente, o movimento sindical vem sofrendo uma onda de ataques de cunho ideológico partidário que coloca em dúvida, em alguns setores da sociedade, o propósito de sua existência. Pereira e Tavares (2006) afirmam que o movimento sindical tem:

[...] um novo desafio a ser superado pelos sindicatos, os quais precisam provar sua importância aos trabalhadores, atendendo as suas necessidades de maneira prática. Eles precisam adaptar-se a fim de encarar os desafios de uma economia global cada vez mais integrada, mas sem perder de vista, em primeiro lugar, o motivo de sua existência, como associações voluntárias destinadas a proteger e melhorar as condições de vida de quem trabalha. (PEREIRA e TAVARES 2006, p. 32)

Assim, faz-se necessário contextualizar nesse desafio o desenvolvimento das novas formas de trabalho decorrentes da Revolução Industrial, do aparato tecnológico, do sistema econômico capitalista, dos conflitos sociais entre os operários e os burgueses, até a consolidação das instituições sindicais.

Vargas, por meio do Estado, fez tudo o que estava ao seu alcance para ter o controle do movimento sindical e operário, trazendo-o para o interior do aparelho de Estado. A fim de materializar o seu intento, a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, foi uma de suas primeiras medidas de governo, com o propósito de elaborar uma política sindical que tivesse a capacidade de refrear a classe operária nos limites do Estado e estabelecer uma política de combinação entre o capital e o trabalho.

Lindolfo Collor, primeiro Ministro do Trabalho, ao realizar a apresentação da Lei de Sindicalização, no ano de 1931, instituía os pilares do sindicalismo no Brasil, ao proferir que:

Sindicatos ou associações de classe serão os pára-choques destas tendências antagônicas. Os salários mínimos, os regimes e as horas de trabalho serão assuntos de sua prerrogativa imediata, sob as vistas cautelosas do Estado. (BRASIL, 1931, p. 284).

A Lei em questão passa a estabelecer o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, de forma a proibir seu uso pelos operários durante as greves, e determinava o sindicato na perspectiva de um órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Da mesma forma, possibilitava aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de tomar parte nas Assembleias operárias, além de proibir a realização de ações políticas e ideológicas nos sindicatos, sem contar o veto à sua filiação a organizações sindicais internacionais, ou seja, impedia a sindicalização aos funcionários públicos e restringia a participação de operários estrangeiros nos sindicatos, tendo em vista que parte considerável relativa à liderança operária combativa possuía origem imigrante. É possível afirmar que o único ponto a favor da classe operária, na lei em questão, diz respeito à garantia do sindicato único por categoria. Do mais, todo o conteúdo relativo à essa lei restringia as entidades sindicais ao Estado.

Parte considerável dos componentes do operariado, neste período, afrontou aos chamados dessa legislação sindical e não se deixaram dominar pelas normas oficiais. O movimento grevista foi grandioso nesse período, e os trabalhadores conseguiram conquistar vários direitos trabalhistas, tais como o direito às férias, ao descanso semanal remunerado, à jornada de 8 horas diárias de trabalho, além de conseguir regulamentar o trabalho da mulher e do menor, dentre outras conquistas. (ANTUNES, 1991).

No ano de 1935, foi instituída a denominada “Aliança Nacional Libertadora”, que consistia em uma frente popular antiimperialista conduzida pelo PC, tendo como principal representante Luís Carlos Prestes.

O governo, presumindo o progresso popular, deu início a ações repressivas. No mês de abril do ano de 1935, cinco dias depois do primeiro comício da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o governo instituiu a Lei de Segurança Nacional, que impedia o direito de greve e invalidava a Confederação Sindical Unitária. Muitas foram as ações de perseguição e repressão ao movimento sindical, por parte do governo, o que fez com que tais movimentos sucumbissem e perdessem sua autonomia (RUSSOMANO, 2000).

No ano de 1939, são criados a Comissão de Enquadramento Sindical e o Imposto Sindical. Tratava-se da estrutura sindical no Brasil, cuja base se apresentava de forma vertical e subordinada ao Estado. Contudo, foi a partir desta mesma estrutura e mesmo diante de todo o seu rigor, que a classe operária criou suas formas de organizações sindicais mais representativas.

No término do Estado Novo, na década de 40, era possível visualizar no Brasil duas tendências opositoras. Uma de cunho liberal e burguesa, que era perpassada por interesses econômicos ligados ao imperialismo, e era composta pelas classes dominantes, que tinham medo do projeto nacionalista de Getúlio Vargas. A outra, de cunho nacional e popular, com o objetivo de constituir uma democracia mediante a participação efetiva das classes populares, comandada pelas organizações populares, como o PC, que visualizavam no nacionalismo do então presidente um provável aliado para resolver alguns dos problemas nacionais.

Após a fase repressiva, em relação ao movimento sindical, deu-se início a um trabalho de mudança das lideranças existentes, denominadas de “pelegas²”, por lideranças legítimas e representativas da classe operária.

No ano de 1945, foi instituído o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT), organismo intersindical cujo caráter horizontal colocava fim a estrutura vertical e que proclamava. Em um manifesto assinado por cerca de 300 líderes sindicais que representavam 13 Estados brasileiros, a luta da classe operária luta “imediatamente, pela mais completa liberdade sindical, rompendo com as injustificáveis restrições e interferências na vida dos nossos órgãos de classe” (CUT, s/d, p. 19).

No ano de 1946, foi criada, mediante controle dos comunistas, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. Neste mesmo ano, o então Governo Dutra impediu o MUT,

² Conforme o verbete existente na página da Fundação Getúlio Vargas, pelego diz respeito ao termo utilizado para designar os líderes sindicais que defendem os interesses do Ministério do Trabalho, ou seja, que desempenham um papel de intermediário entre o governo e o sindicato. Em seu sentido próprio, pelego é a pele de carneiro colocada entre a sela e o lombo do cavalo para tornar a viagem do cavaleiro menos dura. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/pelego>>. Consultado em: 19/04/2022.

estabeleceu a intervenção e a suspensão das eleições sindicais e, em 1947, definiu pela ilegalidade do PC.

Contudo, a retomada do movimento sindical se deu nos anos 50, mediante o último Governo de Vargas, conquista que se traduziu em avanços significativos, em se tratando da organização da classe operária. Tal processo alcançou, no começo dos anos 60, o seu auge quando, depois de enormes manifestações grevistas, deu-se o III Congresso Sindical Nacional, ocasião em que os trabalhadores brasileiros juntaram suas forças em prol de uma única organização nacional de coordenação da luta sindical: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (ANTUNES, 1995).

Paralelo a este acontecimento, também as comunidades camponesas foram alcançadas pelo avanço das lutas populares, dando origem, no ano de 1955, a primeira Liga Camponesa, sendo que no começo dos anos 60, mediante as Ligas Camponesas comandadas por Francisco Julião e os Sindicatos Rurais conduzidos pelo Partido Comunista, deu-se a intensificação da mobilização rural, em que a reforma agrária consistia na bandeira de luta.

Silva (2015) declara que

A CUT foi a primeira central sindical criada no pós-64, ainda sob vigência do Regime Militar e a revelia da legislação autoritária, a qual proibia a constituição de organismos sindicais que representassem centralizadamente trabalhadores de diferentes categorias econômicas e ramos produtivos. Neste sentido, a própria criação da CUT pode ser interpretada como parte de um movimento mais amplo de questionamento da estrutura sindical corporativa e de afirmação da autonomia política dos trabalhadores perante o Estado. (SILVA, 2015, p. 85).

Importante se faz destacar que, ao longo do período entre 1945-64, o movimento operário alcançou sua fase de ascendente intensidade. Ao mesmo tempo em que a legislação sindical continuava ileso, de forma a conservar suas peculiares tendências corporativistas, na prática fazia-se letra morta a esta legislação, desenvolvendo na tentativa de desfazer a estrutura sindical. Ou seja, abriu-se espaço para o golpe militar, que impediu a continuidade das conquistas, até então conseguidas pela classe operária, dando início a uma fase muito complexa em relação aos direitos dos trabalhadores.

É possível constar que desde meados da década de 1970 e, em especial, com o retorno do movimento grevista pós-1978, o Brasil vem passando por significativas mudanças, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores e à luta sindical. Trata-se de mudanças que ultrapassam o mundo do trabalho, atingem também a ação sindical e consequentemente a vida dos trabalhadores, motivados por uma luta vasta que abarca necessariamente a luta por direitos no espaço da sociedade.

O movimento dos trabalhadores, de modo particular uma parte dos sindicatos, e os movimentos sociais se colocaram frente a frente, diante do Estado e, com isso, ampliaram suas reivindicações no cerne da sociedade civil. Tratava-se de atores sociais que, em sua vivência diária, evidenciavam a imprescindibilidade de uma presença mais incisiva na vida do país, no campo social e político. Importante se faz destacar, que estes renunciaram a uma cidadania inferiorizada para a classe trabalhadora, “não se conformavam em serem, tão-somente, engrenagens da “máquina” (RODRIGUEZ; SIMÕES, 2011; LADOSKY, 2009; FORTE, 2013).

Materializando as reivindicações trabalhistas e populares, decorrentes daquele período histórico, a Constituição de 1988 abrigou diversas demandas advindas dos trabalhadores. A percepção de Rodrigues (1988; 1990) é a de que a concretização das demandas trabalhistas, ao longo da realização dos trabalhos constituintes, se deu mais em função do lobby desenvolvido pelos sindicatos do que por uma mobilização participativa dos trabalhadores na ocasião. Independentemente de qualquer coisa, não se pode deixar de reconhecer que a promulgação da Constituição 1988 fortaleceu os sindicatos. Por consequência, mesmo que em nível díspare, os trabalhadores foram fortalecidos, tendo em vista o fato de terem conseguido registrar diferentes questões por novos direitos na Carta Magna, em especial, no que diz respeito aos direitos sociais. Sendo que, o que é mais importante: determinadas vantagens adquiridas não faziam parte, necessariamente, das reivindicações feitas pelos trabalhadores (RODRIGUES, 1988, 1990).

Os anos 80 são marcados pela fundação da Central Única dos Trabalhadores, no ano de 1983. Conforme assevera Antunes (1995), na década de 80 o mundo vivenciou, em especial nos países de capitalismo avançado, densas modificações no mundo do trabalho, com consequências diretas nas suas maneiras tradicionais de representação, em função dos sindicatos e partidos. Trata-se da segunda crise deste século, que abrangeu de forma significativa o mundo relativo à dimensão material e subjetiva do ser que vive do trabalho. (ANTUNES, 1995, p. 44).

Com base na nova perspectiva, a CUT não abarcou os sindicalistas ligados às estruturas oficiais (federações e confederações), que eram contrários a criação de uma central sindical, pelo fato de fazerem a defesa da estrutura sindical, existente até então, e que persiste na atualidade, sustentada pelo imposto sindical.

Do ponto de vista da estrutura sindical, a CUT nasceu defendendo, dentre outras bandeiras:

Liberdade e Autonomia sindical;

Organização Sindical nos Locais de Trabalho;
Fim do Imposto Sindical;
Sistema Democrático de Relações de Trabalho
Reconhecimento das Centrais Sindicais. (CUT, 1983).

Após a fundação da CUT, outras centrais foram criadas, conforme pode-se constatar cronologicamente.

Década de 80

1983 – Criação da CONCLAT (racha no movimento), mais tarde CGT – Central Geral dos Trabalhadores (1986).
1984 – Fundada a CAT – Coordenação Autônoma de Trabalhadores.
1985 – Criada a USI – União Sindical Independente, representativa da tendência conservadora.
1988 – A nova Constituição restabeleceu o princípio da liberdade sindical (isto é, com liberdade parcial). Garante a livre associação profissional ou sindical, mas mantém a unicidade sindical e garante aos funcionários públicos o direito à sindicalização e o direito de greve. (CNTE, 2014, p. 35).

Os anos 1990 se apresentam como um marco importante em relação às lutas sindicais, uma vez que as políticas governamentais, de acordo com o “consenso de Washington”, contribuíram no processo de flexibilização dos direitos trabalhistas, além de investir contra a ação sindical, mediante discurso perpassado pela livre negociação. Tal perspectiva, coloca o mercado de trabalho em um processo de reestruturação, cujo resultado incide no crescimento do desemprego estrutural e motiva a vertiginosa precarização das relações de trabalho. Ainda na década de 1990, acontece a Marcha Nacional pela Educação (VERAS, 2005), e como consequência a agenda sindical passa a ser ampliada, incorporando temas relativos à discriminação racial, questões voltadas para as mulheres dentre outros.

Contudo, Krein e Dias (2017) chamam a atenção para o fato de que, tendo em vista que a dinâmica relativa ao desenvolvimento capitalista se apresenta de forma desigual entre os países, de forma análoga, a crise e a renovação da ação sindical, da mesma forma, se traduzem mediante configurações diferentes em cada nação. Em se tratando da realidade brasileira, o desafio da revitalização do sindicalismo depende, em boa medida, da capacidade dos sindicatos de sustentar uma ação estratégica, de forma a lidar com as modificações em curso e reunir as originais questões do tempo presente.

Na década de 90, foram criados:

1991 – Nova cisão na CGT. Durante o primeiro ano do governo Collor é criada a Força Sindical.

1994 – CUT, CGT (confederação) e Força Sindical se filiam a Ciosl – Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres. A outra CGT se filia à FSM – Federação Sindical Mundial.

1995 – A CAT transforma-se em central, filiando-se a CMT – Confederação Mundial do Trabalho.

1997 – Criada a SDS – Social Democracia Sindical, como dissidência de setores da Força Sindical e CGT (confederação). (CNTE, 2014, p. 35).

Os anos relativos à década de 1990 mudaram largamente as condições do trabalho e do sindicalismo no Brasil. Na prática, as modificações acarretadas pelo processo de globalização, privatizações, abertura comercial, flexibilidade na produção e nas relações de trabalho, dentre outras questões, alocaram a ação sindical na defensiva. Nesta ocasião, a temática que se sobressai consiste na defesa do emprego. Nesta direção,

[...] insegurança e vulnerabilidade no trabalho são as principais características do que resultou do processo de reestruturação pelo qual passaram as atividades produtivas das sociedades industriais nas últimas três décadas. A exigência de maior competitividade entre as empresas introduziu estratégias de racionalização e redução de custos, com a flexibilização do emprego e o aumento do desemprego de longa duração. Postos de trabalho com perspectiva de estabilidade foram reduzidos drasticamente e novos tipos de contrato, mais precários e instáveis se tornaram prática comum nas empresas dos mais variados setores da economia. Nesse contexto, a instituição sindical ficou fragilizada, exigindo um constante esforço de reformulação para fazer frente ao perfil cada vez mais complexo do emprego, incluindo também ações no sentido de atender situações de trabalho informal e pobreza” (RAMALHO; RODRIGUES, 2009, p. 85-86).

Em continuidade ao processo de desenvolvimento, os anos 2000 abrem espaço para a criação de outras centrais sindicais, a saber:

2003 – Assume a Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, ex-dirigente sindical, com a maior votação de um Presidente em nosso país.

2004 – Criada a Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas. A Conlutas não se apresenta enquanto central sindical, mas como uma coordenação, composta por entidades sindicais, organizações populares, movimentos sociais etc.

2005 – Foi criada a Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), que reúne parte das federações e confederações, que até então eram contrárias à criação de centrais sindicais, e que, defendem a atual estrutura sindical.

2007 – Foi criada a INTERSINDICAL, que se declara um Fórum Nacional de Mobilização para lutar contra as reformas neoliberais e em defesa dos direitos previdenciários, sociais, sindicais e trabalhistas. Não se apresenta como Central Sindical, mas aglutina vários sindicatos.

2007 – Foi criada a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que resultou de uma fusão da Social Democracia Sindical (SDS), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT) e parte da Força Sindical.

2007 – Foi criada a Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

2008 – Foi aprovado o projeto de lei 1.990/07 (em março de 2008), que reconhece as centrais sindicais de trabalhadores. (CNTE, 2014, p. 35).

Noronha (2009, p. 123) destaca a importância de atentarmos para “os marcos políticos econômicos dos governos federais”, desde Geisel até Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda o autor, compreende que os mencionados

marcos variavam significativamente entre as fases de liberalização política, de democratização, de consolidação da democracia (simbolizada pela Constituição de 1988) ou à fase de apelo por aumento da produtividade e competitividade brasileira no mercado internacional, iniciada no governo Collor e que, em grande parte, alterou toda agenda sindical dos anos 1990 em relação aos anos 1980. (NORONHA, 2009, p. 123).

Tendo em vista o processo de desenvolvimento relativo à abertura das centrais sindicais em todo o país, o Estado de Mato Grosso do Sul não ficou imune a este processo, de forma a instituir um sindicato voltado para a defesa dos profissionais da educação no Estado, conforme evidenciaremos a seguir.

2.3 O SINDICALISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Ao aproximarmos a discussão para a realidade em que a pesquisadora se encontra inserida, partindo da ideia de que os profissionais da educação no Estado de Mato Grosso do Sul se constituem em um coletivo forte, na busca por qualidade no desenvolvimento do seu trabalho, valorização e qualidade de vida, o SIMTED, ao longo dos anos, tem se esforçado para a garantia de condições de sobrevivência e subsistência destes trabalhadores após a aposentadoria.

Em conformidade com o pensamento de Gadotti (1996), importante se faz destacar as mudanças na consciência do professorado em relação à sua posição social:

A denominação ‘trabalhadores em educação’, em vez de ‘educadores’, ‘professores’ ou ‘profissionais da educação’, reflete a mudança de percepção da própria categoria no conjunto dos trabalhadores em geral. Ela toma consciência de que os problemas que afetam os docentes são basicamente os mesmos de outras categorias de trabalhadores. Portanto, as lutas do magistério são consideradas, a partir de então, semelhantes às dos trabalhadores em geral. (GADOTTI, 1996, p. 15).

Em sentido semelhante, vale a pena resgatar a posição de Arroyo (1980), na época das lutas por liberdades democráticas, expressa em evento realizado em 1979, em texto com sugestivo título, publicado em periódico com capa igualmente sugestiva. Trata-se do artigo “Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira?”, que encabeça a revista em cuja capa destaca-se a associação relativa ao Educador = Trabalhador.

Nesse texto, o autor pretendeu sistematizar algumas posições, encontradas nas práticas mobilizatórias dos docentes e na pesquisa educacional, a respeito da nova identidade docente. Por isso, defendia que esta revelaria o tipo de articulação entre a categoria dos docentes e os demais trabalhadores, necessária para “lutar contra a escola burguesa” (ARROYO, 1980, p. 16):

A nova consciência e nova prática dos trabalhadores da educação é a de se sentirem como trabalhadores e sentirem a necessidade de se associarem como tais, e organizarem sua luta nos mesmos moldes dos trabalhadores da produção, do comércio [...] e sobretudo se sentirem solidários nos mesmos objetivos de questionar o modelo sócio-político e econômico, o Estado, a organização do trabalho [...] que os gera e explora como trabalhadores. (ARROYO, 1980, p. 17-18).

De fato, naquela ocasião, Arroyo (1980) apresentava as modificações no processo de trabalho docente, como semelhantes às vivenciadas pelos trabalhadores em geral, indicando, portanto, a pertinência do ‘ingresso’ do professorado nas fileiras do movimento operário:

O fato de ser uma luta da última categoria (dos docentes), mostra que os efeitos da política educacional que implantou no sistema escolar a organização do trabalho que domina a produção empresarial capitalista está gerando suas contradições. Se o que se pretendia era a divisão e a hierarquização do trabalho educativo, o que se gerou foi a parcelação, diferenciação salarial e funcional, a depreciação do trabalho dos educadores de base, a grande massa e, conseqüentemente, se gerou sua consciência e organização. (ARROYO, 1980, p. 17).

O que se depreende dessas décadas de atuação político-sindical do professorado, agora agrupado com outros funcionários educacionais sobre a égide de ‘trabalhadores em Educação’, é que a opção pela sindicalização, como opção por uma identidade de classe, parece ser uma das imagens majoritárias da docência na atualidade, que implica necessariamente nas condições e na qualidade de vida destes trabalhadores após a aposentadoria.

Na prática, dentre as condições a que estão submetidos os professores, pode-se partir de uma questão fundamental quando se menciona a profissão: o baixo salário. “Em seu movimento histórico, a precarização de classe tende a constituir (e desconstituir) formas de precariedade salarial” (ALVES, 2009, p. 106). Não sendo este o único fator de insatisfação, constitui um dos mais evidentes, principalmente se a importância social desses trabalhadores e sua formação acadêmica forem consideradas.

Os profissionais da educação se sentem reféns das condições (ou da falta de) impostas pelo capital, gerando um processo de despersonalização. Alves (2009, p. 129), destaca que as implicações do capitalismo neoliberal proliferam as “doenças da alma” e transformam o

estresse em um problema universal, de modo que boa parte das doenças do trabalho diz respeito à mente e não ao corpo somente.

Os profissionais da educação possuem, assim, insatisfações no seu emprego referentes especialmente ao baixo salário, o que, conforme já mencionado, torna-se evidente durante as greves e as paralisações. Para Bernardes (2012, p. 184), as consequências desse quadro de precarização são ainda mais visíveis quando se observam aspectos como jornada integralizada, na escola e no domicílio, baixos salários, insatisfação pessoal com o vínculo empregatício e pressão de superiores para que o trabalhador cumpra uma função predeterminada, o que influencia diretamente na qualidade de vida e de saúde destes trabalhadores após a aposentadoria.

Pensando na qualidade de vida e de saúde dos aposentados, em conformidade com o pensamento de Diniz e Rocha (2018), o SIMTED, desde a sua fundação, preocupou-se com a formação política e, por meio dela, constituiu-se e fortaleceu-se como entidade representativa dos profissionais da Educação Básica no município de Coxim.

Tal perspectiva é evidenciada por um dos principais intelectuais orgânicos do movimento sindical brasileiro, autor de várias obras sobre o movimento sindical docente, o prof. João Monlevade, que argumentou sobre essa preocupação desde a origem dessa mobilização “Na nossa filiação à CUT foi importante e quando a CNTE precisou de um projeto de formação para o Brasil inteiro foi o nosso, o nosso foi adotado [...]. Tinha os livrinhos produzidos no sindicato [...], nasceram aqui, aqui no sindicato [...]” (Entrevista, João Monlevade, ago. 2013).

É perceptível a importância da militância para a valorização do profissional da educação no Estado de Mato Grosso do Sul, via SIMTED, no sentido de garantir condições reais de sobrevivência após o término da jornada laboral, de 25 anos ou mais, quando o trabalhador se aposenta.

No campo da educação, o sindicato se apresenta como um espaço de lutas e de contradições. Ao mesmo tempo em que possibilita a participação e a formação, evidencia as diferenças de concepções e práticas. Contudo, é imprescindível a promoção da participação para a transformação das condições de trabalho e das conquistas para a categoria docente.

No capítulo a seguir, apresentamos a sindicalização do setor da educação no Brasil.

CAPÍTULO III

A SINDICALIZAÇÃO DO SETOR DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força. (GRAMSCI, 1966)

Partindo da ideia de que, conforme Antunes (1985), os sindicatos se apresentam na perspectiva de associações cunhadas pelos “operários”, com o objetivo de encontrarem segurança e defesa contra os abusos do capitalista, esses possuem como pauta de lutas, a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho digna. No Brasil, em se tratando do campo da educação, pode-se afirmar que a atuação dos sindicatos se dá diariamente pela classe operária, sendo o sindicato visualizado como uma central, na organização dos operários, cujo foco consiste na emancipação econômica, social e política dos atores sociais envolvidos no processo.

No Brasil, depois da aprovação da LDB 9.394, de 1996, o debate relativo à elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE) e pela valorização dos trabalhadores em educação ganhou força e, como consequência, no dia 9 de janeiro de 2001, foi aprovada a Lei nº. 10.172, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Tal plano foi aprovado para a vigência de dez anos e determinou que os estados, o Distrito Federal e os municípios elaborassem os seus Planos de Educação:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Educação, constante do documento anexo, com duração de dez anos.

Art. 2º A partir da vigência desta Lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes (BRASIL, 2001).

O documento relativo ao PNE (2001 a 2010) previa, na mesma perspectiva, nos objetivos e metas da Meta 10, a criação de um piso salarial específico, cuja redação menciona a obrigação de:

Garantir a implantação, já a partir do primeiro ano deste plano, dos planos de carreira para o magistério, elaborados e aprovados de acordo com as determinações da Lei nº. 9.424/96 e a criação de novos planos, no caso de os antigos ainda não terem sido reformulados segundo aquela lei. Garantir, igualmente, os novos níveis de remuneração em todos os sistemas de ensino, com piso salarial próprio, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção por mérito (BRASIL, 2001).

Ao longo do processo relativo à defesa da Valorização Profissional, as entidades sindicais realizaram um papel imprescindível para que a categoria docente pudesse progredir na política de valorização, mediante a Lei do Piso, a Lei 11.738, de 2008, que Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica em todo o país.

Fernandes (2014) destaca que:

A aprovação desta lei colocou a valorização dos profissionais da educação no centro da agenda da política educacional, sobretudo pela descentralização do sistema educacional. Afinal, pagam os salários docentes da educação básica, estados e municípios. Assim, se a lei centralizou sob o comando da União um PSPN, descentralizou seus custos para as unidades subnacionais. Obviamente, permaneceu na lei em questão o caráter supletivo e complementar da União para as unidades subnacionais cuja receita fosse insuficiente para alcançar o Piso (FERNANDES, 2014, p. 51).

A percepção de Fernandes (2014) é a de que a Lei do Piso possibilitou significativas melhorias para a carreira docente e, conseqüentemente, melhoria na política salarial. Importante se faz destacar que, durante este processo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) assumiu um papel de fundamental importância para a garantia da implementação da Lei do Piso, conforme pode-se constatar “desde a aprovação da lei, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) tem construído mobilizações de professores em todo o país, com o objetivo de que a lei que instituiu o PSPN seja cumprida por estados e municípios” (FERNANDES, 2014, p. 52).

Assim como as leis, também os movimentos sindicais e sociais colaboraram para a garantia da educação, na perspectiva de uma política de direito que é garantida pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Contudo, o movimento social é mais incisivo, uma vez que o mesmo nos situa no terreno dos direitos, de modo a vincular educação com a dimensão da saúde, cooperação, justiça, cidadania. O direito coloca a educação no terreno dos grandes valores da vida e da formação humana (ARROYO, 1998, p. 21-22).

No que diz respeito à participação de educadores no SIMTED, ela é facilitada em função da sua forma de organização interna. A direção colegiada indica uma tendência de adoção de relações de poder mais horizontais, e favorece o estabelecimento de relações democráticas no interior da organização, mas que demanda a confirmação pela prática social diária dessa organização sindical, que conta com a participação efetiva dos profissionais da educação do ensino básico, sujeitos desta investigação.

O processo de formação política, proporcionado pelo sindicato, envolve diferentes temáticas que ultrapassam a dimensão salarial e profissional apenas, como as questões relativas à Seguridade Social, à saúde, às relações de emprego, às condições de trabalho, à organização e às relações sindicais, bem como a gestão da escola, as políticas educacionais, a justiça social e as manifestações de conflito. Isso, tendo em vista que a força mobilizatória dos professores é fortemente influenciada, em função da existência regular e expansiva das redes de ensino, da mesma maneira que as redes de ensino, em geral, se ampliam e se diversificam por conta da força corporativa dos professores. (GOUVEIA; FERRAZ, 2013).

3.1 MOVIMENTO SINDICAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

No Estado de Mato Grosso do Sul, o Movimento Sindical da educação pública possui uma organização composta por Sindicatos que representam os municípios, cuja denominação recebida consiste em Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação, que recebe a sigla SIMTED ou SINTED. Em se tratando da representação estadual, existe a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) que abriga a filiação dos Sindicatos Municipais. Os atores sociais pertencentes aos sindicatos são os professores e administrativos da educação básica das escolas municipais e estaduais.

Em 03 de março de 1979, foi criada a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FREPOSUL), que atualmente denomina-se Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

Conforme Rodriguez (2014),

Nesse momento histórico de formação e representações políticas das organizações sindicais existiam muitos entraves políticos dentro da categoria funcional do magistério para que as Associações Municipais se unificassem e conformassem um sindicato único de trabalhadores da educação. Mas, era obvio o fato da necessidade de conglobar o movimento e organizar uma instituição sindical que representasse os professores do estado, para afinar as ações e ter maior poder, pois as associações docentes em municípios isolados careciam de força suficiente para enfrentar o embate com as autoridades do estado em defesa de seus direitos trabalhistas. (RODRIGUES, 2014, p. 03)

Contudo, faz importante destacar que nem tudo se deu de forma tranquila.

No decorrer das reuniões organizadas para discutir a formação de uma força sindical de abrangência estadual, se constatou que as representações de alguns municípios contavam com associações docentes organizadas e consolidadas, assim ao invés de criar uma Associação Sul-mato-grossense de Professores que reunisse todos os

professores em um único sindicato se optou por constituir uma Federação que integrara e respeitara as identidades das instituições existentes. Para tanto, o projeto da ACP que até então era a base diretora, foi descartado, e mesmo após a reunião de decisão para a criação de uma nova entidade que reunisse as forças locais, a ACP viabilizou alguns trâmites para se tornar a Associação Estadual em revelia à decisão anterior. (RODRIGUES, 2014, p. 04)

No ano de 1989, a FEPROSUL filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim, os professores e funcionários administrativos das escolas passaram a ser reconhecidos como trabalhadores em educação. A associação mudou de nome e passou a ser nomeada de Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

Foi diante de um cenário instável do novo Estado, perpassado pela insegurança jurídica, que, na década de 1980, se deu a organização do movimento dos professores com a finalidade de garantia da estabilidade em seus cargos, tendo em vista que a instabilidade política em função da recente divisão do estado deixava os professores em condições de fragilidade laboral.

Conforme Gouveia e Ferraz (2012),

impedia qualquer previsão ou regularidade na vida futura dos professores. É nestes termos que a instabilidade jurídica se torna importante para o debate. Em relação à instabilidade política estadual, entre 1º de janeiro de 1979 e 15 de março de 1983, ou seja, no período de apenas um mandato, o Mato Grosso do Sul teve três governadores oficiais (Harry Amorim Costa, Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian), além do duas vezes interino Londres Machado. A ausência de uma liderança capaz de constituir uma hegemonia no interior da elite do estado nascente criou possibilidades de ações para os professores. (GOUVEIA; FERRAZ, 2012, p. 94-95).

Anterior à década de 1980, no ano de 1977, era possível identificar a existência de algumas organizações de professores, tais como as associações municipais de professores da rede estadual de ensino, a Associação Campo-Grandense de Professores (ACP), criada no ano de 1952, a Associação de Professores de Aquidauana (APA), criada no ano de 1963, a Associação de Professores de Corumbá (APC), a Associação Pontaporanense de Professores (APP), criada no ano de 1970, e a Associação Douradense de Professores (ADP), criada no ano de 1978 (BIASOTTO; TETILA, 1991), também a Associação Três-lagoense de Professores, cuja criação se deu no ano de 1975.

Conforme Rosso, Cruz e Rêses (2011, p. 113) “o sentimento de exploração, a consciência da exploração é uma condição para a existência de sindicato, desde que conduza à organização dos assalariados e que, portanto, represente uma ação coletiva”. Nesta direção, a Federação dos Professores em Educação de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), criada no dia 03 de março de 1979, que atualmente denomina-se Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS), foi renomeada no 16º Congresso de Amambai-MS, que

aconteceu em 18 de outubro de 1989, em conformidade com a ATA 1 relativa aos Congressos Estaduais 2, página 59, ocasião em que fica aprovada a mudança do nome, de Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL) para Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

Na história da FETEMS atuaram dez presidentes, a saber: Eusébio Garcia Barrio foi o primeiro presidente da FETEMS 1979 a 1980 e 1981 a 1982; Antônio Carlos Biffi foi presidente da FETEMS por três mandatos 1983 a 1984; 1985 a 1986 e 1990 a 1992; Elza Maria Jorge presidente em 1987 a 1989; François de Oliveira Vasconcelos presidente em 1993 a 1995; Fátima Aparecida da Silva presidente no período de 1996 a 1998 e 1999 a 2002; Mara Eulália Carrara da Silva presidente em 2002 a 2004. Jaime Teixeira presidente em 2005 a 2008 e 2009 a 2012; Roberto Magno Botareli Cesar 2012 a 2014 e 2015 a 2017; e Jaime Teixeira de 2017 a 2021 e 2021 a 2025.

A década de 1980 foi marcada pelos movimentos sindicais no Brasil e, como consequência, também no Estado de Mato Grosso do Sul. No ano de 1980, durante o governo de Marcelo Miranda Soares, na troca da Secretaria de Desenvolvimento e Recursos Humanos pela Secretaria de Educação e Saúde, houve significativas transformações no campo relativo ao magistério público, tendo em vista a inexistência de definição nas normas contratuais dos professores, uma vez que alguns contratos eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Da mesma forma, os docentes se queixavam de que seus salários eram insuficientes para arcar com as despesas do magistério, o que os impedia de colocar em prática e de desenvolver um ensino de qualidade.

Diante das demandas da classe trabalhadora docente, em fevereiro de 1980, o então Secretário de Educação Juvêncio César da Fonseca assumiu o compromisso de aumentar, até o final daquele ano, os salários dos professores que era de três mil e trezentos cruzeiros para nove mil cruzeiros, para uma carga horária de 20 horas semanais. Os professores, sem garantia de tal promessa, mobilizaram-se em todo o estado para realizar uma passeata em forma de protesto. Tal mobilização foi visualizada como um grande acontecimento, conforme pode-se constatar a seguir:

Finalmente chegou o grande dia, o dia D para a FEPROSUL. A organização da concentração em Campo Grande era até aquela data o maior evento promovido pela categoria. [...] Na madrugada do dia 27.03 os professores do interior do Estado acordaram mais cedo, prepararam seus lanches e se encaminharam para os pontos pré-fixados em suas respectivas cidades, a fim de tomarem o ônibus que os conduziria até Campo Grande. Na entrada da capital, observados atentamente por um aparato policial muito bem organizado, os ônibus foram parando um após outro, formando uma fila enorme. Quando se imaginou que todos os veículos, já haviam chegado, a

caravana pôs-se em marcha, dirigindo-se ao Ginásio da UCE (União Campograndense de Estudantes). Na passagem, atraídos pelas buzinas e pelas cantigas que os professores iam ensaiando, os campograndenses saíam às ruas e muitos acenavam ou faziam o sinal de positivo com o polegar. (BIASOTTO; TETILA, 1991, p. 97).

Durante a passeata, os docentes ameaçaram dar início a uma greve, caso a promessa do então secretário de Educação do Estado não fosse cumprida. Em uma reunião, no ginásio Dom Bosco, com o governador, foi proposto um “piso salarial de Cr\$ 9.000,00 a partir de maio, para os normalistas classificados como P4, e 25% a partir de março e mais 25% a partir de maio para os demais professores.” (BIASOTTO; TETILA, 1991, p. 116).

Diante da conquista, a categoria não deflagrou a greve. Tratava-se de um momento histórico, pois era a maior conquista salarial já consolidada até então. Contudo, o acordo aceito não atendeu todas as demandas existentes, e o novo cenário resultou em uma união de forças que culminou no empoderamento dos servidores, estes adquiriram maiores condições para discutir com o governo as necessidades, bem como apresentar a sua agenda de reivindicações.

Depois desta, [...] mais três passeatas se realizaram — maio de 81, abril de 84 e novembro de 87. Todavia nenhuma se equiparou à primeira, nem em termos de objetivos e nem em termos de sucesso. O objetivo da primeira passeata foi demonstrar força para evitar a greve: o objetivo das outras três foi mostrar união para não terminar as greves. (BIASOTTO; TETILA, 1991, p. 119).

Importante se faz destacar que, Pedro Pedrossian, o último governador nomeado do Estado, cujo primeiro mandato foi no período de 1980-1983 e o segundo mandato de 1991 a 1994, “se notabilizou pelo estilo centralizador e autoritário, pelo arrocho salarial e arbitrariedades contra os servidores públicos de modo geral e os professores em particular” (BITTAR, 2009, p. 200). No ano de 1981, os professores reivindicavam um aumento salarial de 108%, em função da inflação relativa ao período de 12 meses, a fim de atender o custo de vida. Tendo em vista que a categoria conseguiu apenas 15% do montante requisitado, a luta pelos 93% restantes continuou.

Muitos foram os desafios que perpassaram a luta pelos 93% restante. O movimento foi marcado pela ação repressiva por parte dos diretores de escolas, que orientados pelo governador ameaçavam os professores, que aderissem à greve, de demissão. O SIMTED-Dourados é derivado da Associação Douradense de Professores (ADP), criada em maio de 1978, quando foi aberto, com o apoio das Associações de Pais e Mestres de Dourados, um movimento reivindicatório, teve como resultado uma proposta governamental com um aumento em duas partes: de 15% para março e 35% para maio de 1982.

A proposta não foi aceita, e as representações sindicais de outras cidades, como Campo Grande, Três Lagoas e Corumbá, aderiram ao movimento grevista. Tal mobilização, foi a primeira greve dos professores em Mato Grosso do Sul. Diante deste cenário, o governo alterou a estratégia de ação, e aperfeiçoou sua postura coerciva, conforme mencionam Biasotto e Tetila:

Reconhecendo que suas promessas – ínfimas, diga-se de passagem, para o ano de 82, não haviam convencido os professores a retomarem às aulas, ao contrário, haviam provocado a primeira grande greve geral no Estado, o governo resolveu apelar para outros expedientes, menos democráticos, mais persuasivos: as ameaças. A primeira ameaça foi a de corte dos salários e a segunda, remoção em massa. A primeira ameaça em muitos casos se concretizou; a segunda não, talvez não somente pela força demonstrada pelos professores, mas também, pelo equilíbrio de forças políticas existentes na Assembleia Legislativa. (BIASOTTO; TETILA, 1991, p. 141).

Como resultado deste processo de coerção, o governador ficou prejudicado, tendo em vista que seu candidato à sucessão, José Elias Moreira, foi derrotado nas eleições, de 1982, pelo opositor Wilson Barbosa Martins, primeiro candidato eleito de maneira democrática com o apoio da categoria docente.

Mesmo com uma nova porta de acesso ao governo, a FEPROSUL deu continuidade à luta pelos direitos da categoria. Ao longo dos anos que se sucederam aconteceram diversas negociações com os governos, passeatas, greves e acordos, sendo que uma conquista significativa, fruto da ação sindical, consiste no Decreto nº 3.004, de 3 de maio de 1985, que determinou a realização das eleições para os diretores da rede escolar pública estadual, conquista materializada apenas no ano de 1991, no governo de Pedro Pedrossian.

Na atualidade, existem seis escolas estaduais no município de Coxim-MS, sendo que nas mesmas atuam 222 professores e 63 administrativos, totalizando 285 profissionais da educação. Em visita a FETEMS, no mês de setembro de 2021, a pesquisadora foi informada de que não existem dados relativos à quantidade de filiados no período de 1985 a 1991, tendo em vista que os arquivos desse período foram destruídos, pois nesta ocasião não existia um sistema informatizado.

Em consonância com o pensamento de Toaldo (2003), em se tratando do Novo sindicalismo e do movimento do magistério público de Mato Grosso do Sul, têm-se que o movimento dos professores públicos de Mato Grosso do Sul ganhou sustentação e se fortificou com a deflagração do movimento denominado Novo Sindicalismo no final da década de setenta, no ABC paulista.

A fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), no início dos anos oitenta, em âmbito nacional e particularmente no Mato Grosso do Sul, além de ser fruto do movimento do Novo Sindicalismo, ajuda a prosperar e solidificar o movimento do magistério público.

A Central Única dos Trabalhadores nasceu e expandiu-se nacionalmente e no Mato Grosso do Sul, como consequência do Novo Sindicalismo, ajuda na conscientização e consistência dos movimentos sociais e de um modo especial no movimento dos professores.

As novas práticas sindicais são detentoras de condições para estimular e intensificar as mobilizações do grupo do magistério, em conjunto com as ações junto às bases e ao combate irreduzível dos direitos trabalhistas.

Fica evidente que, desde o início do movimento sindical no Estado de Mato Grosso do Sul, a luta dos professores em defesa de melhores condições de trabalho e salário é uma questão presente nos debates do sindicato, o movimento docente tem bandeiras reivindicatórias que se mantêm vigentes apesar das mudanças de gestão e autoridades governamentais.

Em se tratando da atuação do sindicato de professores de Mato Grosso do Sul, as Atas das Assembleias Gerais da FETEMS, desde 1979 até agosto de 2014, evidenciam que a luta por melhores salários não se limita somente aos professores, mas se estende a todos os trabalhadores que desenvolvem atividade laboral na escola.

A seguir, no Quadro 1, elencamos algumas ações desenvolvidas pelo sindicato, cujos resultados reverberaram na qualidade de trabalho da categoria no Mato Grosso do Sul, mediante registro das atas.

Quadro 1. Conquistas do ano 2000

Ano	Evento	Registro	Conquista
2000	Assembleia Geral da FETEMS, do dia 30 de maio.	Livro 06	Piso mínimo.

Fonte: FETEMS (2000).

Questão interessante a ser destacada, diz respeito ao fato de, no período relativo aos anos de 1999 a 2006, José Orcírio Miranda dos Santos, do Partido dos Trabalhadores, exerceu dois mandatos como governador. Tendo em vista o apoio dos professores, nos primeiros anos de sua gestão, o sindicato teve uma aproximação com a administração. Contudo, em função da crise em relação às contas do estado e da política nacional, que estabelecia o arrojo fiscal para os entes federados, os professores tiveram como consequência a falta de

recursos para a educação, que culminou na impossibilidade de atendimento das demandas de melhoria salarial. Tais fatos colaboraram para que o movimento sindical, aos poucos, adotasse uma posição crítica diante da gestão de Miranda.

Quadro 2. Conquista de 2003

Ano	Evento	Registro	Conquista
2003	Assembleia Geral da FETEMS, do dia 03 de dezembro.	Livro 08	Nas negociações com o governo, os professores chegavam a alguns acordos de aumento salarial, embora não atendessem as demandas a respeito da melhoria salarial: “A nível de Brasil salários não estão tão ruins, em menos de 01 (um) ano conseguimos 25%.” (FETEMS, 2003).

Fonte: FETEMS (2003).

No ano de 2004, a categoria garante por meio da luta sindical mais uma conquista:

Quadro 3. Conquista de 2004

Ano	Evento	Registro	Conquista
2004	Regras da política salarial	Diário Oficial nº 6.204, do dia 15 de março.	Lei nº 2.781, de 19 de dezembro de 2003, que dispôs sobre a fixação de subsídios e vencimentos do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo.

Fonte: FETEMS (2004).

O Decreto nº 3.004, de 3 de maio de 1985, também regulamentou o reajuste conquistado no ano anterior. Tal conquista, consequência da greve da categoria, conseguiu 15% de aumento para os professores e especialistas, divididos em janeiro, fevereiro e março, e 27%, em média, para os funcionários administrativos, a partir do mês de fevereiro.

No ano de 2005, mais precisamente em 29 de novembro, mais uma tentativa de acordo salarial com o governo, a FETEMS em Assembleia socializa a fala do governador:

O governo já deu o realinhamento dos salários dos administrativos e professores, e já estabeleceu a política para os servidores até 2007, portanto não tem disposição de mudar a política salarial. Vai pagar o 13º salário em dia, mas não muda a política. (FETEMS, 2005).

Posteriormente, em 2006 e 2007, as discussões tiveram por foco a reposição relativa ao índice de inflação, assim como a incorporação da porcentagem suplementar de regência para os professores. Nesta direção, no dia 09 de maio de 2007, em Assembleia da direção da FETEMS, foram discutidas duas propostas, sendo que a primeira, no sentido de incorporar 100% de regência de uma só vez, inexistindo praticamente reajuste, e a segunda que consistia na incorporação de 30% em 2008, 70% em 2009 e 40% em 2010. Nesta direção, a segunda proposta “dá ao salário um reajuste de mais ou menos 18,5 por cento ao final da aplicação política de reposição ao longo prazo.” (FETEMS, 2007).

Como resultado, no fim do mês de julho de 2007, o governador André Puccinelli do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) apresentou uma proposta, e no dia 08 de agosto de 2007 o acordo relativo à Política Salarial para os servidores da educação do estado, foi assinado pelo governador:

Calendário de Pagamento [...]; 2- Política salarial do magistério: a) Incorporação da regência da classe da seguinte forma: 20% em 2008 a partir de janeiro ou maio; 20% em 2009 a partir de janeiro ou maio; 20 % em 2010 – a partir de janeiro ou maio; permanecerá uma regência de 40%; b) Mais a inflação do período; c) Mais um ganho real; [...] 4- O governo compromete-se por escrito e enviará mensagem à Assembleia Legislativa em novembro de 2007, transformando o compromisso em Lei. [...]. (FETEMS, 2007).

No ano posterior, em 2008, muitos foram os debates em torno do salário dos profissionais da educação. Ao todo, foram realizadas 12 Assembleias Gerais relativas ao assunto. No dia 16 de julho de 2008, foi promulgada a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, e para a sua defesa foram organizadas diferentes ações, a saber: mobilização da categoria, paralisação das atividades, palestras, informativos na imprensa e a criação de uma

Frente Parlamentar em defesa do Piso, formada por representantes de diferentes partidos políticos, prefeitos e deputados que apoiaram.

No primeiro trimestre do ano de 2008, foi discutido o acordo do ano de 2007 e sua efetiva prática. Nesta direção, na Assembleia realizada no dia 04 de abril de 2008 foram definidos alguns encaminhamentos:

1- Exigir o cumprimento do acordo assinado em 8 de agosto de 2007; 2- Reabertura de discussão do índice de ganho real; 3- Colocar a categoria em estado de alerta para qualquer mobilização necessária caso não seja respeitada as posições da categoria e que na necessidade de paralisação não haja obrigatoriedade de realização de assembleia. (FETEMS, 2008).

Quinze dias após a Assembleia do dia 04 de abril, no dia 17 de abril de 2008, foi realizada na FETEMS uma reunião, em caráter emergencial, para orquestrar entre os sindicalizados a leitura de cenário para a participação na audiência marcada, para o mesmo dia, com o governador, a fim de discutir a dificuldade de cumprimento com o pagamento dos valores relativos à tabela salarial dos professores. Na reunião, o governador reconheceu que a Federação estava correta em seus cálculos, contudo, iria cumprir com a determinação do acordo de 2007, porém, não se faria a reposição com relação à inflação.

[...] a categoria resolveu que no não cumprimento do acordo haveria paralisação das atividades, [...] decidiu-se então que a Comissão iria na reunião com o governo dizer que a direção e o conselho de Presidentes [das Sinteds - Sindicato dos trabalhadores em educação] querem que o governo cumpra o que foi proposto na última audiência com o governador. (FETEMS, 2008).

Com a participação da comissão da FETEMS, do governador André Puccinelli e de secretários e técnicos da administração, na audiência, foi informado que o governo não teria como cumprir o acordo de 2007, contudo, pagaria a incorporação de 20% da regência no salário-base e da inflação referente aos doze meses de 2007 e janeiro e fevereiro de 2008. O presidente da Federação se posicionou dizendo que repassaria a proposta para a categoria, a fim de que coletivamente pudessem tomar posição. Desta maneira, na Assembleia realizada no dia 24 de abril de 2008, os representantes docentes das associações municipais do estado aceitaram a proposta do governo por ampla maioria:

apurou-se que cinquenta Sinteds trouxeram resposta que aceita a proposta e cinco Sinteds rejeitaram a proposta, considerando a ressalva que a inflação remanescente, referente aos meses de março e abril, seja pauta da próxima negociação salarial.” (FETEMS, 2008).

Ainda no ano de 2008, na Assembleia da FETEMS, no dia 04 de julho de 2008, o professor Roberto Franklin Leão, então presidente da Confederação dos Trabalhadores em Educação (CNTE), informou sobre a aprovação do piso salarial pelo senado. Na oportunidade, chamou a atenção para o fato de que a luta do CNTE se apresentava como de fundamental importância para que o PSPN fosse instituído para todos os trabalhadores em educação da rede pública no Brasil e que a tarefa, a partir de então, consistia em batalhar para que os estados e municípios implementassem a Lei. Da mesma forma, o professor Jaime Teixeira, presidente da FETEMS, ressaltou a importância da participação dos deputados e senadores que eram favoráveis ao PSPN e, ainda, que o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva via com bons olhos o valor do piso para os trabalhadores da educação.

Já no mês de outubro de 2008, no dia 30, em assembleia, foi discutida a informação da imprensa relativa a Ação Direta de Inconstitucionalidade, assinada pelo governador do Estado de Mato Grosso do Sul, pois quando a Lei do Piso Salarial foi sancionada, os sindicatos de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Ceará e Piauí entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº 4.167) no Supremo Tribunal Federal, contra a Lei, a STF considerou a Lei do Piso constitucional.

Na ocasião, foi questionado o acréscimo da carga horária proposta ao planejamento de aula para os professores, assim como o valor do PSPN para que fosse o total das remunerações e não o salário-base. Em relação à carga horária, a Federação realizou algumas simulações a fim de poder avaliar o impacto na folha de pagamento do estado, e chamou a atenção para o fato de que, conforme o orçamento previsto para o campo da educação, ficava clara a existência de problemas, no sentido de fazer com que o governo pudesse cumprir com o pagamento do Piso Salarial:

Na simulação feita com a aplicação do piso pela carga horária de 40 horas, o impacto na folha de pagamento será de cinco milhões de reais. Na simulação com 20 horas, esse impacto será de trinta e três milhões de reais, agora em janeiro de dois mil e nove. Com relação ao orçamento, também foi feito um levantamento de quantos por cento da verba da educação fica comprometido com o pagamento da implantação do piso. [...] Pela análise dos números fica inviável a aplicação do piso por 20 horas a partir de janeiro de dois mil e nove, no entanto, é bandeira de luta da categoria que buscamos, para o futuro, chegar ao pagamento do valor do piso por vinte horas [...] (FETEMS, 2008).

É possível perceber, que no Estado de Mato Grosso do Sul a luta basilar em relação ao piso relacionava-se ao cumprimento da deliberação quanto à carga horária de planejamento. Neste sentido, o governador, em dezembro de 2008, confirmou para a FETEMS que não

voltaria atrás em suas decisões relativas à Lei do Piso, uma vez que se posicionava contra ela, mas que cumpriria o que o Supremo Tribunal Federal decidisse.

Mesmo o Plano Estadual de Educação, de 2004, prevendo a existência de uma carga horária destinada exclusivamente para a organização do planejamento, o governo se mostrava contrário ao mencionado direito trabalhista. Em Assembleia, realizada no dia 9 de dezembro, os presentes acataram, de forma unânime, o posicionamento da professora Suely, que ponderava que não se devia aceitar a supressão do tempo de planejamento do Plano Estadual de Educação, conforme se pode constatar a seguir:

O encaminhamento proposto pela prof^a Sueli é que a categoria se manifeste contrária à retirada do artigo do Plano Estadual de Educação que prevê o aumento da carga horária para planejamento, procurando os deputados estaduais para que não votem agora esse artigo e, caso este vá à votação que haja manifestações na Assembleia Legislativa. (FETEMS, 2008).

Diante da decisão, a FETEMS realizou a divulgação de sua posição nos diferentes meios de comunicação, no sentido de informar e aclarar para a sociedade a importância das horas destinadas ao planejamento para a categoria docente. Na Ata da Assembleia Geral da FETEMS, do dia 27 de outubro de 2009, livro 10, consta o registro relativo à discussão quanto a Ação Direta de Incondicionalidade com relação da implantação do Piso Salarial:

Iniciou-se a pauta pelo ponto: Participação dos Trabalhadores em Brasília no dia 11 de novembro de 2009 que estará reivindicando a aprovação da PEC que trata da redução da jornada do trabalhador para 40 horas semanais e a CNTE aprovou no último CNE que os trabalhadores em Educação participem engrossando o movimento e também reivindique o julgamento da ADI que contesta a implantação da Lei do Piso Salarial Nacional na sua integralidade, propôs. (FETEMS, 2009).

Em continuidade ao movimento de luta, na Assembleia Geral da FETEMS, realizada no dia 27 de novembro de 2009, cujo registro consta no livro 10, foi debatido o Projeto de Reajuste Salarial. Na ocasião, foi destacado o fato de o governo não ter aceitado a participação de representantes sindicais para agilizar os processos administrativos e a discussão da legislação dos técnicos administrativos:

[...] Passou para o ponto: encaminhamento do Projeto de Reajuste Salarial o presidente Jaime fez uma retrospectiva da última negociação salarial e que o governador cumpriu todos os pontos do acordo com exceção do ponto: participação de recursos humanos da Fetems na equipe da Secretaria de Estado de Educação para agilização de processos administrativos e na discussão da legislação dos técnicos administrativos. Apresentou a tabela como proposta para o reajuste salarial a partir de 1º de janeiro contendo a última etapa do acordo assinado em 2007, que é a implantação de 20% da regência mais o índice da inflação de 4,16% e que quando iniciamos a

negociação em 2007 éramos o 6º salário do país e a partir de janeiro de 2010 seremos o 3º melhor salário no ranking nacional e de acordo com essa implantação o reajuste será de 9,87% e que deverá ser maior pois ainda debateremos o ganho real com o governador. (FETEMS, 2009).

É possível verificar que, desde a criação da Federação em 1979, houve conquistas significativas advindas do movimento sindical docente de Mato Grosso do Sul, dentre as quais podemos destacar a obtida no final de 2013. O sindicato conseguiu a garantia de cumprimento da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui o piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, além de garantir que o valor do piso fosse estabelecido em 950 reais por 20 horas, o que significa exatamente o dobro do valor estipulado pela PSPN, conforme pode-se constatar:

Art. 2º-O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
§ 1º-O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.
§ 2º-Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.(BRASIL, 2008).

Na prática, a lei do PSPN teve início integralmente no ano de 2011, ocasião em que o STF passa a considerá-la constitucional, além de estabelecer reserva de um terço da carga horária para o desenvolvimento das atividades extraclasse, de planejamento dentre outras ações, o que permite que o professor com jornada de 40 horas semanais, terá à disposição 13 horas para a realização de atividades fora da sala de aula.

No ano de 2014, deu-se a fixação do índice de reajuste para a rede estadual de ensino em 8,5%, com incorporação de 20% de regência no vencimento base, o que significa que em quatro anos o docente obterá um aumento de 100%.

As ações do movimento sindical dos trabalhadores da educação no Estado de Mato Grosso do Sul apresentam-se em um espaço de lutas e de contradições, tendo em vista que a educação se apresenta na perspectiva de um organismo social. Neste sentido, de um lado tem-se o poder sindical que luta pela qualidade da educação, tendo como um de seus pontos de luta a valorização do magistério. Por outro lado, tem-se o poder estatal que não mede esforços

para justificar o financiamento da educação, em função dos recursos orçamentários que a União deve repassar para os entes federados. Diante da visível guerra de braço, a fim de embasar suas reivindicações, a FETEMS parte de parâmetros nacionais, e fixa metas, o que, à medida em que as negociações ganham espaço, os acordos anuais vão se definindo entre os dois poderes – sindical e estatal – de forma a produzir novas demandas trabalhistas, pautadas em função das experiências anteriores.

É imprescindível considerar que as políticas públicas, na perspectiva de ações desenvolvidas pelo Estado, são criadas, desenvolvidas nas instituições, coordenadas e implantadas por um dado governo, mediante seus respectivos programas e projetos direcionados para os diferentes setores da sociedade. Contudo, tal processo não está imune à burocracia Estatal, uma vez que tais políticas originam do capitalismo e são penadas e desenvolvidas via demandas da sociedade (AZEVEDO, 2004).

Rodriguez e Simões ao desenvolverem uma análise sobre “A história de valorização docente da educação básica em Mato Grosso do Sul (1979 – 1996)” destacam que:

[...] Estado de Mato Grosso do Sul estagnou-se nas questões das políticas educacionais de valorização durante toda a década de 1980 e até meados dos anos de 1990. Apesar dos incentivos das políticas nacionais, os dados revelaram o descaso destas políticas que sofreu com os arrochos salariais e com os obsoletos estatutos. Assim, se constata a importância da participação dos profissionais da educação na luta pela construção das políticas de valorização de sua profissão (RODRIGUEZ; SIMÕES, 2011, p. 19).

Fica evidente que a ação do movimento sindical é de fundamental importância para debater e propor ao governo políticas que venham ao encontro das reais demandas laborais dos trabalhadores em educação, bem como da sua valorização como profissional, uma vez que,

A política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, unicamente pôde existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX [...] (VIEIRA, 1992, p. 19).

Diante do exposto, pode-se compreender que a política educacional é formada pela relação de força e de poder da classe trabalhadora e da classe dominante, que é detentora do poder econômico, social e político.

Nesta direção, a pauta relativa à educação pública de qualidade, assim como pela formação dos professores, não se trata de uma reivindicação nova. Ao contrário, há décadas tal demanda se faz presente nos planos, projetos e programas de governo e de Estado. Contudo,

somente depois de quinze anos de aprovação da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro do ano de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, a proposição de uma política de formação de professores se faz presente na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação para além de dez anos.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho do ano de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e dá outras providências, evidencia em seu Art. 2º, dez diretrizes, cuja proposta consiste na:

- I - Erradicação do analfabetismo;
- II - Universalização do atendimento escolar;
- III - Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - Melhoria da qualidade da educação;
- V - Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - Valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Também o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) evidencia as pautas evidenciadas na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) para 2001 a 2011. Dentre as Diretrizes citadas anteriormente encontram-se dos incisos, a saber: I - erradicação do analfabetismo e II - universalização do atendimento escolar. Nesta direção, fica evidente que, em se tratando dos desafios para erradicar e universalizar o ensino tem-se o imperativo da existência de profissionais habilitados a fim de poderem desempenhar suas funções na edificação de uma educação de qualidade e para todos.

No tocante à valorização dos trabalhadores em Educação o Plano Estadual de Educação PEE/MS apresenta 4 (quatro) metas:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PEE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos(as) os(as) professores(as) da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 60% dos(as) professores(as) da educação básica, até o último ano de vigência deste PEE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação

básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PEE.

Meta 18: assegurar, no prazo de dois anos, a existência de Planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública e, para o Plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional 11 de 13 profissional, definido em Lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (MATO GROSSO DO SUL, 2014).

Mais uma vez o PEEMS referencia a Lei do Piso, na perspectiva de uma política imprescindível, no sentido de garantir os reajustes salariais e a política de valorização dos profissionais da educação. Da mesma forma, determina as estratégias necessárias para reorganizar a carreira mediante a formação inicial e continuada.

Em conformidade com as ideias de Fernandes (2014), no artigo intitulado “Em tempos de valorização dos profissionais da educação”, “as políticas educacionais cujo desenho institucional, no período de 1996 a 2011, materializou mecanismos importantes no âmbito da valorização docente, a saber: as políticas de fundos e o Piso Salarial Profissional Nacional” (PSPN). (FERNANDES, 2014, p. 49).

Neste sentido, a meta 18 é imprescindível para a garantia da valorização dos profissionais da educação, uma vez que propõe:

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 2014).

Ao tomarmos como referência o piso nacional, com base no plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, garantido em lei, mediante inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal, o piso se apresenta como sendo a consolidação da valorização, tendo em vista que tanto a remuneração como uma carreira atrativa são questões fundamentais no sentido de atrair novos profissionais para a carreira educacional, além de conservar os que estão trabalhando em prol da educação pública.

Pode-se afirmar que a Lei do Piso consiste em um marco na política de valorização salarial dos profissionais da educação básica, e nas políticas dos fundos de financiamento da educação, que marcam a luta do movimento sindical no Estado de Mato Grosso do Sul.

Fernandes e Fernandes (2016), sobre a imprescindibilidade da Lei do Piso e da aprovação do PNE, destacam que:

No cenário da valorização docente, assumiu importância, também, a aprovação da Lei nº 13.005, de 2014 (BRASIL, 2014a), que instituiu o novo Plano Nacional de Educação (PNE), para o período de 2014 a 2024. O PNE assumiu, entre as metas, a valorização docente por meio do PSPN. Também reconheceu que os docentes ganhavam, em média, 33% a menos que profissionais com formação e jornada de trabalho equivalentes. Assim, nas estratégias para garantir a realização das metas, criaram-se mecanismos com vistas às resoluções para as questões de valorização docente (FERNANDES; FERNANDES, 2016, p. 4).

O papel dos movimentos sindicais, a exemplo do SIMTED, se apresenta como essencial para a defesa e a efetivação das políticas, no sentido de atender a demanda pela valorização dos trabalhadores em educação, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. No capítulo a seguir, apresentamos as questões relativas ao sindicato de Coxim no Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO IV

O SINDICATO DE COXIM-MS

“...Tentar mudar o mundo é nossa bandeira
Mas, não é pra já...
É luta pra vida inteira!
(Aroldo Pereira)

A epígrafe demonstra o peso da bandeira que os profissionais da educação carregam durante sua trajetória, visto que a luta é diária e com uma série de desafios que vão além da formação humana integral do indivíduo, para que assim seja possível construir uma sociedade mais justa, democrática, laica e inclusiva. No decorrer histórico da organização dos profissionais da educação, entende-se que nossa bandeira é resistir, lutar e combater os fortes ataques contra uma das categorias mais atingidas pelas autoridades governamentais e grandes empresários, que por irresponsabilidade administrativa querem descontar nas costas dos trabalhadores a crise que criaram. No entanto, os profissionais da educação têm protagonizado grandes lutas em defesa de seus direitos, das condições dignas de trabalho, da valorização profissional, bem como a defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade. A luta é contínua, com a esperança de que dias melhores virão, e com o intuito de aos poucos construir uma nova realidade.

O objetivo deste capítulo é apresentar o contexto histórico-social da criação do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim (SIMTED-COXIM). Os documentos foram coletados nos arquivos do próprio SIMTED, sendo atas de assembleias, atas de eleições, ofícios, portfólios e boletins informativos. Tais documentos evidenciam a trajetória deste sindicato, desde sua criação associativa até a organização sindical. Nesse aspecto, será possível compreender sua criação no município de Coxim-MS. Cabe ressaltar que os arquivos encontrados não seguem uma ordem cronológica precisa, devido à queima de alguns arquivos e extravios de documentos.

4.1 A CRIAÇÃO DO SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (SIMTED) DE COXIM

A fim de compreendermos as tramas que envolvem a criação do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim-MS, é importante retomarmos alguns fatos que marcaram a história do sindicalismo no Brasil.

Ainda sob o comando do inesquecível regime militar, os trabalhadores brasileiros não tinham suas organizações, mas com o anseio de “Liberdade e Democracia” nos meados de 1978 começam a surgir pela vontade popular as primeiras entidades organizadas, a fim de discutir problemas que massacravam os trabalhadores no Brasil (BENTO 2016, p. 01).

Também o descontentamento generalizado relacionado ao arrocho salarial, gerando grandes movimentos e greves históricas, como, por exemplo, a greve do ABC paulista³, contribuíram para a institucionalização dos sindicatos.

Na impossibilidade de livre sindicalização, as categorias profissionais se organizavam em associações, em particular, as associações de professores. As reuniões dessas associações eram realizadas discretamente, devido ao autoritarismo da ditadura militar ainda estar presente no país desde 1964.

No ano que se viabiliza a divisão territorial, que provocou o desmembramento dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, gerando instabilidade no novo Estado, insegurança jurídica, política e econômica, os trabalhadores começaram a se organizar por categoria, com o propósito de reivindicar um cargo estável, melhores condições de trabalho e melhores salários. Foi nesse cenário incerto, provocado pela divisão do estado em 1977, que os professores do Mato Grosso do Sul também se organizaram em busca de mais segurança em suas atividades laborais, pois a incerteza de um estado novo e ainda politicamente desorganizado

Impedia qualquer previsão ou regularidade na vida futura dos professores. É nesses termos que a instabilidade jurídica se torna importante para o debate. Em relação à instabilidade política estadual, entre 1º de janeiro de 1979 e 15 de março de 1983, ou seja, no período de apenas um mandato, o Mato Grosso do Sul teve três governadores oficiais (Henry Amorin Costa, Marcelo Miranda e Pedro Pedrossian), além do duas vezes interino Londres Machado. A ausência de uma liderança capaz de construir uma hegemonia no interior da elite do estado nascente criou possibilidades de ações para os professores. (GOUVEIA; FERRAZ, 2012, p. 94-95 apud RODRÍGUEZ, 2014, p. 2)

Dessa forma, o processo de organização e de negociações dentro das associações de professores, que já existiam no MS, geraram alguns entraves políticos, pois se discutia a ideia da criação de um único sindicato que fosse capaz de representar todos os trabalhadores em

³ Scielo, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/f77DLNRZ6wnwtgcsfpnyFMr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 jul. 2022.

educação da rede estadual do MS, com o objetivo de fortalecer o movimento reivindicatório em prol da educação e em defesa dos profissionais que atuavam na educação pós divisão do estado.

A efervescência desse período conturbado do movimento reivindicatório do magistério público do Mato Grosso do Sul, foi

Sem dúvida, a caótica situação do magistério conduzia as lideranças que estavam formando a nível municipal, à busca de soluções. Essa busca levou evidentemente a indagações e essas indagações por sua vez levaram a conclusão óbvia: sozinhas as associações municipais pouco podiam. Havia conseqüentemente uma postura, ao menos de expectativa, no sentido de se constituir uma Associação a nível estadual. (BIASOTTO; TETILA, 1991, p. 50).

Após os acirrados debates, as discussões, a dificuldade econômica, a dificuldade de locomoção e a persistência dos que resistiram e se dispuseram a enfrentar e lutar com garra, em defesa dos profissionais da educação, bem como na defesa da escola pública, chega-se ao consenso da criação de uma federação de forte representação política, em que as associações municipais fossem afiliadas a ela. Assim, no dia 03 de março de 1979, foi criada a Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL), atualmente denominada Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS). Esta entidade é a maior organização sindical de categoria do MS que agrega 74 sindicatos municipais afiliados, com mais de 25 mil profissionais da educação pública e representa mais de 50% desses profissionais no MS. (FETEMS, 2022)

Destaca-se que, a Associação de Professores de Coxim (APC) foi constituída após 6 meses da fundação da FEPROSUL. De acordo com o registro no primeiro jornal informativo da associação, consta que

Vários companheiros se prontificaram a sentar juntos para discutir a formação da Associação de professores de Coxim, não foi fácil, mas o espírito democrático prevaleceu, foram realizadas muitas reuniões até que se consagrou a fundação da mesma, com a ajuda de vários seguimentos da sociedade [...] (APC, 1989, p. 01)

Dessa forma, o SIMTED de Coxim nasceu como Associação de Professores, no dia nove de setembro de 1979. Coxim é um município brasileiro da Região Centro-Oeste, situado ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul, numa região dominada antigamente por índios das etnias Caiapós e Bororós, também é reconhecido por suas denominações populares de "Capital Nacional do Peixe", "Terra do Pé de Cedro" e "Portal do Pantanal".

De acordo com os dados do último censo, em 2010, a população de Coxim totalizava 32.159 pessoas, sendo que no ano de 2021 é de 33.547 pessoas.

Ainda conforme dados do cadastro escolar SED (2019), Coxim-MS, no que diz respeito ao contexto educativo, conta com a seguinte forma de oferta: Infantil (06 Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal e 01 Centro Municipal de Pré Escolar); Ensino Fundamental e Médio (06 Escolas Públicas da Rede Estadual e 05 Escolas Públicas da Rede Municipal); Educação Infantil, Fundamental e Médio (02 Escolas da Rede Privada); Ensino Superior Público (02 Universidades e 01 Instituto Federal); e Ensino Superior Privado (02 Faculdades) e 01 Centro de Educação Especial de Coxim – APAE.

A ideia quanto à formação do sindicato surgiu de uma reunião informal de um grupo de professores, estes se prontificaram a organizar uma associação que representasse os interesses dos(as) professores(as). A presidência da Associação ficou sob a responsabilidade do sócio fundador da APC, professor Winston Antunes de Britto, que exerceu o cargo por três anos concomitantemente com a função de Agente Regional de Educação de Coxim-MS.

De acordo com os registros na Ata nº 01/83, o presidente Winston Antunes de Britto convocou uma assembleia prévia com todos os professores(as) e diretoras das escolas estaduais Pedro Mendes Fontoura, Sílvio Ferreira, Viriato Bandeira e Semíramis Carlota Benevides da Rocha, a assembleia foi realizada nas dependências da Agência Regional da Educação (ARE) com a finalidade de ler, analisar, debater e aprovar o primeiro estatuto da APC. Esse momento foi marcado por debates extremamente ricos, sobre a forma de como organizar a associação e a luta dos profissionais da educação da rede estadual em Coxim, bem como a importância da aprovação do primeiro estatuto, para assim realizar a primeira eleição de diretoria da APC, por ser esta, uma das reivindicações da categoria.

Nesta mesma assembleia foram discutidos e apresentados os nomes que poderiam fazer parte da composição das chapas que concorreriam às eleições da APC. Seguido de um tumultuado debate e de sugestões, o tema foi a votação, e por unanimidade de votos dos presentes foram indicados os seguintes professores: Maria Amélia de Araújo, Valderez Girards, Neuza Lino, Maria Izabel Cardoso Braga, Maria Luci Fontolan, Lígida Inês da Silva, Rosemary Lopes, Pedro Cotini Sobrinho, Tereza Delcy Garay de Carvalho, Maria Campos, Maria Alvina Sing Berto, Walter Cardoso da Silva, Joaquin K. Mori, Zélia Lopes da Silva, Darci Mourão, Dalva R. C. Spengler, Nadir Martins Borges e Cecília Leite Calza. Este grupo de professores se dissolveu em duas chapas concorrentes, uma denominada “União e Trabalho”, coordenada pela professora Maria Amélia de Araújo, e a outra intitulada “Liberdade, Integração, Professores em Ação” (LIPA), coordenada pela professora Neuza Maria de Andrade Lino.

Como apontam os registros na Ata nº 02/83, a eleição da primeira diretoria da APC ocorreu no dia 12 de março de 1983, nas dependências da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Sílvio Ferreira. A eleição contou com noventa e seis professores, aptos a votar, lotados nas escolas estaduais no município de Coxim. Logo após a apuração dos votos, constatou-se a vitória da chapa “União e Trabalho”, com 67,7% dos votos, contra a chapa LIPA que obteve 32,3%, sem a existência de votos brancos e nulos.

Assim, foi constituída e empossada a primeira diretoria da APC, com mandato de dois anos, composta pelos seguintes membros: Maria Amélia de Araújo (presidente), Valderéz Girards (vice-presidente), Maria Izabel Cardoso Braga (primeira secretária), Maria Alvina Singh Berto (segunda secretária), Marilza Ferreira Ferro (primeira tesoureira), e Rosemary Lopes (segunda tesoureira). Logo em seguida, o agente regional professor Winston Antunes de Britto propôs que realizassem uma Assembleia Geral com os presentes, para a escolha de nomes para compor os membros do Conselho Fiscal e Deliberativo que, por sua vez, trabalhariam em conjunto com a chapa vencedora. Em regime de votação, por unanimidade de votos e por aclamação, o Conselho Fiscal foi composto pelos seguintes professores: Neuza Maria de Andrade, Maria Campos Figueiredo, Catarina Isaura da Silva e Ronaldo Lanúbia (suplente). Já o Conselho Deliberativo, pelos professores: Pedro Cotini Sobrinho, Lígida Inês da Silva, Lecília Leite Calza, Maria Luci Antônio Fontolan e Arlete de Souza Cardoso Paro (suplente).

Materializada a diretoria APC através do presidente sócio fundador e a primeira presidenta eleita, é possível constatar que esses dois ávidos professores, mesmo em meio a um período conturbado e de grandes contestações, seguiram firmes no propósito de consolidar e fortalecer a organização da APC, desenvolvendo ações em prol dos profissionais da educação da rede pública estadual em conjunto com a FEPROSUL.

Destaca-se que este sindicato surgiu na efervescência em busca de melhores salários, condições de trabalho, estabilidade e na necessidade de os trabalhadores no Brasil se organizarem por categoria. Nessa direção, a Constituição de 1988, averiguado os direitos e deveres individuais e coletivos, deixa claro no art. 8º que “É livre a associação profissional ou sindical” (BRASIL, 1988, p. 12). Foi a partir da promulgação da Carta Magna, que os servidores públicos do país tiveram a liberdade de se organizarem em uma Entidade Sindical, resultando na transformação das Associações de Professores em organizações sindicais. Como aponta os registros em atas de transferência, números 36/89 e 37/89, a extinção da APC ocorreu em 8 de julho de 1989, passando a denominar-se Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim (SIMTED).

As reuniões e assembleias eram realizadas nas unidades escolares, uma vez que o sindicato não possuía sede própria. Em 1986, o Sr. José Maia Leal e sua esposa Catarina Imada Leal doaram um terreno para a construção da sede do SIMTED, a conclusão e a inauguração foi realizada no dia 18 de maio de 1991, com um jantar de confraternização entre os filiados, seguido do pronunciamento de agradecimento da professora Elza I. Kopcak “[...] agradecemos ao professor Ubirajara Gonçalves de Lima pelo trabalho realizado durante dois mandatos e que culminou com a conclusão da sede do sindicato, espaço tão importante para categoria [...]” (SIMTED, LIVRO ATA nº 03, 1991, p. 42).

Atualmente, essa entidade é organizada como sindicato de base territorial no município de Coxim-MS, estruturada por quatorze membros na diretoria desenvolvendo suas ações de acordo com as discussões realizadas em Conselho de Presidentes, assembleias gerais ordinárias e extraordinárias com base que, posteriormente, são debatidas e deliberadas em assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, realizadas na sede da FETEMS, na capital. O SIMTED é filiado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação-CNTE e, em 1995, filia-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), conforme consta no Ofício nº 26/95, seguido da ficha de filiação em 11 de maio de 1995, por entender que a CUT é uma entidade que atua para garantir a participação, a defesa de direitos e a manutenção da unidade de luta em prol da classe trabalhadora do país.

O SIMTED durante esses quarenta e três anos de existência tem registrado em seu histórico a atuação de treze presidentes, referenciados na Tabela 1.

Tabela 1. Presidentes desde 1979 a 2022

Presidentes(as) e vice-presidentes(as)	Mandatos	Ano	Partido	Formação
Winston Antunes de Britto (Sócio fundador APC)	01	1979-1982	PMDB	Matemática
Maria Amélia de Araújo Vice: Valderéz Girardi	01	1983-1984	Sem partido	Ed. Física/Direito
Vanda das Graças Lopes Vice: Milton T. Vasconcelos	01	1985-1986	PMDB	Pedagogia/História
Ubirajara Gonçalves de Lima Vice: Winston Antunes de Britto Vice: Marino Paulino da Silva	02	1987-1988 1989-1991	PT	Matemática

Edvaldo Dias Vice: Elza Ap. Ignote Kopcak Vice: Francisco Dourado Cavalcante Vice: Janete Vitti	04	1991-1993 1993-1995 2005-2007 2007-2010	PT	Pedagogia
Maria Alvina Singh Vice: Ubirajara G. de Lima	01	1995-1997	PMDB	Pedagogia
Maria Leuda de Oliveira Ferreira Vice: Marli Fernandes	01	1997-2000	PT	Pedagogia
Maria Aparecida Monteiro (presidenta interina)	3 meses	2000	PT	Pedagogia
Ana Iara Ribeiro dos Santos Vice: Noemia Francisca Guerra	01	2001-2003	PDT	Biologia
Catarina Isaura da Silva (presidenta interina)	23 dias	2004	PT	Pedagogia
Luiz Alberto Pavon (presidente Interino)	53 dias	2005	PT	Letras
Thereza Cristina Ferreira Pedro Vice: Catarina Isaura da Silva	02	2010-2013 2013-2016	PDT	Ed. Física
Mara Núbia dos Santos Vice: Valdir Aparecido de Oliveira	02	2016-2019 2019-2023	PT	Letras

Fonte: Elaborada pela autora, baseada em dados contidos nas atas de eleições do SIMTED/COXIM.

A partir dos dados apresentados na tabela, observamos que a maior parte dos cargos de presidente deste sindicato foi dirigida por mulheres. A feminização na docência, no início do século XX, propiciou a justificativa de os homens, movidos pela oportunidade de melhores salários oferecidos pelo processo de industrialização, deixarem as salas de aula. Dessa forma, esse discurso tornou-se motivo legítimo para que as mulheres assumissem o magistério como uma atividade majoritariamente feminina (PRIORI, 2004). A participação das mulheres nos movimentos de resistência, ganhou destaque a partir de 1970, período em que “o Brasil estava

numa crescente urbanização e industrialização e a mulher, por sua vez, iniciava sua inserção no mercado de trabalho” (BORBA e FABRINI, 2017, p. 39).

Nesse aspecto, é importante destacar na Tabela 1, dos treze professores que passaram pela presidência do SIMTED, 53,8% filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), 15,4% ao Partido Democrático Brasileiro (PDT), 23,1% filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e 7,7% sem partido.

É fato que durante esse período, a conjuntura política e econômica do país em nível federal, estadual e municipal não era favorável à categoria da educação e a dos trabalhadores em geral, exceto o período em que o país foi governado pelo presidente Lula/Dilma (2003-2015) e o Estado de MS pelo governo Zeca (1999-2006) do PT, onde eles desenvolveram e implantaram várias ações e a aplicação de políticas públicas em prol da educação. Nesse aspecto, Rodriguez e Simões (2011) enfatizam que o passado histórico de Mato Grosso do Sul demonstra que os governos anteriores, à gestão de Zeca, tinham como foco a governança voltada para a política econômica neoliberal, cujo principal objetivo era o crescimento da economia do Estado, enquanto a educação e as políticas sociais eram tratadas em segundo plano.

No Estado de MS, no governo Zeca do PT como destacam Rodriguez e Simões (2011, p. 10), “[...] a partir de 1999 com a administração de José Orcírio Miranda dos Santos do Partido dos Trabalhadores, conhecido como Zeca do PT, que as políticas educacionais de valorização do magistério começaram a ser revisadas.” O cenário do período Zeca democratizou a educação oferecendo melhores condições de trabalho aos profissionais da educação, a extinção das práticas de salários atrasados, e inclusive a retirada do salário dos professores do 16º pior salário do país, elevando-o para o 6º melhor salário, quando deixou o governo em 2006. (A CRÍTICA, 2010).

Em 2007, já no governo de André Puccinelli (PMDB), apesar de muitos embates e mobilizações da categoria da educação em sua gestão, a FETEMS e os SIMTEDs conseguiram avanços significativos na carreira dos profissionais da educação, como a garantia de 1/3 horas-atividades, através da Lei Complementar nº 165, de 25 de outubro de 2012, aprovação do Estatuto dos profissionais da Educação Básica (Lei Complementar 87/2000), assegurando o Piso Salarial para o nível médio por 40 horas; Piso para nível superior 50% acima do nível médio, por 40 horas; adicionais por tempo de serviço; mudança de classe a cada cinco anos; eleição para diretores de escola, jornada de trabalho de 6 horas para os administrativos, bem como direitos igualitários para professores(as) concursados, contratados e administrativos.

A partir de 2015, o estado passa a ser governado por Reinaldo Azambuja (PSDB), sua gestão foi marcada de muitos embates, mobilizações, paralizações e greve dos administrativos da educação, pelo fato de o governo colocar em prática a política de abonos, incentivos temporários, reajuste 0% para os administrativos e retiradas de direitos.

Um dos maiores retrocessos da gestão do PSDB, foi o Projeto de Lei nº 266, aprovada em 11 de julho de 2019, onde os professores convocados passaram a ganhar menos que os professores efetivos, a redução salarial desses profissionais foi de aproximadamente 47,7% em comparação com o salário dos concursados. Antes da aprovação da Lei nº 266/19, os(as) professores(as) contratadas ganhavam igual aos concursados, por desempenhar a mesma função com a mesma formação.

Mesmo diante de tantos entraves ocorridos na atual gestão, o movimento sindical da educação no MS, através dos 74 Simteds existentes em 74 municípios do Estado de Mato Grosso do sul em parceria com a FETEMS, continuam incansáveis na luta, e hoje conta com avanços significativos, como o processo seletivo que moralizou as contratações; o reajuste salarial para os funcionários administrativos, inclusive, a incorporação do abono e vales; em 2019, a realização de Concurso público com 500 vagas para professores e 500 para administrativos; em 2022, a realização de concurso para 750 vagas para professores, e a manutenção das 6 horas de trabalho para os administrativos.

Os profissionais da educação da rede estadual de Coxim e do MS possuem hoje uma das melhores políticas salariais do país, conforme evidenciado pela Lei Complementar nº 277, de 15 de outubro de 2020, que integraliza o equivalente de 100% do Piso Nacional aos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, como descrito no Art. 49 § 2º

A equivalência de 100% que trata § 1º deste artigo será integralizado até o ano de 2027, sempre no mês de outubro e nos percentuais correspondentes ao “Piso Salarial Profissional para os Profissionais do Magistério, estabelecido pela Lei Federal nº 11.738, de 2008, conforme especificados nos incisos abaixo:

IX - outubro de 2022: 90%;

X - outubro de 2023: 92%;

XI - outubro de 2024: 94%

XII - outubro de 2025: 96%

XII - outubro de 2026: 98%

XIV – outubro de 2027: 100%

4.2 A PARTICIPAÇÃO SINDICAL EM COXIM-MS

A trajetória histórica do SIMTED, percorrida nesses 43 anos de existência, em um percurso marcado por luta e resistência, tem evidenciado em seus registros o envolvimento político-social, ocupando espaços relevantes na sociedade e mantendo a participação como representante da população, em temáticas que vão além de discussões a respeito de causas trabalhistas e interesses relativos somente a categoria da educação.

Nesse aspecto, é possível constatar em seus registros que, durante o percurso histórico dessa entidade, teve a participação de membros da diretoria no Conselho Municipal da Saúde, no Conselho Estadual da Saúde, no Conselho da Mulher, na Comissão de Organização do Calendário de Festas e Eventos Culturais do Município, no Conselho do FUNDEB, no Conselho Municipal da Educação, na Comissão de Avaliação Plano Municipal de Educação, na Comissão de Avaliação do Plano Estadual de Educação, na Comissão de Valorização do Magistério, na Comissão de Reformulação do Estatuto do Magistério da rede Pública Municipal, no Comitê da Cidadania Contra a Fome e a Miséria em parceria com o 47º Batalhão de Infantaria.

Também na Comissão Municipal de Trabalho e Renda de Coxim, no Conselho Municipal de Assistência Social, na Comissão de Lotação de Professores Temporários, na discussão sobre a implantação do hospital Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (CASSEMS) em Coxim, na organização e realização de debates públicos entre os candidatos nas eleições municipais para prefeito, além disso, a participação em Congressos, Fóruns, Seminários, Conferências Municipais, Conferências Estaduais, Conferências Nacionais, Audiências Públicas e Simpósios, que abordam as discussões a respeito da implementação de políticas públicas e controle social.

Considerando a importância dos conselhos como fator imprescindível, que possibilita a participação da sociedade, em uma gestão institucionalizada sem qualquer ligação com o Estado, Martins et al (2008), salientam que

Os Conselhos Gestores possibilitam a participação da sociedade civil nas discussões sobre o planejamento e na gestão das diversas políticas estatais responsáveis pela promoção de direitos fundamentais centrados em diferentes áreas: saúde, assistência social, educação, trabalho, moradia, entre outros. (MARTINS et al., 2008, p. 157).

Isso demonstra que o SIMTED atuou e ainda atua não somente como uma entidade representativa dos profissionais da educação, mas também tem sua parcela de contribuição voltada para a implementação e a garantia da aplicação de políticas públicas em prol da sociedade coxinense. Gouveia e Ferraz (2012) reforçam que os sindicatos não defendem

somente os interesses de determinada categoria, como também a defesa dos interesses e direitos coletivos que sejam comuns a todos.

Nesse sentido, o fato de não limitar sua atuação em apenas questões econômicas referenciadas somente a categoria da educação, este sindicato também tem demonstrado preocupação com os rumos que o município tem tomado, razão pela qual possibilita a entidade ser respeitada pelas instituições e pela sociedade coxinense.

Em momentos de embates, greves e reivindicações por melhores salários e condições dignas de trabalho, o SIMTED de acordo com os registros das Assembleias Gerais recebeu apoio de pais, estudantes, sindicato rural, vereadores, diretores das escolas, Associação de Pais e Mestres (APMs), igreja católica, igreja evangélica e outros seguimentos da sociedade que reconhecem a educação como principal fator agente de transformação de um povo. Nessa direção, Monlevade aponta que

[...] a luta sindical, razão da própria existência dos sindicatos, inclusive dos educadores, precisa ser compreendida não somente à luz de conjuntura que mudam e rapidamente se esgotam, mas a partir de uma leitura da economia, da história, da geografia, da evolução do estado e de suas políticas públicas, numa palavra, a partir do contexto das relações sociais que condicionam ou determinam as forças desta mesma luta por melhores salários e condições de trabalho. (MONLEVADE, 1997, p. 7).

Importante nesse aspecto, aferir que a luta do movimento sindical categorizado não pode resumir apenas a um grupo fechado, mas na necessidade de manter o diálogo constante com outras instituições e nos mais diferenciados grupos sociais, que também são vítimas da falta de reconhecimento laboral, de melhores salários, da falta de condições dignas de trabalho, da falta de informação e de jornadas extenuantes que põe em risco a saúde do trabalhador.

As transformações econômicas têm reconfigurado novas formas de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a reconfiguração da atuação dos sindicatos. Sobre a nova forma de atuação Silva (2017) reforça que

[...] o leque temático que se abriu a partir das transformações decorrentes do mundo do trabalho obrigou os sindicatos a criarem estratégias de atuação para efetuar novas alianças e constituir um poder político a partir do papel dos “sindicatos, coalisões, movimentos sociais e organizações relacionadas, políticas e local de trabalho, reorientação das inovações estratégicas e renovação da solidariedade” (SILVA, 2017, p. 23)

Nesse aspecto, a criação do SIMTED e a luta permanente para mantê-lo cada vez mais forte e atuante são essenciais para enfrentar as mudanças sociopolíticas e socioeconômicas

marcadas em governos, cujos projetos são de políticas neoliberais. As Tabelas 02 e 03 demonstram a participação dos profissionais da educação no município de Coxim, dos anos de 1983 a 1997 e de 1999 a 2019.

Tabela 2. Dados das eleições do SIMTED COXIM de 1983-1997

VOTANTES E VOTOS	1983	1985	1987	1989	1991	1993	1995	1997
Filiados	96	127	198	239	239	233	254	311
Participaram	96	48	81	*	158	140	214	144
Chapa 1	96	23	27	*	150	137	177	101
Chapa 2		12	53	*				
Chapa 3		6		*				
Votos contra				*			28	
Abstenções				*				
Branco	0	7	1	*	8	3	6	33
Nulos	0	0	0	*	0	0	3	10

Fonte: Atas de Eleições.

*Dados não informados.

Tabela 3. Dados das eleições do SIMTED COXIM de 1999-2019

VOTANTES E VOTOS	1999	2001	2003	2005	2007	2010	2013	2016	2019
Filiados	230	316	316	348	384	349	311	246	264
Participaram	212	235	289	**180	217	***232	*	162	159
Chapa 1	203	209	188	72	192	212	*	148	154
Chapa 2			90	58			*		
Chapa 3				50			*		
Votos contra	9	21				14	*		3
Abstenções				29	73		*	113	92
Branco	0	5	8	0	23	2	*	11	0
Nulos	0	0	3	0	2	3	*	3	92

Fonte: Ata de Eleições.

*Dados não informados.

**Na ata de eleição constam 160 votos, contudo a soma dos votos são 180.

***Na ata de eleição constam 232 votos, contudo a soma dos votos são 231.

Ao observarmos as Tabelas 2 e 3, verificamos que houve um crescimento significativo de filiados durante o período de 1983 a 2019, porém esse crescimento não acontece linearmente.

O crescimento gradativo acontece em 1983 a 1989, e nos anos seguintes ora aumenta o número de filiados, ora decai.

Verifica-se ainda que nos anos de 1989 e 2013 não há registro de dados da eleição ocorrida nesses dois anos, devido ao não acesso as atas. De quinze atas de eleições analisadas, houve duas eleições com três chapas concorrentes e duas eleições duas chapas concorrentes, as demais eleições ocorreram com chapa única.

De acordo com a análise das Tabelas 2 e 3 e nos registros de atas, a participação e a filiação da categoria no sindicato oscila no decorrer da história. A conjuntura política de cada momento fortaleceu ou enfraqueceu a organização. O embate desse sindicato acontece principalmente com o governo do estado, sendo sua pauta na maioria das vezes por questões salariais.

No capítulo a seguir, evidenciaremos a Análise do Discurso como teoria no contexto da presente pesquisa.

CAPÍTULO V

A ANÁLISE DO DISCURSO COMO TEORIA NO CONTEXTO DESTA PESQUISA

“Não é verdade o que dizem a respeito do passado, essa história de que podemos enterrá-lo. Porque, de um jeito ou de outro, ele sempre consegue escapar.” (Khaled Hosseini)

Este estudo aproxima duas áreas do conhecimento, na perspectiva das ciências não-cartesianas a fim de que, mediante interdisciplinaridade, possa evidenciar possibilidades de trabalho de modo que essas sirvam de base para as pesquisas acadêmicas: a Educação, enquanto ciência do conhecimento e formação, e a Análise do Discurso, enquanto dispositivo teórico metodológico que nos possibilita tencionar relações que ultrapassam o texto em sua materialidade.

Partimos do entendimento do discurso, ou seja, da compreensão relativa à trama de sentidos que fogem à intencionalidade e nos mostram dizeres, ideologias, assim como nos apontam questões que se apresentam como sombrias quando materializadas nas diferentes formas de interlocução.

Nos estudos de Pêcheux (1972), elaborados no período de 1977 a 1982, o estudioso francês se coloca no exercício de refletir sobre os contextos epistemológicos das ciências humanas na França, dos anos 50 até o início dos anos 80, além de refletir sobre a própria história das ciências humanas. Também analisa as bases epistemológicas que permitem o surgimento da AD. Seu olhar foca o papel da Linguística no campo das ciências humanas, nas suas crises, nas suas conquistas e na contribuição que a ciência da linguagem traz ao campo da AD.

Pêcheux (1982) compreende que o sujeito é atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, o que produz não mais um sujeito uno ou do *cogito* como em algumas teorias da enunciação, mas um sujeito *cindido*, *clivado*, descentrado, não se constituindo na fonte e na origem dos processos discursivos que enuncia, uma vez que estas são determinadas pela formação discursiva, na qual o sujeito falante está inscrito. Daí, a imprescindibilidade da análise do discurso.

A Análise de discurso de Escola francesa busca apreender “como” o texto expressa (ORLANDI, 2012) e não “o que” esse texto quer dizer. Nossa compreensão é a de que a linguagem se apresenta como agente de mediação entre o homem e a realidade natural e social, em conformidade com o pensamento de Orlandi (2012).

A Análise de Discurso francesa leva em consideração a construção histórica, mediante memória do que já foi dito antes, recuperadas nas novas enunciações, sem comando do sujeito.

A denominação de discurso, neste sentido, refere-se à palavra em movimento (ORLANDI, 2012). Tal movimento determina o simbólico e, desta forma, constitui o homem e sua história. Razão pela qual, a Análise de Discurso está necessariamente atrelada às condições de produção e aos fatos históricos que circundam os temas propostos. Este conceito se complementa com o fato de que o discurso, na percepção de M. Pêcheux, apresenta-se como efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 2016), o que significa que as palavras (e os silêncios) têm seus sentidos edificados mediante o elo dos partícipes na enunciação.

Diante do exposto, ao buscarmos aproximar metodologia escolhida para direcionar a análise desta pesquisa, com foco na nossa área de conhecimento, a Educação na perspectiva científica, temos a capacidade de compreender a concretização das ideologias nos discursos, e dos discursos nas línguas, como mostras de períodos e contextos sociais mediante transmissão. Nesta direção, localizaremos “[...] pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar [...]” (PINTO, 1999, p. 22) via acontecimentos comunicacionais compreendidos como textos.

5.1 A ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso eleita para a utilização neste estudo refere-se à escola francesa. Com base em nosso referencial teórico, levamos em consideração a década de 1960 como a gênese deste novo campo de pesquisa (MALDIDIER, 1993). Em 1968, Michel Pêcheux defende sua tese de doutorado intitulada *Analyse automatique du discours* e, em 1969, a publica pela Editora Dunod. M. Pêcheux, que nos leva a compreender a língua, na perspectiva de um objeto já não tão novo no século XXI - o discurso.

Conforme destaca Maldidier (1993), M. Pêcheux deu início a uma “aventura teórica” para colocar fim a ideia de uma “fantasia da totalidade” global, e foca seu raciocínio, ainda em 1966, sobre três concentrações de estudo, a saber: a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo histórico da linguística.

A percepção de M. Pêcheux quanto ao conceito de discurso é visualizada “por uma dupla fundamentação da língua na História. Ele é pensado sob o modo de uma ruptura epistemológica com a ideologia subjetivista que reina nas ciências sociais e regula a leitura dos textos.” (MALDIDIER, 1993, p. 109).

No intuito de fechar a tríade apresentada por Maldidier (1993), em sua retomada histórica quanto ao nascimento da teoria, o Materialismo histórico, no que diz respeito à

concentração de estudo, refere-se à língua trabalhando na história e não ela em si, na perspectiva de um produto isolado.

É a partir dessa concepção, e em consonância com o pensamento de Orlandi (2003), que se encontra a materialidade do discurso. O que significa que a história, como uma entidade afetada pelo simbólico, não é clara para o homem. Para Orlandi (2012), o discurso vai assumir sua forma material, “[...] encarnada na história para produzir sentido: essa forma é, portanto, histórico-linguística [...]” (ORLANDI, 2012, p. 19).

Contudo, Orlandi (2012) assevera que a Análise de Discurso, mesmo sendo herdeira da Linguística, da Psicanálise e do Marxismo (na perspectiva do materialismo histórico), transporta consigo peculiaridades que são subsídios típicos de uma reflexão interdisciplinar. Sobre esta questão, a autora nos estimula a compreender que tal teoria:

Interroga a Linguística, pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2012, p. 20).

Por materialismo histórico, podemos compreender que se trata de um conceito de Engels, utilizado para classificar a doutrina Marxista que entende os fatores econômicos como motivo e razão que definem os acontecimentos e fenômenos sociais e históricos (ORLANDI, 2016).

Esclarecido o conceito relativo ao materialismo histórico, faz-se importante esclarecer o que nomearemos de materialidade. Em conformidade com o pensamento de Pêcheux (1975), ao pensarmos a relação do real com o imaginário, o que para o autor se traduz em ideologia, que ocorre nas fronteiras de nosso inconsciente: ou seja, a ideologia materializada refere-se ao discurso, sendo que a materialização do discurso se dá pela língua.

A compreensão de discurso ocorre na perspectiva de fluxo, ou seja, de palavra movimentada, corrente, e observaremos, em conformidade como Orlandi (2016), o homem falando.

5.1.1 O Discurso

Neste estudo, fica perceptível que a interdisciplinaridade em que se baseia a Análise de Discurso de M. Pêcheux é seu legado proveniente da psicanálise, do marxismo e dos estudos da linguística social. Como consequência, admitimos e nos indagamos em relação à formulação dos enunciados e a composição dos discursos, de modo a assumir a inexistência de uma

objetividade surgida de uma impraticável intencionalidade dos sujeitos enunciadore. Importante se faz tratar do texto enquanto manifestação ou materialização dos discursos, uma vez que se trata do que iremos abranger em pesquisas em Educação e considerarmos como texto.

Em consonância com o pensamento de Orlandi (1995), visualizamos o texto na perspectiva de um componente da linguagem com “unidade significativa”. A percepção da autora chama a atenção para a especialidade dessa significação, ou seja, do elo significativo do texto: para ser texto, faz-se necessária a relação consigo mesmo e com a sua exterioridade, cuja relação denominaremos de textualidade.

Nesta direção, nossa atenção analítica não terá por foco a palavra no texto, enquanto configuração significativa por si e em si. Atentaremos as sentenças na perspectiva de via de acesso a discursos que, ao mesmo tempo em que as compõem, são desvendadas por elas e recuperadas por outros discursos. Não se configura como objetivo de nossa matriz teórica de análise estagnar o movimento das palavras, mas sim apresentar os caminhos, trajetos esses que são edificados por discursos.

Ao discorrermos sobre palavras que significam no texto, ou mediante o texto, tratamos da historicidade dele. Admitindo que o discurso é a palavra em movimento (ORLANDI, 2012), a historicidade consiste na trama de sentidos encontrados no texto. Impossível não realizarmos uma associação entre historicidade e história, entre texto e contexto histórico.

É imprescindível fazermos as devidas ressalvas e elucidações: a história externa, como aclara a autora, está necessariamente atrelada à historicidade, contudo, esse elo não existe de forma automática, de modo a ser entendido como uma relação de efeito e causa.

Nos textos voltados para as pesquisas em Educação, que fazem uso da Análise de Discurso como teoria-metodológica, não é possível encontramos a história contada, mas sim os efeitos destas nas significações. Iremos considerar como desafio o acesso ao cerne dos enunciados nos textos a fim de alcançar os discursos neles encontrados.

Neste estudo, o conceito de discurso será assinalado mediante variável de número: discursos. Ao admitir a existência de discursos plurais, retomamos a reflexão de M. Pêcheux de que um discurso faz sentido, ou significa, também constituem outros discursos. O interdiscurso, portanto, consiste na “voz sem nome” que faz sentido se incorporada em outros discursos, ou seja, é o que já foi dito e interfere nos dizeres. Refere-se às falas que, pelo transcorrer da história, foram reunidas pelo sujeito, mesmo que ele não tenha consciência disso. Ele está assujeitado a história.

Em se tratando das condições de produção, faz-se importante voltarmos um pouco ao marxismo e às contribuições de seu legado para a nossa teoria. Nesta direção, M. Pêcheux sofisticou o conceito.

Na prática, o modo como a matéria, ou a vida material, é produzida se apresenta como fator condicionante dos processos da vida social. Em se tratando da língua, da relação entre a língua e o discurso, a língua se apresenta como a provedora de condições materiais para o processo discursivo, ao passo que o próprio discurso se apresenta como fator de constituição da língua, no que Orlandi (2016, p. 73) denomina de “um movimento incessante”. Desse modo, a língua consiste em um fato social e histórico.

Diante do exposto, a noção de condição de produção pode ser compreendida de forma a considerar os sujeitos, as situações e as memórias, uma vez que as condições de produção são o contexto imediato. Tal explicação pode ser expandida se levarmos em conta os contextos ideológicos e sócio-históricos de elaboração dos enunciados. Assim, a memória a que nos referimos aqui é a memória discursiva, ou seja, o contíguo de saberes e de dizeres que nos interpelaram e constituem os discursos. Inexiste problema em juntar essa ideia de memória discursiva aos interdiscursos como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independente” (ORLANDI, 2012, p. 31).

Nesta direção, para que seja possível um discurso em análise, faz-se necessário desvendar as memórias discursivas (constituição dos discursos) bem como dominar a formulação dos enunciados no dado contexto (condições de produção):

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram os sentidos. (ORLANDI, 2012, p. 33).

Desta forma, o texto compõe um meio de comunicação a ser analisado, pode ser nosso objeto empírico, que é o que nos alicerça em nossa análise, o que nos é palpável e a que nossos olhos têm acesso.

Ainda, segundo Orlandi (2003), o texto enquanto objeto empírico pode ser um “objeto acabado com começo, meio e fim”. Neste sentido, o que nos interessa é exatamente o que a análise pode devolver ao texto em sua incompletude, ou seja, recuperarmos as suas condições de produção e deslocarmos o texto para sua condição de objeto teórico.

Pode-se compreender que a incompletude do texto enquanto objeto teórico é inerente à sua existência, ao mesmo tempo em que ela é desvendada pela aplicação da análise.

5.1.2 Sujeito que faz o Discurso

Com base no pensamento de Orlandi (2003), vamos dimensionar a Análise do Discurso às teorias que as alicerçam, uma vez que é possível experimentar a mesma sensação na aplicação da análise em um objeto empírico, aqui analisado como um meio de comunicação em recorte. Este conceito é um, dentre outros, que “adquirem nitidez na prática” da análise. Neste sentido, o sujeito a quem nos referimos, e que abrigará por muitas vezes o foco de nossa atenção científica, é necessariamente constituído em sua materialidade por seu inconsciente e interpelado por ideologia ou ideologias (ORLANDI, 2016).

Partiremos da noção de sujeito para a Análise de Discurso destacando sua contraditoriedade essencial (ORLANDI, 2003). É importante salientar tal questão, tendo em vista que vamos trabalhar a tensão existente entre identidade e alteridade “que se constituem mutuamente” (ORLANDI, 2003, p. 187). Elucidaremos essa tensão, mediante o pensamento da alteridade lacaniana e pela concepção ilusória de um sujeito “fonte de seu próprio dizer” (ORLANDI, 2003, p. 188).

Uma vez que a noção de discurso é derivada de um aspecto da hermenêutica, no que toca a constituição da significação no interior da fala (MANHÃES, 2008), temos o seguinte paradoxo: um sujeito, enquanto emissor em um meio de comunicação, tenta transmitir ao seu interlocutor sua visão do mundo, de um fato, de um produto ou de uma notícia, assumindo uma intenção, ou movido por uma intenção. Contudo, quando nos respaldamos nos estudos sobre sujeitos recuperados e elaborados pela psicanálise, nos deparamos com sujeitos que se apropriam da linguagem para se expressarem, ao mesmo tempo em que são prisioneiros dela: são sempre sujeitos assujeitados pela forma e pelo conteúdo.

No que diz respeito à autoria, ela não é inerente ao sujeito discursivo. Na prática, o sujeito discursivo é o autor, ou seja, ele adquire a função de autor, ou a função-autor. Conforme Orlandi (2012), o autor unifica o discurso, institui e dá coerência ao enunciado:

[...] o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu. É assim que pensamos a autoria como função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc. (ORLANDI, 2012, p. 75).

Nossa compreensão é a de que a presente investigação pode desvendar resultados que as pesquisas de avaliações quantitativas não nos dão acesso. Nesta direção, investigar discurso vai além da observação do resultado de uma forma de comunicação. O que significa que, ao nos propormos a examinar o que está para além no texto, ou seja, solidificado nele, estamos conjecturando sobre sujeitos e ideologias, assim como sobre contextos e história, condições de produção e resultados.

Tomando por base o objeto de pesquisa para esta investigação, o sindicato é uma entidade representativa de trabalhadores que são interpelados por diversas formações ideológicas e discursivas, razão pela qual, é necessário lançar mão da Teoria da Análise de Discurso (AD) da Escola Francesa para compreender como esses discursos são formados e entram em circulação. A Análise do Discurso teve suas bases ancoradas no cenário da intelectualidade francesa, na década de 1960, mais especificamente em 1969, com a publicação de Michel Pêcheux intitulada Análise Automática do Discurso (AAD).

O próximo capítulo trata da dimensão metodológica que guia o percurso trilhado para a realização da presente pesquisa.

CAPÍTULO VI

METODOLOGIA

Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano, e são melhores. Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons. Porém há os que lutam toda a vida. Estes são os imprescindíveis. (Bertolt Brecht)

6.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta seção estão descritos os métodos aplicados para a coleta e a análise de dados, o local, os participantes, os critérios éticos, os instrumentos utilizados, a metodologia de análise dos dados, e as etapas da pesquisa.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa está baseada em uma abordagem qualitativa, pois busca a análise e a compreensão dos mais variados discursos, circulantes no meio da categoria da educação da rede pública estadual de ensino de Coxim. Para Minayo (2007), o objetivo consiste em abordar uma vasta gama de significados, onde estão embricados os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes resultantes das relações, com a intenção de tornar os conceitos menos abstratos e mais úteis para a pesquisa.

De acordo com Chizzoti (2006, p. 82), nessa abordagem o pesquisador será obrigado a “preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposição para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações, nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos.”

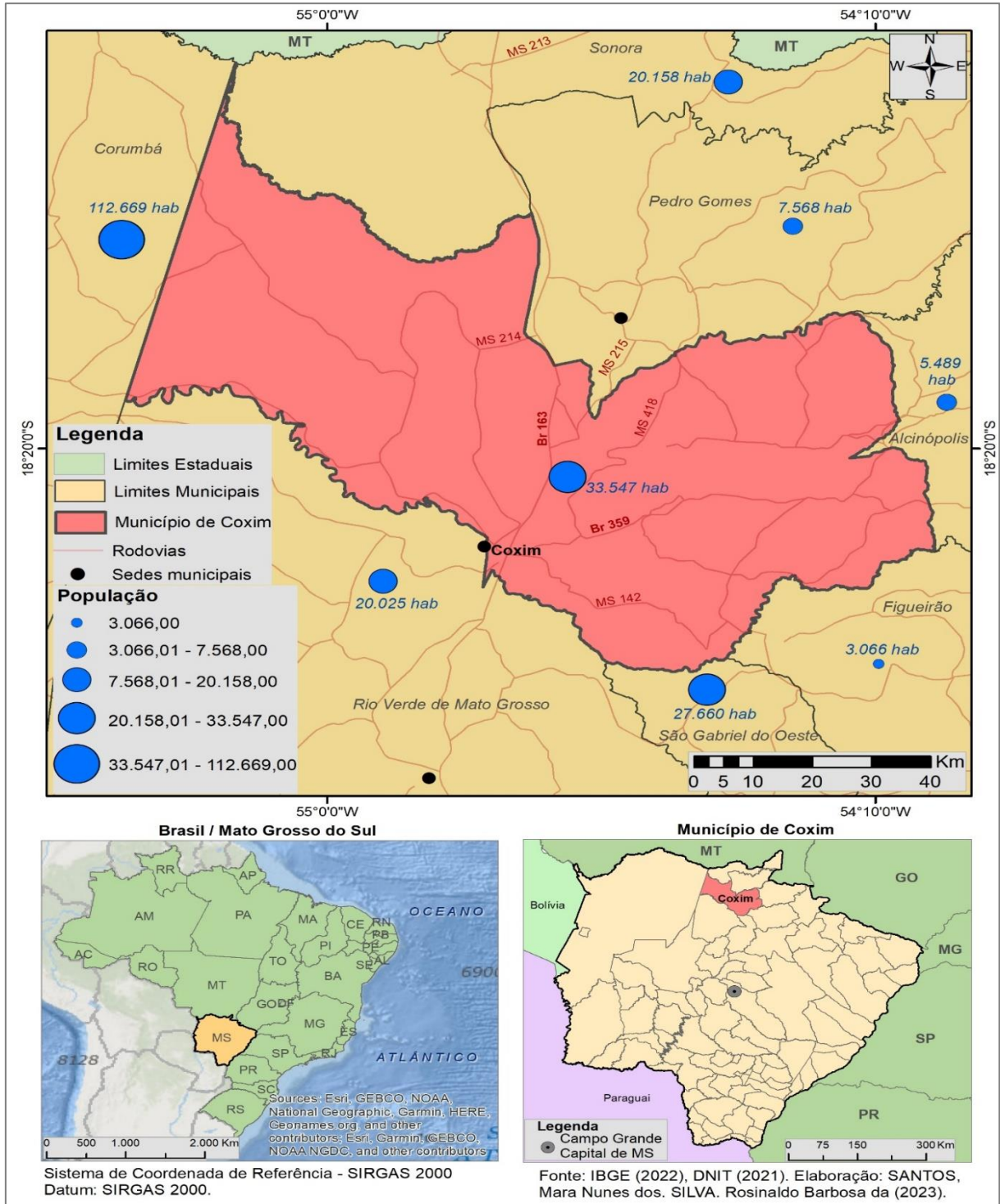
No entanto, o objeto de estudo nesta investigação será norteador por pesquisas bibliográficas, a título de saber e analisar os discursos e seus efeitos e sentidos produzidos pelos profissionais em educação da rede pública estadual de Coxim-MS sobre o SIMTED-COXIM. Pois, de acordo com Gil (2002), a realização da pesquisa bibliográfica é baseada em materiais de estudo, provenientes de livros e artigos científicos publicados. Assim, é com base nesta pesquisa que serão desenvolvidas as leituras, análises e interpretações que nortearão a escrita.

Também foi realizada a pesquisa documental nos arquivos do SIMTED-COXIM, que serviu para a análise de documentos oficiais, tendo como foco a trajetória histórica dessa entidade na luta e defesa dos direitos dos profissionais da educação da rede pública estadual de Coxim-MS.

6.3 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no SIMTED-COXIM no Mato Grosso do Sul-MS.

Mapa 1. Localização do Município de Coxim, Mato Grosso do Sul, 2023.



6.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Profissionais de educação da rede pública estadual pertencente à Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (SED), lotados no município de Coxim-MS, na condição de efetivo, convocado, ativo, inativo, filiado ao SIMTED-COXIM e não filiados.

6.5 DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES (POPULAÇÃO-ALVO)

Participaram da pesquisa doze profissionais da educação, sendo dois agentes de limpeza e dez professores. Os profissionais em questão, são aqueles que se propuseram a participar, mediante convite formal, via e-mail, realizado pela pesquisadora a todos os servidores sindicalizados ou não.

Dentre os doze participantes da pesquisa encontram-se servidores efetivos em atividade e efetivos inativos, que são sindicalizados, além de servidores convocados.

6.6 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para participar da pesquisa foram adotados os seguintes critérios de inclusão:

- a) Ser profissional de educação da rede pública pertencente à Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (SED), lotado no município de Coxim-MS;
- b) Pertencer ao quadro de profissionais de educação da rede pública estadual na condição de efetivo, convocado, ativo, inativo, filiado ao SIMTED-COXIM e não filiado.

Como critérios de exclusão estão os profissionais da educação que:

- a) Pertencem a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, mas que não estão lotados no município de Coxim-MS, sejam eles, ativos, inativos, efetivos, convocados, filiados ou não ao SIMTED-COXIM.
- b) Não estiverem no município de Coxim-MS, no período da pesquisa.

6.7 CRITÉRIOS ÉTICOS

Com a intenção de preservar a integridade dos participantes, foram realizadas ações que respeitassem as normas éticas da pesquisa.

A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Pesquisa (CEP) da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Parecer Consubstanciado nº 17/2022. A

pesquisa contou com a participação de seres humanos e seguiu as definições da Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Dentre os documentos que fazem parte do processo e que legitimam os procedimentos éticos está o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

6.8 INSTRUMENTO PARA A COLETA DE DADOS

Após o aceite de doze servidores para participar da pesquisa, seguido do primeiro contato por telefone para agradecê-los, foi encaminhado, via e-mail, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), contendo esclarecimentos sobre a pesquisa.

Para a coleta de dados e informações dos participantes, foram utilizados o questionário e a entrevista.

6.8.1 Questionário

Um dos instrumentos de coleta de dados foi o questionário, entregue de forma impressa, contendo 14 questões de múltipla escolha (Apêndice A), e teve o intuito de conhecer melhor os discursos dos participantes, profissionais da educação da rede pública estadual no município de Coxim-MS, sobre o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED) de Coxim, identificando suas condições de produção e de sentido.

No município de Coxim, os profissionais da educação (professores e administrativos) da rede estadual totalizam 379 servidores, sendo que destes 285 estão em efetivo exercício e 94 são aposentados.

O período de coleta de dados foi entre os meses de maio e julho do ano de 2022, totalizando três meses para o recebimento dos dados, o questionário e a entrevista foram realizados com os doze participantes da pesquisa.

A aplicação do questionário foi fundamental, por meio desse instrumento foi possível coletar uma grande quantidade de informações, trazendo um contato com o respondente e a sua caracterização, além dos dados obtidos de acordo com os objetivos traçados. Nesse sentido, a partir do que conceitua Marconi e Lakatos,

o questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 100).

Assim, a pesquisadora entrou em contato telefônico, ao longo de três meses, com os participantes da pesquisa, explicando sobre a importância, a natureza e todos os detalhes necessários para compreenderem melhor o objetivo da pesquisa. Após esse primeiro contato foi realizada a entrevista.

6.8.2 Entrevistas

A entrevista presencial foi marcada de acordo com a disponibilidade de cada participante. O local, o dia e o horário também foram determinados pelo entrevistado.

As entrevistas buscaram analisar os discursos dos profissionais da educação da rede pública estadual no município de Coxim-MS, sobre o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED) de Coxim, identificando suas condições de produção e de sentido, bem como, apontar os desafios do movimento sindical da educação na cidade de Coxim, realizar o levantamento das legislações nacionais e estaduais sobre a institucionalização dos sindicatos, contextualizar a formação do SIMTED, e compreender as formações discursivas dos profissionais da educação sobre a entidade representativa da classe trabalhadora da educação no município.

De acordo com Marconi e Lakatos, (2007, p. 94), uma entrevista consiste em um encontro “[...] entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”.

Optou-se pela entrevista semiestruturada, com um roteiro semiestruturado, de questões fechadas e abertas (Apêndice A), indo ao encontro do pensamento de Minayo (2009, p. 261-262) de que a “entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Assim, a pesquisadora entrou em contato telefônico, ao longo de três meses, com os profissionais da educação participantes da pesquisa, explicando sobre a importância, a natureza e todos os detalhes necessários para compreenderem melhor o objetivo da pesquisa. Após esse primeiro contato foi realizada a entrevista.

6.9 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS

Partindo da ideia de que toda técnica, relativa à análise de dados, consiste em uma metodologia de interpretação, ela requer o uso de procedimentos peculiares, no sentido de

preparar os dados para a análise, uma vez que esse processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem” (CRESWELL, 2007, p. 194). Porém, existem diferentes estratégias analíticas que podem ser utilizadas neste processo de análise de dados, como a técnica de análise de conteúdo.

De acordo com Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise do discurso é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Assim, a fim de realizar a decodificação dos documentos, o pesquisador pode fazer uso de diferentes procedimentos, de maneira a identificar o mais apropriado para o material a ser analisado, tais como a análise léxica, a análise de categorias, a análise da enunciação e a análise de conotações.

Neste estudo, optou-se por utilizar a técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2006), que se utiliza de categorias temáticas de análise, e organiza o processo de análise de dados em três fases, a saber: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. As categorias de análise emergiram das falas dos participantes da pesquisa.

Tendo em vista que a pesquisa parte da articulação, ou de uma tentativa de articulação da AD com a Análise de Conteúdo ou com metodologias educacionais, a primeira fase, relativa à pré-análise, consistiu em um momento reservado para a organização do material coletado e sua análise. Foi realizada objetivando torná-la operacional, mediante a sistematização das ideias iniciais, que envolveram quatro etapas, sendo: (i) a leitura flutuante, momento importante de contato com o corpo documental e que propiciou o conhecimento dos textos, a aproximação com o conteúdo textual analisado; (ii) a escolha dos documentos, que se configurou na seleção do que seria analisado; (iii) a formulação das hipóteses e dos objetivos, que orientou o olhar do pesquisador para as fontes; e, por fim, (iv) a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores, etapa que se configurou nos recortes e na codificação textual dos documentos de análise (BARDIN, 2006).

A segunda fase, que diz respeito à exploração do material, consistiu em um momento fundamental, uma vez que possibilitou interpretações e inferências a partir das categorias temáticas de análise. É importante mencionar esse fato, pois apesar de irmos à campo com categorias analíticas pré-definidas, elas também podem emergir durante a análise dos dados coletados, e isso ocorreu. Tratou-se, também, da fase da descrição analítica, voltada para o corpus, ou seja, todo material textual coletado foi estudado de forma profunda, seguindo a orientação das hipóteses e dos referenciais teóricos utilizados.

Esta fase trouxe o confronto com as hipóteses traçadas no início da pesquisa, quando se desvelaram na coleta, os relatos sobre o Sindicato de Coxim-MS, por meio dos profissionais que atuam ou atuaram diretamente na rede de ensino no Estado.

A terceira fase referiu-se ao tratamento dos resultados, às inferências e às interpretações. É uma etapa demorada, cuidadosa, em que o pesquisador se ocupou com a condensação e o trato na extração e destaque dos trechos, das informações essenciais para a análise. Nela também culminaram as interpretações inferenciais, que tornaram possível o exercício e o desenvolvimento da intuição, da análise reflexiva e da crítica (BARDIN, 2006).

Também, como parte da fase analítica, foi realizada uma pesquisa em documentos oficiais, tais como as atas e as legislações.

Diante do exposto, a fim de cumprir com os objetivos da pesquisa, percorrendo caminhos teóricos e metodológicos, com o olhar da Análise do Discurso francesa (AD), que de acordo com Orlandi (2007, p. 15) “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” É através da AD que se revelam os discursos que embasam as posições socioideológicas na interação dos sujeitos.

6.10 ETAPAS DA PESQUISA

A primeira etapa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico, em livros, artigos e revistas científicas, relativo à temática que trata do sindicalismo no Brasil e no mundo. Para isto, realizou-se a seleção e a leitura de livros e artigos dos principais periódicos científicos, disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Google Acadêmico.

As palavras-chave utilizadas para a seleção dos materiais foram: “Sindicato”, “Simted” e “Análise de Discurso Francesa”. Elas foram utilizadas de modo a auxiliar na organização e na seleção de referencial, para a construção teórica que subsidiou a pesquisa. A articulação de cada conceito e a reunião de todos, de modo a compreender o fenômeno, auxiliou na construção do texto dissertativo.

Com a finalidade de entender o fenômeno relativo ao sindicalismo e a sua relevância para a categoria docente, a segunda etapa da pesquisa buscou analisar como são trabalhadas as questões relativas ao fenômeno, dentro do SIMTED-COXIM. Para o alcance desse objetivo foi realizada uma análise dos principais documentos, dentre os quais as atas e as legislações, como também em outros documentos oficiais institucionais.

A terceira etapa da pesquisa foi destinada à análise do questionário, que foi realizado com os profissionais da educação pertencentes a rede pública estadual de Coxim. O objetivo da aplicação do questionário foi conhecer melhor alguns aspectos considerados importantes para a pesquisa, sobre os sindicalizados e não sindicalizados, tais como: a percepção que eles possuíam sobre o sindicato, suas lutas e, também, a percepção sobre a rede onde atuam.

Antecipadamente à aplicação do instrumento, esta pesquisadora entrou em contato com o SIMTED-COXIM, com a finalidade de saber sobre os sindicalizados, o seu quantitativo, as informações de contato e, também, coletar informações acerca do comportamento desses sindicalizados. Os servidores do SIMTED-COXIM enviaram, em formato de planilha, o nome completo, com os contatos telefônicos e de e-mail de cada um deles.

Foi uma etapa de aplicação bastante tranquila. De modo geral, todos os sindicalizados e não sindicalizados contactados se dispuseram a participar e contribuíram de forma assertiva para a pesquisa.

A quarta etapa da pesquisa consistiu em um mapeamento realizado por meio da aplicação do instrumento de entrevistas, cujo objetivo consistiu conhecer e compreender a percepção dos profissionais da educação quanto ao trabalho desenvolvido pelo sindicato, suas análises, reflexões e percepções em relação à luta sindical.

Esta etapa se mostrou reveladora quanto às ações que já vinham sido pensadas e construídas pelos profissionais que atuam junto aos sindicalizados, como por exemplo, as assembleias com esses docentes e funcionários da educação. O sindicato tem se esforçado para implantar um movimento de formação política.

A quinta etapa foi destinada para a elaboração e o desenvolvimento do texto dissertativo, com o objetivo de despertar o olhar dos sindicalizados e da sociedade civil, como um todo, no que diz respeito à conscientização quanto à importância do sindicato como elemento fundante do processo formativo do ser cidadão.

Até aqui foi detalhado o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento desta investigação. O capítulo seguinte, intitulado “Análise dos Dados”, apresenta os resultados oriundos das fases de coleta, que auxiliaram, também, na construção do texto dissertativo.

CAPÍTULO VII

ANÁLISE DOS DADOS

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres. (Rosa Luxemburgo)

Os discursos que constituem as tramas que tecem as questões sociais e educacionais relativas ao sindicalismo, no âmbito da educação, são diversificados e produzem sentidos com efeitos também multifacetados. Analisar a trajetória de atuação do SIMTED e as suas formas de resistência requer um olhar mais epistemológico e reflexivo sobre essa temática.

7.1 O SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE COXIM-MS

O Movimento Sindical da Educação Pública de Mato Grosso do Sul encontra-se organizado por Sindicatos, estes representam cada município e recebem a nomenclatura de Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação, cuja sigla é SIMTED ou SINTED. Em se tratando da representação estadual, tem-se a Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS) que recebe a filiação desses Sindicatos Municipais.

Os sindicatos são mantidos pela filiação de professores e administrativos da educação básica das escolas municipais e estaduais. Conforme o livro de Atas dos Congressos Estaduais de Educação, a Federação era antes denominada de Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL) e que, a partir do 16º Congresso de Amambai-MS, que aconteceu em 18 de outubro de 1989, passou a ser denominada Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (FETEMS).

7.2 OS DADOS E A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS

Neste estudo, os participantes da pesquisa serão mencionados por meio de codinomes, o significado da palavra “luta” em diferentes línguas, a fim de preservar a identidade deles.

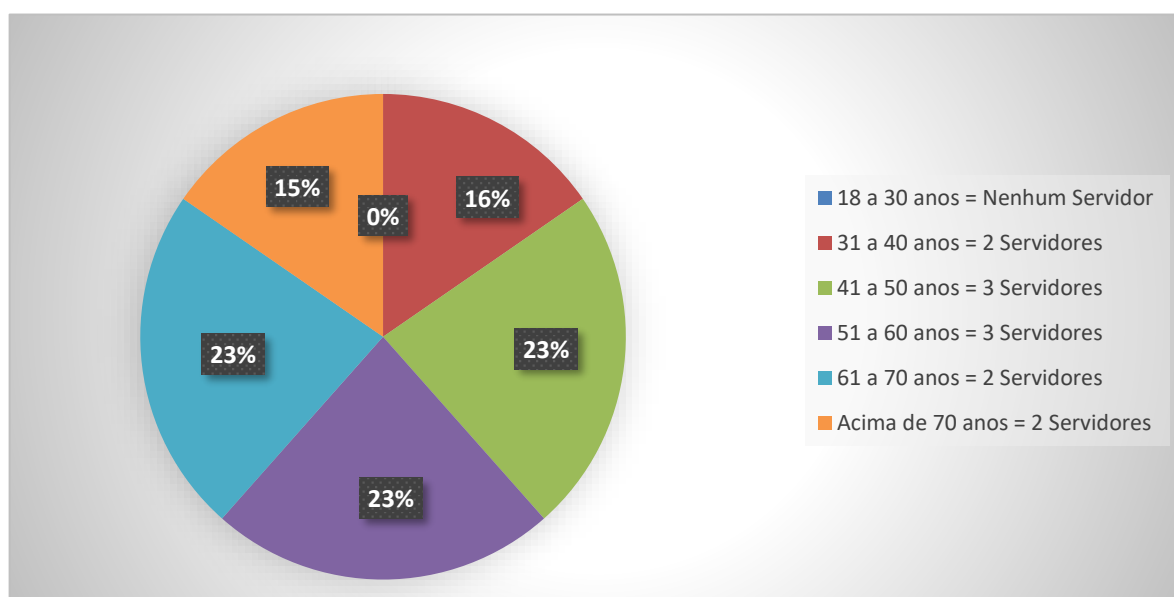
A seguir, apresentamos no Quadro 4 os codinomes dos doze participantes da pesquisa.

Quadro 4. Codinomes dos participantes da pesquisa

Codiname - Luta em Diferentes Línguas
Stryd (Africano)
Borroka (Basco)
Borba (Bósnia)
Iluita (Catalão)
Boj (Theco)
Kamp (Dinamarquês)
Worstelen (Holandês)
Kamppailu (Finlandês)
Lutte (Francês)
Barátta (Islandês)
lotta (Italiano)
Streve (Norueguês)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

No que se refere à idade dos participantes da pesquisa, o Gráfico 1 evidencia os dados levantados a partir das respostas dos participantes.

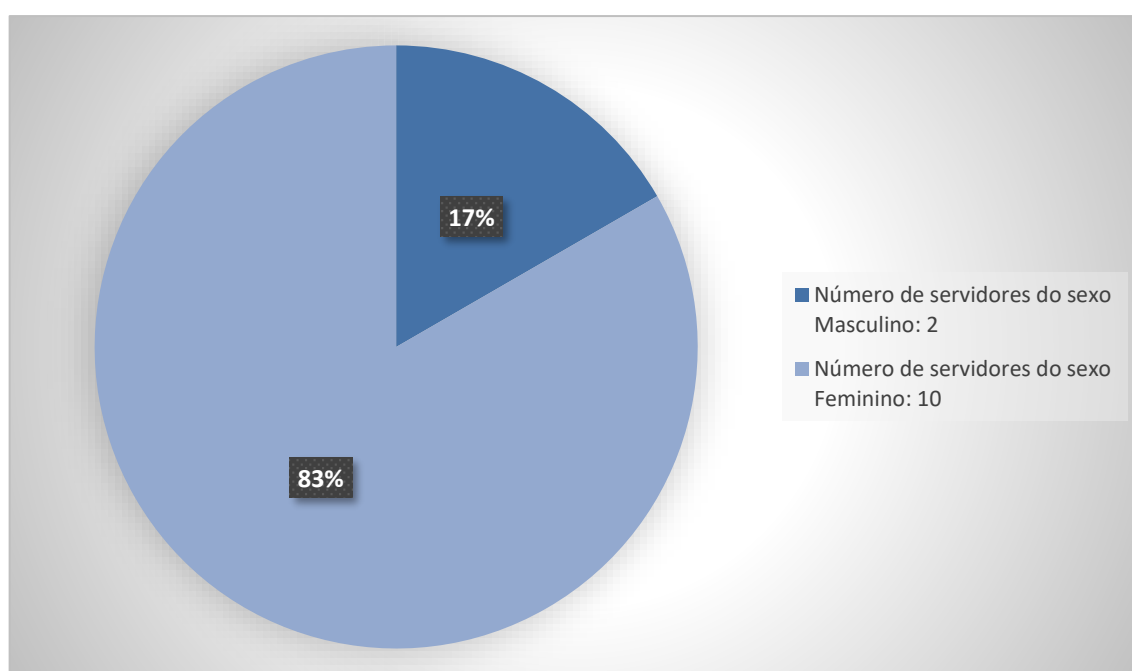
Gráfico 1. Idade dos participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 1 evidencia que a idade dos servidores participantes da pesquisa refere-se a pessoas que já possuem uma trajetória significativa de vida, e, também, no contexto educativo. Tal perspectiva vai ao encontro dos resultados mais recentes levantados pela Sinopse Estatística da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), realizada no ano de 2019, esses apontam que quase 20% dos professores, que atuam tanto em escolas privadas quanto na rede estadual e municipal de ensino, têm mais de 50 anos (18,8%). Só 0,7% dos educadores têm idade menor que 24 anos.

No que se refere ao gênero, a maior parte dos participantes da pesquisa são do sexo feminino, conforme demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2. Gênero dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

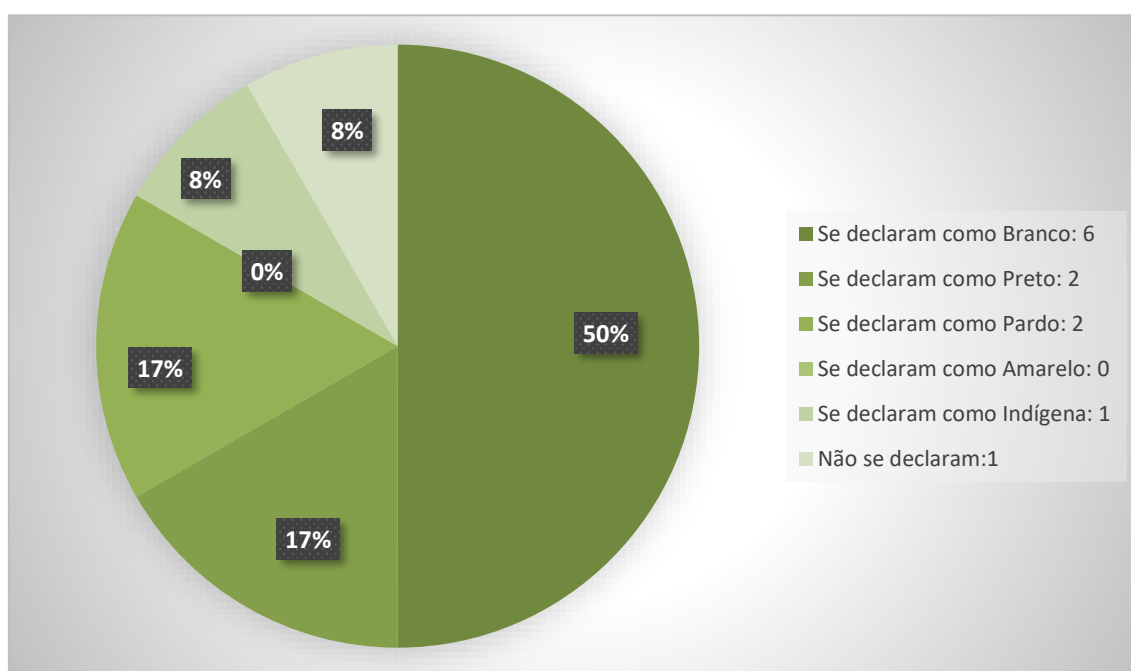
O Gráfico 2 demonstra um fenômeno comum na realidade brasileira, nos últimos tempos, ao evidenciar que a mulher ao longo do tempo foi se fazendo presente diante da necessidade de prover as demandas de estudantes nas escolas, em função da quantidade insuficiente de homens na educação básica. As mulheres foram então visualizadas como ideais para suprir tal carência. Tidas como carinhosas e mães em potencial, os alunos seriam tratados como filhos.

No que diz respeito à questão do aumento relativo à manifestação popular em favor da prática da docência feminina, Louro (2004, p. 450) destaca que se trata de “uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado que lhes confiar a educação escolar dos pequenos”.

Na mesma direção, Perrot (2019, p. 126) menciona que “a feminização é um processo complexo que leva em conta a idade das crianças e a concepção que se faz de sua aprendizagem”. Diante desta realidade, a mulher é a pessoa dotada dos principais requisitos para lidar com as crianças, tendo em vista que se acreditava que o papel maternal inerentemente feminino se estenderia, por extensão, à professora.

Em se tratando da cor e etnia dos entrevistados, o Gráfico 03 indica que parte significativa deles se declaram brancos.

Gráfico 3. Declaração relativa à cor e à etnia dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 3 evidencia outra questão comum no Brasil, em se tratando da declaração relativa à cor e à etnia. Em função da dimensão dos efeitos da colonização e da imposição das ideias eurocêntricas, o brasileiro possui dificuldade em visualizar-se como negro.

Conforme Quijano (2005),

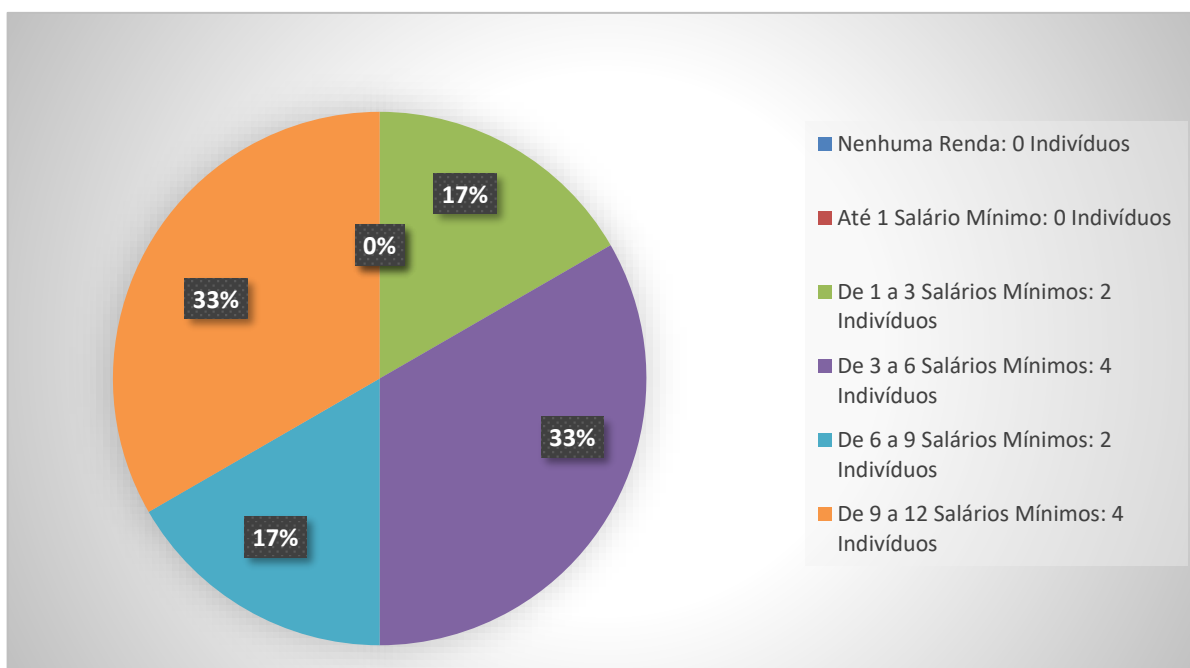
Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como uma

nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. (QUIJANO, 2005, p. 107).

Diante da percepção de Quijano (2005), fica evidente o fato da maior parte dos participantes da pesquisa se autodeclararem brancos.

No que diz respeito à renda familiar, é possível perceber que a maior parte dos participantes da pesquisa possuem uma renda entre 1 e 3 salários mínimos e os demais possuem uma renda superior, variando entre 3 e 6 salários mínimos, entre 6 e 9 salários, chegando entre 9 e 12 salários mínimos.

Gráfico 4. Renda Familiar Mensal



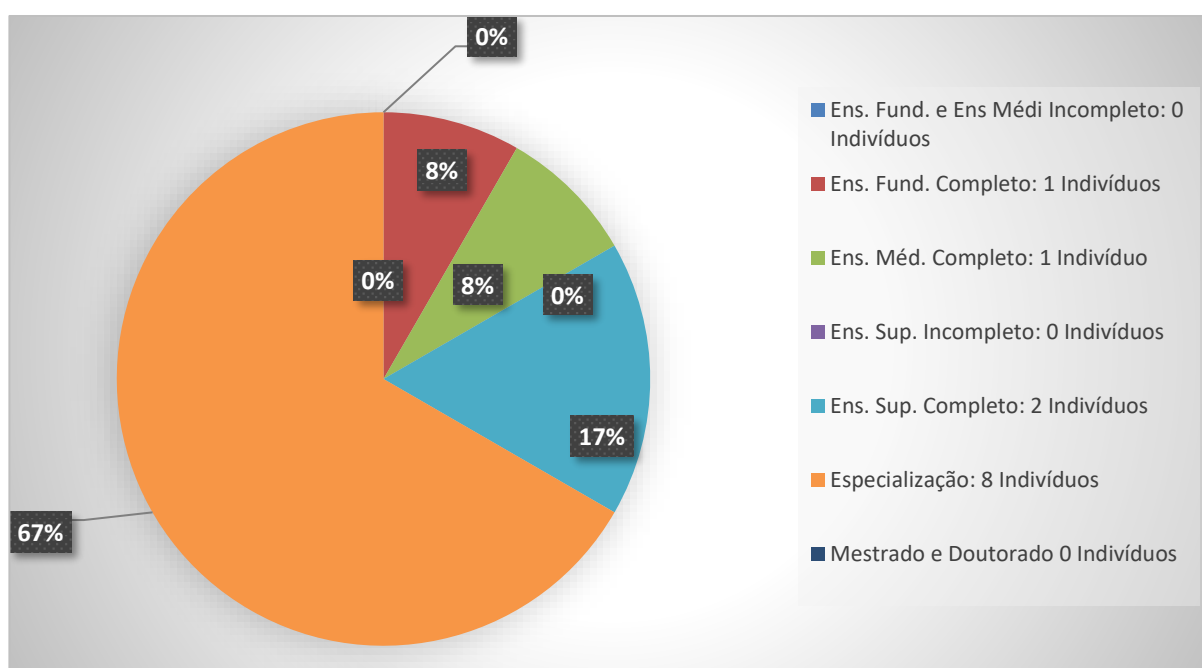
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 4 evidencia que o capital cultural e econômico, segundo Bourdieu (1989), se articulam e perpassam a dimensão familiar das pessoas. Desta forma, o espaço social se apresenta na perspectiva de um campo de lutas, no qual os atores sociais elaboram estratégias que possibilitam manter ou melhorar sua posição social. Tais estratégias estão relacionadas com os diferentes tipos de capital, dentre os quais o social e o econômico.

Diante do exposto, quanto maior o tempo de serviço e o nível de escolarização do trabalhador, maior será o seu salário e, conseqüentemente, as condições de vida de seus familiares.

No quesito relativo ao grau de instrução, é possível perceber que parte significativa dos participantes da pesquisa são especialistas, conforme evidencia o Gráfico 5.

Gráfico 5. Grau de Instrução



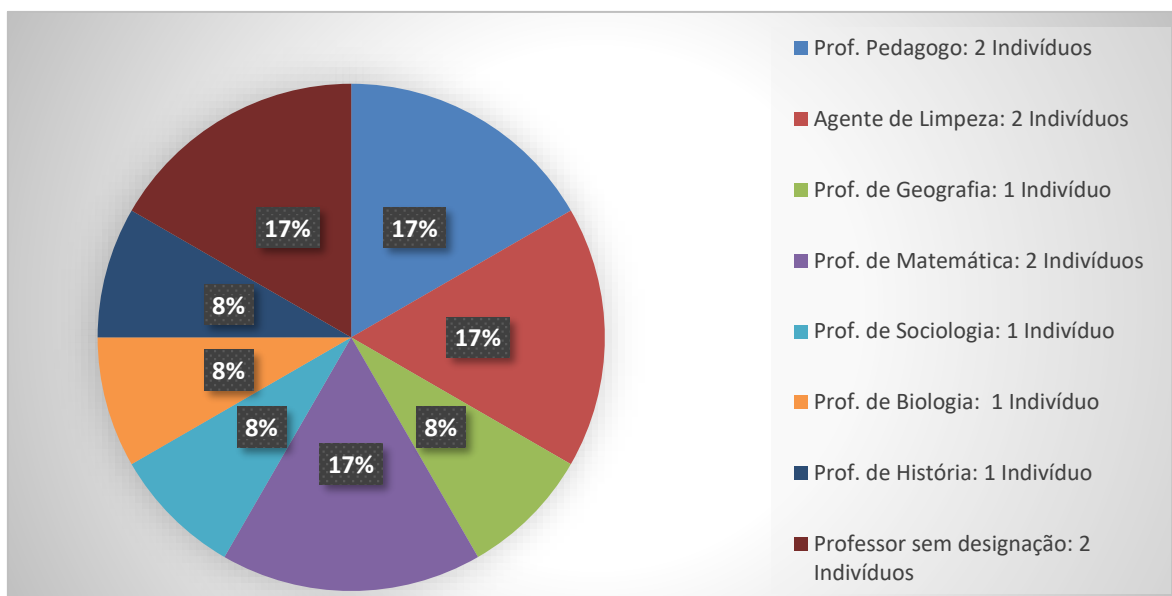
Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 5 demonstra que a maior parte dos participantes da pesquisa são especialistas. Tal fato deixa claro que no campo da educação, em função da ampla jornada de trabalho, a capacitação profissional fica comprometida. Conforme Magini,

Além do acúmulo de atividades, o professor acaba onerando-se com a qualificação, pois os cursos *stricto sensu* em universidades públicas não comportam toda a demanda do mercado, buscando o professor qualificar-se nas instituições privadas. A partir daí começam os problemas de saúde, acúmulo de atividades, stress e baixa no rendimento, tanto da qualificação quanto das atividades profissionais. (MAGINI, 2015, p. 69).

A percepção de Magini (2015) demonstra as tramas pelas quais a formação continuada docente se desenvolve.

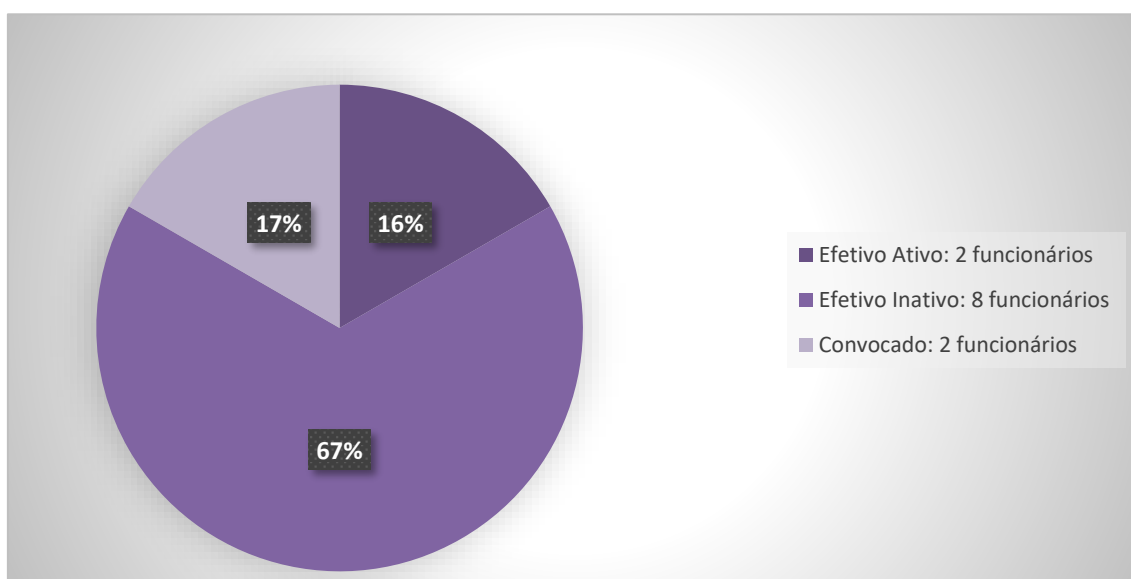
Em se tratando da função de atuação, dentre os doze entrevistados, a maioria são docentes das mais diversas áreas do conhecimento, conforme pode-se constatar no Gráfico 6.

Gráfico 6. Função de Atuação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 6 demonstra que os cursos de licenciatura, com forte base pedagógica, “buscam a formação de professores polivalentes para atuação no ensino básico, médio, educação especial e técnico” (MAGINI, 2015, p. 66).

Quanto à situação funcional, a maior parte dos servidores entrevistados já são aposentados, conforme evidencia o Gráfico 7.

Gráfico 7. Situação Funcional

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

O Gráfico 7 apresenta um número significativo de servidores aposentados, condição que se refere a um direito cada dia mais longínquo, tendo em vista as reformas trabalhistas pelas quais o Brasil vem passando ao longo dos tempos.

Partindo da ideia de que a expectativa de vida do brasileiro tem aumentado de forma significativa, a necessidade individual de manter o padrão estável de consumo em longo prazo nem sempre é concretizada, tendo em vista que, nos últimos anos, a previdência social não está conseguindo garantir a manutenção do bem-estar quando o indivíduo se aposenta (COELHO; CAMARGOS, 2012).

Outra questão apresentada pelo Gráfico 7 é a presença de servidores convocados, trata-se de uma questão que fragiliza a classe trabalhadora, pois, uma vez que existe a vaga, necessariamente deveria existir a realização do concurso público. Ou seja, ao convocar não concursados o Estado economiza e promove o sucateamento dos direitos trabalhistas.

A fim de realizarmos a Análise do Discurso separou-se por categorias os dados coletados junto aos participantes da pesquisa, a saber: filiados convocados, filiados efetivos ativos, filiados aposentados, aposentados não filiados, convocados não filiados e efetivos ativos não filiados.

Os dados produzidos e coletados ao longo da pesquisa em tela foram analisados por meio da Análise do Discurso de linha francesa, mediante o auxílio metodológico de tratamento de dados. Tal ciência, nascida no cenário relativo à década de sessenta, com o francês Michel Pêcheux, atua, em especial, nas bases epistemológicas do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, mediante a égide psicanalista e de forma a reagir ao estruturalismo e à gramática gerativista transformacional que vigorava à época.

Orlandi (2001) chama a atenção para o fato de que a Análise do Discurso indaga a Linguística pela historicidade que refuta o Materialismo, inquirindo a dimensão simbólica, e se demarca da psicanálise pela forma como, ao considerar a historicidade, trabalha a ideologia na perspectiva da materialidade relacionada ao inconsciente a ser absorvida por ele.

Diante do exposto, a pesquisadora percebe a Análise do Discurso como suporte teórico metodológico mais apropriado para a análise dos dados desta investigação, tendo em vista que, consegue articular a dimensão linguística, histórica e social, trabalhando com os sentidos e não apenas com o conteúdo. Desta forma, optamos por abordar essa linha metodológica pelo fato dela permitir realizar minhas interpretações sobre o fenômeno estudado, esta compreensão só é possível se forem apreendidos os interdiscursos.

A Análise do Discurso pode ser considerada na perspectiva de um dispositivo de análise, bem como o estabelecimento de novos gestos de leitura. Assim, apresenta-se como um formato de conhecimento que se realiza no entremeio e que considera o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise.

A Análise do Discurso possui um jeito singular de dimanar a análise do material e de seus resultados, inexistindo uma separação entre teoria e prática. Dessa forma, busquei compreender a maneira como os objetos simbólicos produzem sentidos, não a partir de uma simples decodificação, mas na perspectiva de um procedimento que desvela a historicidade contida na linguagem em seus mecanismos imaginários (ORLANDI, 2001).

À percepção de Pêcheux, a Análise do Discurso não pretende se constituir como especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos; somente busca edificar procedimentos que desvendem o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito, uma vez que, o desafio central consiste em arquitetar interpretações, sem nunca neutralizá-las, seja por meio de uma minúcia relativa a um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico consolidado com pretensão universal.

Nesta direção,

[...] como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2001; p. 15).

Para Orlandi (2001), a linguagem se apresenta como sendo uma mediação imprescindível entre o homem e a realidade natural e social. Diante desta concepção, o discurso consiste no lugar em que se pode observar essa relação entre a língua e a ideologia, sendo que a língua produz sentidos por/para os sujeitos. Por essa razão, a Análise do Discurso considera três premissas basilares:

a) A língua possui ordem própria, mas é relativamente autônoma diferenciando-se da Linguística, pois ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem;

b) A história possui o seu real afetado pelo simbólico, uma vez que os fatos reclamam sentidos;

c) O sujeito de linguagem é descentrado, tendo em vista que é afetado pelo real da língua e pelo real da história, não possuindo o controle sobre a forma como elas o afetam. O que significa afirmar que o sujeito do discursivo se desenvolve pelo inconsciente e pela ideologia.

Os contextos sócio-históricos se fazem conexos na análise, tendo em vista que o corpus da Análise do Discurso é organizado mediante a seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é compreendida na perspectiva de um posicionamento do sujeito, quando se filia a um discurso, e no processo de constituição do imaginário que se localiza no inconsciente, ou seja, é o sistema de ideias que compõe a representação; a história representa o contexto sócio-histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende atribuir (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Na perspectiva de uma análise vertical, foram consideradas as formações discursivas, desenvolvidas de interdiscurso e intradiscurso, que admitem abranger o processo de produção de sentidos, representando no discurso as formações ideológicas. Por essa razão, a interpretação deverá ser realizada sempre entre o interdiscurso e o intradiscurso, atingindo as posições representadas pelos sujeitos mediante as marcas linguísticas (CAREGNATO; MUTTI, 2006; ORLANDI, 2001).

A Análise do Discurso leva em conta o intradiscurso como a linha horizontal, e o funcionamento do discurso em relação a si mesmo, ou seja, é a relação entre o que digo agora, o que eu proferi antes e o que eu proferirei depois. Já o interdiscurso diz respeito à dimensão vertical do dizer, isto é, a memória do dizer, na qual se entrecruzam diferentes vozes e representações procedentes dos textos, dos discursos que se circulam socialmente e das muitas experiências de vida dos sujeitos.

Dessa forma, no processo da análise, foi levado em conta que o discurso institui uma relação de interioridade e exterioridade, demandando atenção para as condições de produção do discurso. Nesta direção, faz-se necessário contemplar tanto as condições do contexto imediato: a situação, o assunto, os/as interlocutores/as, a formulação do texto relativa à ordem das palavras, repetições, relações de sentido, paráfrases, quanto do contexto mais amplo: o contexto sócio-histórico, ou seja, a memória do dizer (ORLANDI, 2001).

Na obra denominada “Novas Tendências da Análise do Discurso” Maingueneau (1997, p. 14), destaca que

[...] os objetos que interessam à AD, correspondem, de forma satisfatória, ao que se chama de formações discursivas, nessa perspectiva não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis.

Tendo por foco essa linha de raciocínio, importante se faz destacar que os sentidos não estão predeterminados por propriedades da língua. Na prática, eles dependem de relações

constituídas nas/pelas formações discursivas. Contudo, não se pode pensar nas formações discursivas na perspectiva de blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluídas, configurando-se e reconfigurando-se ininterruptamente em suas relações (ORLANDI, 2001).

A fim de conseguir apreender a materialidade discursiva, com base nos pressupostos de análise, informo a forma pela qual constituí o corpus e como procedi a análise dos documentos oficiais, no caso as atas de reuniões do SIMTED, uma vez que a AD não faz separação entre teoria e metodologia, na seguinte direção:

- Leitura analítica dos documentos oficiais, analisando os discursos que tratam sobre as representações sindicais;
- Levantamento das condições de produção (CPs) dos discursos;
- Determinação das regularidades discursivas para distinguir os recortes das formações discursivas as quais pertencem, com a finalidade de responder as questões propostas na pesquisa;
- Constituição das sequências discursivas, buscando evidenciar a posição ideológica dos discursos.

Na análise dos discursos dos questionários levei em conta:

- As condições de produção dos discursos sindicais e da política nacional que perpassa o movimento;
- O posicionamento de cada sujeito que respondeu ao questionário;
- Os consensos, ou seja, traços comuns que se repetem nos discursos dos atores sociais participantes da pesquisa, bem como identificar os dissensos produzidos sobre o processo de participação, filiação ou não das ações;
- As formações ideológicas que legitimam ou recusam o habitus e o consensus;

A seguir, evidenciaremos a Análise do Discurso dos atores sociais participantes da pesquisa. Ela está organizada e será apresentada mediante categorias.

7.2.1 Filiados Convocados

No que se refere à função do sindicato, o participante Stryd destaca que “ele ta ali pra ajudar [...] nós convocados, pra valer o direito da gente”. Quanto a importância do sindicato para os trabalhadores da rede pública estadual de Coxim-MS, afirma que: “Não faz as coisas

que o convocado precisa [...] deixa desejar um pouco. Por exemplo, eu tenho 20 anos de convocado que direito que eu tenho nessa prova seletiva? (participante STRYD).

A percepção do participante Stryd evidencia que “o quantitativo de docentes por tipo de contratação, pois apresenta uma estabilidade no número de concursados ou uma elevação na quantidade de temporários” (VIANA, 2018, p. 174)

A participante Barátta, por sua vez, destaca que:

A entidade que representa a categoria. A função seria ajudar em todas reivindicações que a categoria necessita. Não só na melhoria do salário, mais na melhoria em relações a estrutura, condições de trabalho. Por exemplo, nesse último ano que a gente começou a desenvolver as aulas remotas e não houve o oferecimento de nada para a gente em relação a esta novidade. Toda estrutura era nossa, nosso computador, nosso celular, nossa internet. Tudo era nosso.

Ao ser questionado quanto ao fato de acompanhar as atividades desenvolvidas pelo Simted, o participante Stryd afirma que “só por meio do grupo de whatsapp”. Da mesma forma, ao ser questionado quanto à participação em eventos promovidos pelo sindicato, destaca que “Sim, muitos anos atrás eu já participei muito. Quando tinha alguma convocação para os filiados ir participar na rua, passeatas em Campo Grande eu já Fui Muito” (participante BARÁTTA).

Quando indagado sobre o fato de o SIMTED estar vinculado a algum partido político, o participante Stryd afirma que “não, pois o sindicato está ali pra representar a proposta dos professores”.

O participante Stryd menciona não conhecer a sede do Simted e entende ser razoável o desconto de 2% realizado mensalmente na folha de pagamento dos servidores, quando autorizado.

A percepção do participante Stryd, quanto ao fato de alguns profissionais em educação não se associarem ao SIMTED, é a de que “O sindicato não está trabalhando para os convocados”.

A participante Barátta compreende ser de significativa importância a participação sindical, conforme se pode observar em sua narrativa:

[...] eu sempre achei importantíssimo desde pequena, tanto é que minha mãe já trabalhou desde sempre era filiada ao sindicato. A até por conta dessa representatividade eu acho extremamente importante a gente estar lá, mesmo sendo convocado. O sindicato ele não representa o efetivo, representa os professores, independente se ele é efetivo ou convocado [...]eu acredito muito nisso. E eu ainda estou no sindicato por conta disso. (participante BARÁTTA).

A percepção da participante Barátta evidencia que “quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo” (PATEMAN, 1992, p. 39). O que vem ao encontro da percepção de Bordenave (1992, p. 74) ao afirmar que “só se aprende a participar, participando”. Com base nestas premissas, buscou-se verificar se os docentes filiados ou não, têm algum histórico de participação política ou social.

Quanto às atividades do sindicato, destaca que:

Acompanhava mais, ultimamente ando meio afastada. Eu fiquei muito decepcionada com a diferença salarial que a gente deixou passar. Não é culpa só do sindicato. A gente acha que por estar no sindicato a gente não precisa fazer mais nada, não precisa fazer mobilização, não precisa estar indo nas reuniões. Só agora esse ano é que o sindicato resolveu questionar essa diferença salarial entre convocado e efetivo aqui no estado. Já se passaram quase três anos dessa diferença e eu vejo que a gente perdeu muito. Foi uma perda muito grande salarial, e aí quando ganhou, na verdade a gente a gente não ganhou, ele complementou os 33% que era lei. (participante BARÁTTA).

A participante Barátta chama a atenção para o fato de que, ultimamente, o sindicato tem se proposto, a “dedicar-se basicamente em manter os direitos conquistados de outrora. É como se não achassem mais espaço ou possibilidade de reivindicar novas condições” (LANÇA 2013, p. 19).

A participante Barátta aponta a participação e o compromisso dos sindicalizados como um elemento importante, uma vez que o sindicato é na verdade as pessoas que o compõe;

Nós não fizemos a nossa parte percebe [...] Eram poucos os que se comprometeram a fazer a lição de casa. Aí deixou tudo na mão do sindicato. Isso foi um erro. Antes da votação também não houve nada mais. É aquela velha história, naquela época não tinha pandemia só que ninguém foi pra rua, ficou sempre muito, aí a gente foi chamado daquela militância de internet de sofá, disso daquilo. Isso pesou muito. Eu acho que a gente errou. Não só o sindicato mas nós enquanto professores e quanto a categoria nós também deixamos a desejar. (participante BARÁTTA).

A fala da participante Barátta deixa claro o entendimento de Gouveia e Ferraz (2013, p. 127) que “entre a capacidade organizativa dos professores e o desenvolvimento da política educacional existem vínculos dialéticos profundos”.

A participante Barátta afirma participar dos eventos promovidos pelo sindicato, “Já participei do congresso em Bonito. Já participei do CONAPE, de uma manifestação em Campo Grande em 2018”.

No que diz respeito à vinculação do sindicato a um partido político, a participante Barátta assevera:

Não deveria, mas eu acho que ele está. Tem esse vínculo com o PT e a gente perde muita gente por conta dessa ligação muito próxima. As pessoas, com essa polarização as vezes até irracional em relação esquerda e direita. Todo o sindicato é esquerdista, ele tem bandeiras esquerdista, mas a gente sabe que também tem algumas questões que engloba todo mundo, até porque não tem só filiado do partido. Isso pesa muito em relação a muitos professores que afirmam: Ah, eu não filio porque é do PT.

Em se tratando da formação política, menciona que;

A formação política ela sempre se restringe ao pouco, ao mínimo. Eu vejo com grande preocupação a falta de uma formação porque nossa categoria deveria ter um pouco mais dessa vontade política. Hoje todo mundo atrela política a um determinado partido e eles esquecem que o fazer nosso é uma fazer político. Isso que fica complicado, por que ao debater, sempre vai vincular a uma política partidária e não consegue desmembrar isso. A grande maioria dos professores, você ouve falar que odeia político. Mais gente como assim você é um ser político, como que você odeia política, então como você vai fazer uma formação, diante da maioria não sabe o que é política. Nem o que é o fazer política, se você enquanto professor é um ser político, por que você está ali fazendo, discutindo e debatendo com seus alunos. (participante BARÁTTA).

A preocupação da participante Barátta com a formação política foi identificada também por Diniz (2014) em sua pesquisa intitulada “Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública”. O pesquisador investigou o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado de Mato Grosso (SINTEP/MT) e declara que esta organização:

[...] desde a sua fundação se preocupou com a formação política e que, por meio dela, constituiu-se e se fortaleceu como entidade representativa dos profissionais da Educação Básica no Estado de Mato Grosso. E foi por meio da formação que surgiram novas lideranças e militantes mais combativos e atuantes junto ao coletivo da escola (DINIZ, 2014, p. 83).

Chama a atenção para o fato de o professor ter um olhar cuidadoso em relação às questões políticas.

Eles só olham a política no sentido do partidário, sempre atrelam essa questão política como política partidária. Esquecem que eles precisam formar essa criança viver em sociedade. Desde antes, há muito tempo, até Sr. Pavon falava muito dessa formação da necessidade, mas como chegar até ela? (participante BARÁTTA).

Entende a necessidade da realização de uma formação política em sua essência: “Como a gente pode fazer para conseguir chegar até aqueles que nunca aparecem no sindicato para ter essa formação, o que nós podemos fazer para atingir esse grupo que é a maioria” (participante BARÁTTA).

Em se tratando da sede do Simted, a participante Barátta afirma que:

Hoje está bem melhor. Já foi bem complicado. Eu já vivenciei o sindicato sendo apenas uma portinha. Era uma estrutura muito precária. Hoje a gente pode ver que ela está bem mais estruturada. Consegue abranger mais pessoas, por mais que seja poucas pessoas, ela já tem outra estrutura outra cara.

A participante Barátta entende que o valor relativo à contribuição sindical “É razoável até porque a gente precisa manter uma estrutura. A gente está vendo onde está sendo empregado o dinheiro. Além do que, um dia lá no Hotel da FETEMS, tudo isso é proporcionado por este recurso”.

Chama a atenção para algumas fragilidades, conforme se pode observar:

Falta reuniões, fazer com que o administrativo os professores entendam a necessidade de a gente estar organizados sindicalmente. A gente viu o tanto que a gente foi abalada com todas essas reformas que foram feitas, atingiu a gente diretamente e mesmo assim muita gente não compreende a necessidade disso. Falta essa aproximação e fazer com que esses professores esses administrativos entendam essa necessidade que a gente precisa se organizar sindicalmente. Ver que o sindicato não está só atrelado a um partido político. A gente precisa que todos entendam, que o grande papel do sindicato é a representação para a categoria. (participante BARÁTTA)

A participante Barátta visualiza a atenção focada no docente como fator que contribui para que alguns profissionais em educação não se associem ao SIMTED.

A falta de entendimento sobre a importância e o papel do sindicato. O fato do sindicato estar atrelado a um partido político distancia as pessoas. Hoje em dia parece que ser de esquerda virou um bicho papão. Os administrativos acham que o sindicato não os representam. Só tem pauta para professor. Quando a Idalina começou a falar sobre as questões dos administrativos, quando Wildes falava, dava uma certa visibilidade, mais representatividade com pautas para o administrativo. Agora não fala mais professores, a gente fala profissionais da educação são todos os que estão no chão da escola engloba toda comunidade. Isso é muito importante, porque o sindicato não trabalha só para o convocado, ele só trabalha para o efetivo também. Trabalha para os profissionais da educação tanto efetivo quanto convocado. As grandes conquistas vão pra todos, esse entendimento é que falta. (participante BARÁTTA).

A percepção dos participantes Stryd e Barátta vem ao encontro de dois dos modos de operações gerais da ideologia explicitados por Thompson (2011), a saber: o de legitimação e o de unificação. O autor apresenta cinco modos gerais através dos quais a ideologia pode operar: a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação. (THOMPSON, 2011).

No que diz respeito à legitimação, esta tem seus fundamentos calcados em dimensões racionais, que fazem apelo à legalidade de regras dadas, assim como nos fundamentos

tradicionais que fazem apelo à sacralidade de tradições imemoriais e, por fim, aos fundamentos carismáticos que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerce a autoridade.

No aspecto relativo à unificação, podem ser estabelecidas e sustentadas por meio de ações que interligam as pessoas mediante uma identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-las.

7.2.2 Filiados Efetivos Ativos

O participante Boj destaca a importância da filiação sindical e do papel do sindicato para a garantia dos direitos dos trabalhadores, ao rememorar sua trajetória sindical.

Eu sou afiliada já há quase 30 anos. No primeiro dia que tomei posse no estado me filiei. O benefício é de 100% em tudo que a gente adquire. Se não fosse o sindicato de Coxim estar à frente de tudo a gente não conseguiria o que tem conseguido até hoje. Para mim o SIMTED a diretoria do SIMTED, tem trabalhado e trabalha muito bem todos os requisitos necessários para a garantia de nossos direitos. (participante BOJ).

O participante Boj destaca a importância do trabalho desenvolvido pelo sindicato, ao declarar que:

Se você está ausente, você não atualizado quanto aos trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato. Se você participa dos movimentos sempre está diante de todos os conhecimentos do que está acontecendo e até mesmo dos seus direitos, deveres e sempre está junto na luta, pois é o que fortalece o nosso sindicato. (participante BOJ).

Quanto ao fato de muitos servidores não se filiarem ao sindicato, o participante Boj destaca que “simplesmente por não conhecer o que é a representação do sindicato o que é um trabalho do sindicato”.

O participante Lotta compreende que,

A função primordial do sindicato a meu ver é: fazer um trabalho de conscientização para a sua categoria. Por que se os trabalhadores tiver uma consciência de classe à questão salarial vem naturalmente. Consciência de classe é um trabalho a ser feito pelo sindicato.

Diante da fala do participante Lotta, fica evidente que, para dissolver a atual ordem vigente e promover a consciência de classe, será necessário ultrapassar a consciência individualista perpassada pela ideia de que tudo está cristalizado, eternizando a ordem vigente

que é fragmentada e incontrolável, pois, a consciência individualista desenvolvida pela lógica burguesa capitalista impede a construção da consciência coletiva (MOURA, 2008, p. 15).

O servidor destaca que a falta de consciência de classe não se trata de uma questão local pois,

Quando a gente pega essa situação do sindicato mediante a conjuntura nacional, percebe que a partir do momento em que essa social democracia assumiu o poder a nível de Brasil, estourou. Acabou com todos os movimentos sindicais. Quando a gente faz uma reunião no nosso sindicato e visualiza a quantidade de pessoas que tem, a gente fica triste. Mais o que acontece é a nível de Brasil. Isso quer dizer a essa classe dominante brasileira de uns anos para cá fizeram e ainda fazem de tudo para acabar não só com os sindicatos mais com todo o movimento social organizado a nível Brasil e aqui não é diferente dos outros lugares. O trabalho do sindicato hoje consiste em fortalecer a categoria exatamente com essa consciência de classe que é prioridade. (participante LOTTA).

O participante Lotta destaca a falta de tempo para acompanhar as ações do sindicato. “Acompanho as ações do sindicato não diretamente como eu gostaria por que ultimamente a situação está muito complicada para nós trabalhadores sobre a questão de tempo”. O depoente compreende ser positiva a ligação do sindicato com a dimensão política partidária ao declarar que:

A gente tem um grupo e vê muita gente se manifestando e defendendo o Bolsonaro. É difícil ver uma situação dessa. Mais o sindicato é democrático. Ele aglomera toda categoria e nem todo mundo pensa da mesma maneira ou pensa em um partido político. É claro que se a bandeira do sindicato é a mesma que a bandeira de um partido político. Entre a maioria há certa harmonia, mas não se levanta a bandeira do partido. As causas a lutas são bem próximas de algum partido político. (participante LOTTA).

Trata-se de um servidor comprometido com as causas sindicais.

Eu participo das ações promovidas pelo sindicato. Toda vez que vou no sindicato eu fico boquiaberto por ver uma baita estrutura. Uma estrutura física exuberante e você não vê uma participação humana tão grande como deveria. Há muitos professores aqui na escola, que as vezes fica xingando, falando e criticando. Não é aqui na escola que é o lugar de fazer isso. Lugar de se discutir, de aceitar ou questionar um monte de situações é lá no sindicato. E não vão nas reuniões, mas a estrutura física é fantástica. Daí a importância da contribuição sindical para fortalecer as ações desenvolvidas pelo sindicato e que não trás prejuízos para o trabalhador. (participante LOTTA).

O participante Lotta assevera que: “No que diz respeito à consciência de classe, se o boi soubesse a força que ele tem jamais uma pessoa sozinha levava ele para o matadouro, é o que ta faltando para nós trabalhadores”, e continua a afirmar:

A questão da consciência de classe. Uma sociedade que tem uma consciência ela participa. Ela busca, ela se informa, ela interage, ela se organiza né ela faz tudo isso. O problema é, que parece que vento que está soprando em nível de Brasil, não em nível de Brasil. a nível de mundo. Criou todas as condições para que o trabalhador não conversasse um com outro para que ele não consiga se organizar. (participante LOTTA).

Diante da fala do participante Lotta é possível constatar que “a crise do sindicalismo caracteriza-se não apenas pela queda na taxa de sindicalização, mas principalmente pela diminuição da eficácia da ação sindical” (ALVES, 2002, p. 88-89), acrescida da significativa perda da capacidade de agitação social e militância política.

O servidor faz algumas críticas aos seus pares.

Fica cada um no seu mundo. A gente consegue discutir com um ou dois. Mais quando você chama para uma reunião ou para fazer uma manifestação, uma organização ou qualquer coisa nesse sentido, você não consegue fazer, não consegue. O povo em 2016 conseguiu organizar a massa de trabalhador por causa de 20 centavos no preço da gasolina. Hoje o preço da gasolina subiu, o SUS está sendo desmontado, o preço de todos os alimentos subindo, passagem de ônibus cara e a população não consegue se organizar. Então você vê que tem alguma coisa por trás disso. A gente não está conseguindo organizar os trabalhadores. (participante LOTTA).

A percepção do participante Lotta deixa clara a crise que o sindicalismo experimenta nos últimos anos, e que expressa “[...] em parte, as dificuldades de as instituições políticas (e sindicais) enfrentarem a ‘guerra de oposição’ que ocorre no campo da subjetividade das individualidades da classe do trabalho”. (ALVES; NOGUEIRA, 2011, p. 115)

Ainda, o participante Lotta assevera que:

Estão organizando os trabalhadores sim, mas em prol de alguma coisa. Jamais de interesse do trabalhador em si. E isso é o que essa social democracia que está no poder, quer dizer a elite brasileira, ela não é burra, ela é muito inteligente. A elite brasileira e a elite mundial é muito inteligente. Mais muito inteligente. É tão inteligente que colocou um idiota no poder, exatamente pra que ela não apareça, pra que la não apareça, ele faz todas essas cagadas.

O participante Lotta rememora sua trajetória de militante ao destacar:

Eu comecei a trabalhar, em outubro de 1993 lá no interior de São Paulo. A primeira coisa que eu fiz quando eu assumi a escola foi me filiar à APEOESP. Desde 1997 eu vim para o Mato Grosso do Sul. Desde este tempo havia adesão a organização dos trabalhadores, eu acho que por que de fato mexia diretamente no bolso. Quando o Zeca assumiu o poder fizemos varias manifestações e as vezes até greve. Embora fosse um governo de esquerda, conseguimos criar um cronograma de reajuste salarial. Entrou o André que a princípio negou nossos direitos, o que na campanha política ele havia prometido que iria prosseguir, mais os trabalhadores foram para o embate mesmo, para a greve e ele acabou assumindo. Nesse momento o salário do trabalhador

era razoável e já se pagava em dia e gradativamente a isso, conforme foi melhorando o salário do trabalhador em educação foi diminuindo a participação dos trabalhadores no sindicato.

A percepção do participante Lotta é a de que antes havia mais participação por conta das questões salariais.

A conjuntura em nível de Brasil era outra totalmente diferente. Até por que tinha governos como o de Fernando Henrique Cardoso que apesar de que não ter feito grande coisa para a educação ou quase nada, mais criou o FUNDEF e aí o que acontece, por ser um governo de centro, era democrático. Sai o Fernando Henrique Cardoso e entra o Lula que é mais democrático ainda e cria brechas para os avanços sociais para organizações dos trabalhadores.

Diante desta fala do participante Lotta fica evidente que o governo do PT possibilita uma “busca por coerência e estabilidade, que dê a sensação aos indivíduos de se reconhecerem como parte de uma coletividade” (CARDOSO, 2010, p. 03).

Quando o sujeito diz que o sindicato luta por pessoas, ele está dizendo que o sindicato luta por trabalhadores, luta por profissionais. Isso é significativo do ponto de vista do discurso e das ideologias, ou seja, da falta de consciência de classe, de uma universalização do sujeito, desse sujeito que não é um trabalhador específico, mecanismo ideológico da universalização dos sujeitos, que é um mecanismo típico que nem sempre é verbalizado.

7.2.3 Filiados Aposentados

Para a participante Kamp,

Os sindicatos têm como função organizar uma categoria profissional, ou um grupo de profissionais, pertencentes a determinados ramos de atividades. Tal organização deve se resguardar as demandas advindas de análises e tomadas de decisões e cuja legitimação ocorrerá sempre através de assembleias gerais (ordinárias e/ou extraordinárias). Nessa organização, cabe aos dirigentes sindicais e legítimos representantes de uma categoria, garantir e preservar as decisões da categoria, sempre que houver a necessidade de mediação entre empregado e empregador. O sindicato tem ainda a função de oportunizar aos membros filiados, informações que lhes permitam analisar a conjuntura econômica, política e social que afetam diretamente as condições de trabalho, a valorização profissional e a garantia de direitos, para que assim possam estes compreender e propor modificações positivas a serem defendidas junto ao empregador.

A participante Kamp compreende que:

A medida em que o sindicato possibilite aos seus filiados analisarem questões que interfiram em sua trajetória profissional e a partir de tais análises viabilizem tomadas

em prol da melhoria nas condições de trabalho e cujo resultado deste seja qualitativamente garantido, o sindicato e ou os sindicatos são organizações essenciais aos trabalhadores. O SIMTED, nessa perspectiva, tem fundamental importância para os trabalhadores, visto que as mobilizações em prol da categoria não se viabilizariam de forma individualizada.

A ex-servidora destaca sua participação sindical.

Eu participei de forma efetiva do sindicato quando estava na ativa, inclusive fazendo parte da diretoria deste em anos anteriores; de forma remota, por ocasião da pandemia e atualmente de forma esporádica, considerando que a condição de profissional inativo, tenho maiores possibilidades de deslocamentos, o que me distancia do município e às vezes até do estado. Isso, no entanto, não me impede de acompanhar a trajetória e lutas da categoria. (participante KAMP).

A participante Kamp já participou de eventos promovidos pelo Simted. “Se por evento estiver subtendido Assembleias e movimentos/passeatas, isso se deu intensivamente. Não me habilitei a ter a mesma intensidade por ocasião das organizações de cunho social/festivo, promovidas pela instituição”.

No que diz respeito à vinculação do sindicato a um partido político destaca que:

Oficialmente não, considerando que este é composto, tanto na diretoria quanto no quadro de filiados há diversidade nas opções partidárias e/ou o não partidatismo por parte de outros que compõem o quadro sindical. Considerando, no entanto que as lutas sindicais perpassam as questões de ordem corporativa e se manifestam nas questões de ordem política, social e econômica e ética, estando estas estritamente relacionadas as organizações político partidárias, cujas representações legislativas e executivas determinam as condições da sociedade, cabe as organizações sindicais a luta pela garantia da cidadania, pela manutenção dos processos democráticos, pelo estado de direito e contra todas as formas de exclusão e de discriminação. Nessa perspectiva há uma identificação dessas lutas sindicais com partidos que se organizam em bases progressistas, visto que o contrário disso seria no mínimo contraditório com as próprias lutas, principalmente quando essa organização se relaciona a categoria dos profissionais em Educação, cuja atuação deve se pautar por conceitos emancipatórios. (participante KAMP).

Em se tratando da estrutura do Simted, destaca que:

Há uma evidente necessidade de manutenção das estruturas físicas, dos recursos humanos e do investimento em formações sindicais. Há, no entanto a necessidade de priorizar e qualificar o emprego desses recursos em questões que possibilite a compreensão do filiado no contexto educacional e qualifiquem sua participação nas lutas sindicais. (participante KAMP).

No tocante a não participação dos servidores no sindicato afirma que:

São vários os fatores que ocasionam esse distanciamento, tais como: a falta de compreensão da organização sindical nas lutas coletivas, com a sensação de potencial individual, uma vez que às conquistas se estendem acordos, independente da situação sindical; os conflitos advindos do convívio social, que muitas vezes estimula o trabalhador a não se posicionar como tal e o direciona a se desvincular desse papel, para assim ter a sensação de pertencimento a um status social ao qual não pertence; a incompreensão da posição dos dirigentes sindicais, que quase sempre converge com campos político progressistas, visto não serem estes neutros nas várias organizações de uma sociedade, conforme já descrito na questão número 13; as políticas contra os movimentos sindicais, quando estes representam os trabalhadores, veiculadas pelas mídias e pelos demais espaços frequentados pelos trabalhadores, inclusive os espaços religiosos. (participante KAMP).

É possível compreender os embates internos da luta sindical, tendo em vista que, enquanto uns buscam lutar na perspectiva dos contornos apresentados pelo capital, destituindo-se das lutas mais gerais, outros visualizam a necessidade de um sindicato desatrelado das estruturas do governo e do Estado, um sindicato combativo, aquele que deve propor e articular uma nova sociabilidade (DINIZ, 2014; ALMEIDA, 2015; OLIVEIRA, 2006).

Ao buscarmos o significado etimológico do termo participação, este origina de “participatio”, do latim, significa “ter parte na ação”. Nesta direção, participar solicita ter acesso ao agir, bem como quanto às decisões que orientam o agir (BENINCÁ, 1995). Bordenave (1992) compreende que participação tem origem na palavra “parte” e significa fazer parte, tomar parte ou ter parte.

Fica evidente que a participação não se vincula somente aos movimentos políticos, ela faz parte da história da humanidade “participar”. Ou seja, o ser humano ao nascer já participa de um grupo social – a família, e em seguida, ingressa em outros grupos de socialização secundária – escola, amigos, clube, trabalho.

Bordenave (1992) propõe diferentes tipologias de participação, conforme pode-se observar a seguir.

- 1) Participação de fato: refere-se às primeiras atividades de participação do homem, realizadas no seio do grupo familiar ou do clã; estão associadas as suas necessidades de subsistência;
- 2) Participação espontânea: diz respeito às formas de participação em grupos sociais – de amigos, de vizinhança; geralmente esses grupos são fluídos, sem organização estável e objetivos claramente definidos. A participação, nesse caso, vincula-se à necessidade de satisfações psicológicas, expressivas etc.
- 3) Participação imposta: o indivíduo é obrigado a fazer parte do grupo e a fazer atividades consideradas indispensáveis. Exemplo: eleição obrigatória.
- 4) Participação voluntária: o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem a organização, os objetivos e as formas de atuação do grupo. Exemplo: associações profissionais, ONGs. Nesta categoria, pode-se incluir uma subcategoria, a “participação provocada”: situação em que a formação do grupo é induzida por agentes externos, com a finalidade de realizarem objetivos que não aqueles do próprio grupo.

5) Participação concedida: relaciona-se com participação do indivíduo em instâncias que não foram criadas por ele. Mas sua presença, em termos de poder ou de influência, é considerada legítima tanto pelos subordinados como pelos superiores. Embora essa não seja ainda uma participação democrática, pode ser potencialmente transformadora. (BORDENAVE, 1992 p. 27-28).

Partindo da ideia de que a premissa básica do movimento sindical é a defesa dos interesses de classes, direitos profissionais e sua cidadania, é possível relacionar hoje, após a realização deste estudo, a demanda por participação e engajamento, como uma necessidade essencial inerente à luta sindical e à defesa de interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, o que pode ser aprendido relacionando os discursos de filiados x não filiados, quanto às perspectivas de retomada e o aumento de participação social, em um momento de retomada democrática no Brasil, consiste na ressignificação da formação política dos servidores da educação, independente de partido, mais que na condição de cidadãos, esses servidores precisam tomar parte do seu papel na sociedade.

Somente será possível enfrentar ou reverter uma formação discursiva, que se apresenta contrária aos sindicatos e seus papéis na luta pela classe trabalhadora, por meio de uma formação política e teórico-prática, em que seja possível colocar em prática, no dia a dia da realidade de trabalho do profissional da educação, as questões problematizadas à luz da teoria, durante o processo formativo político.

Em todas as dimensões da vida, a participação se apresenta como um mecanismo de fundamental importância para o desenvolvimento do potencial humano e na militância, na vida sindical não é diferente.

7.2.4 Aposentados não filiados

A participante Borroka compreende que “O sindicato é representante dos trabalhadores nas suas lutas por melhores salários melhores condições de trabalho e é uma representatividade que o trabalhador tem para poder ter condições melhores de trabalho e de vida”. Afirmo também que: “É uma entidade que tem promovido atividades de mobilizações em favor da categoria. É a única representatividade que o trabalhador da educação tem”. (participante BORROKA).

Fica evidente que os professores que participam do sindicato se posicionam diante das questões que perpassam a educação pública. Tal participação influencia na construção da identidade profissional de professores, embora não seja determinante em todos os casos, mas com grande influência para aqueles que estão no dia a dia da luta sindical (ALVES, 2015).

A participante Borroka afirma participar das ações promovidas pelo sindicato sempre que possível. Quanto ao fato de o sindicato estar vinculado a algum partido político, entende que não.

Não. Porque o sindicato tem que ser plural. Não pode se vincular ao partido político na verdade defende o trabalhador independente de partido político mais você acha que mesmo ele não sendo é vinculado a um partido político ele se desvincilha da política? Não não. A política está em tudo tem que estar é não desvinculado da política, a política faz parte da nossa vida né em todos os aspectos. (participante BORROKA).

A servidora afirma conhecer a sede do Simted e destaca que “A estrutura física o é excelente. Atende a necessidade de toda categoria.” (participante BORROKA). Ela menciona sua percepção quanto aos fatores que contribuem para que alguns profissionais em educação não se associam ao SIMTED. “A descrença. Os trabalhadores sofrem muito com todas essas demandas do governo e acham que o sindicato tem que estar resolvendo tudo e política não é fácil. O governo não cede as vezes e aí o trabalhador se desanima e se afasta uma outra coisa” (participante BORROKA).

A participante Borba menciona que, “fui filiada 30 anos no sindicato e o sindicato foi muito bom pra mim. Eu desfiliei porque eu já tinha contribuído muito”. No que diz respeito ao vínculo do sindicato com partidos políticos menciona que:

Todos vocês que são do Sindicato são vinculados ao PT. Professores, diretores. Todos que estão ligados à escola. O Sindicato é muito político. Eu penso que não devia ser político. Devia trabalhar para o professor, para o administrativo. Só que tem que ter políticas. Queira ou não queira todos são políticos. Não tem jeito tem que ter política no meio. Hoje em dia tudo tem que ter política. Nas igrejas tem políticas, nos sindicatos tem política, nas escolas tem políticas. (participante BORBA).

Impossível negar a influência do partido dos trabalhadores no SIMTED. Contudo, é necessário destacar que “as práticas de cooptação de dirigentes e de movimentos sociais são antigas e estiveram presentes na história do sindicalismo brasileiro, não sendo, portanto, uma característica exclusiva do governo Lula da Silva e do PT” (ZORNETA 2018, p. 161).

Antigamente a gente não podia falar de política nas escolas. Eu me lembro que quando eu entrei na escola em 77 a gente não podia falar em política. A gente não podia falar nem que lado que a gente era. Tinha que ficar calada. Se fosse falasse, perderia o serviço. Hoje não. Você pode falar para quem você quer votar. (participante BORBA).

A participante Borba entende que o sindicato “é um ambiente bom. Quando a gente precisava do Sindicato, até para fazer aniversário, tinha um salão. Por isso é bom pagar 2% de contribuição”.

No que diz respeito aos benefícios proporcionados pelo sindicato pontua: “Eu tinha acesso ao hotel de trânsito e van da saúde lá em Campo Grande” (participante BORBA). Ela destaca que “a maioria do pessoal que não quer filiar é por que eles acham que o sindicato se envolve muito com política” (participante BORBA).

O participante Streve faz uma retrospectiva histórica sobre o papel do sindicato.

O sindicato foi fundado com uma finalidade. Antes da divisão do estado nos anos 70 o governador era o Nicolau Frageli e Mato Grosso inteiro escreveu o estatuto do professor e na data da promulgação dessa assinatura foi lá no palácio do Alvorada do Alencastro em Cuiabá. O governador era muito educado e disse assim: Pois é senhores professores gostaria de discutir, ouvir dos senhores outras coisas, por exemplo os senhores estão lutando por interesses de salário, mas ninguém nunca propôs uma ideia pra discutir com Governo os planos da melhoria da educação dos seus aspectos. O sindicato tem essa função. De propor melhorias de condições de trabalho.

O participante Streve entende a necessidade de os professores se instrumentalizarem, para mediante sua capacidade de unir forças e serem organizados, consigam encampar não somente a luta relativa ao salário e ao plano de carreira etc. Mas, em especial, por políticas que atinjam diretamente as suas condições de trabalho e de vida, bem como a luta emancipatória por uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2008).

O participante Streve chama a atenção para o fato de que:

Hoje o sindicato virou político. Ele toca de acordo com o partido que interessa. É necessário a articulação política. Eu não sou filiado a partido nenhum. Eu tenho meu ideal eu sou de direita. Eu sou pela preservação das nossas tradições nossos valores familiares culturais etc.. e hoje você ve coisas distorcidas que foge daquilo que você acha se é correto. O sindicato não pode ficar nivelado a partido político. Ele tem que ser pelas ideias, pelas ideias se alguma coisa é importante para melhorar a qualidade de ensino, mas que contraria alguma ideia daquele partido, mas que prevaleça a ideia de melhorar não fazer a vontade do grupo. O sindicato tem que lutar pela classe, valorização da classe, mas também não só por salário. Não só por greve por salário, mais para lutar também pela qualidade de ensino, propor ideias.

Embora o participante Streve condene o elo entre o sindicato e a política, Trotsky (2008, p. 204) adverte que “[...] é possível perfeitamente a existência de sindicatos revolucionários, que não somente não sejam agentes da política imperialista, mas que também se coloquem como tarefa a destruição do capitalismo dominante”.

No que diz respeito à sua participação no sindicato, o participante Streve explica que:

Eu já fui participativo. Nós estamos cobrando demais. Queremos direitos mais não queremos deveres. Eu acho que o brasileiro tem que ser estimado. Mas não só discutir política de salário de greve de paralisação de boicote. Mas discutir educação em si. Como está a qualidade do ensino, o que nós podemos melhorar, qual a nossa participação, qual o plano e o projeto que o sindicato vai encaminhar pra Feprosul pra Fetems para ela discutir o plano estadual pra melhoria da educação de Coxim. Além de um plano do 1º e 2º ano de bolsa de estudo para professores fazer mestrado em alfabetização, pois se melhorar a qualidade da alfabetização vai melhorar a qualidade da base do ensino.

A fala do participante Streve em relação à dimensão temporal, que impede a participação nas ações do sindicato, evidencia o capital como um mecanismo de fragmentação, por Thompson (2011) e referendado pelo pensamento de Marx (2013) que menciona:

Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoramento da força vital, é reduzido pelo capital a não mais do que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido (MARX, 2013, p. 337)

O participante continua:

Trazer alguém para dar uma palestra inclusive sobre política. Fazer um seminário de língua portuguesa a base da língua portuguesa, matemática. O sindicato tem que inovar, por que se ele não acompanhar as ideias, a evolução, ele vai ficar para trás. O sindicato tem uma função importante na sociedade. Nós somos transformadores da sociedade. (participante STREVE).

A fala do participante Streve evidencia o entendimento de Dias (2007, p. 04) de que “a participação permite que decisões coletivas sejam mais facilmente aceitas pelos indivíduos e favoreçam a integração dos mesmos”.

A pesquisadora indaga sobre a escritura do terreno sede do sindicato. Se o participante Streve lembra como que foi realizada a aquisição do terreno, e ele responde “eu sei que aquilo lá foi doação, ouvi eu não vi papel, não vi nada. Ouvi da boca do Bira mesmo que aquilo lá foi uma doação se foi Junior Mochi que deu, não sei só sei que foi uma doação” (participante STREVE).

Partindo do sentido atribuído pelos participantes Borba e Streve, Spink (2003) destaca que os sentidos se apresentam como a base dos sistemas de saberes, individuais ou coletivos, auxiliando no entendimento das relações que balizam as fronteiras do pertencimento grupal. Por meio dos processos de comunicação, os atores sociais constroem o estar junto, partilhando os espaços intersubjetivos, que possibilita a elaboração de identidades sociais, memória social, edificação de narrativas, que surgem da experimentação em relação ao pertencimento e que entrelaçam os sujeitos no espaço e no tempo.

Na condição de parte de um grupo e na procura por espaços onde o Eu e o Outro vivenciam e se diferenciam, é que o indivíduo se constrói único. Nesta direção, via inter-relações, é que se atribui sentido ao mundo no qual faz parte, por meio da utilização dos recursos simbólicos e materiais, de forma dialética, em articulação entre o mundo singular e o mundo social.

7.2.5 Convocados não filiados

O participante Iluita entende que “o sindicato é uma entidade e ela busca representar né os trabalhadores no caso o sindicato dos trabalhadores de educação. Entidade que busca reunir pessoas e lutar pelos direitos dessas pessoas”.

O participante Iluita explica que, em relação à participação nas ações desenvolvidas pelo sindicato,

Não participei, mas já ouvi falar de manifestações, inclusive a gente está num grupo de professores, tem alguns professores que são filiados e eles sempre divulgam o que está acontecendo, qual a votação que está sendo feita, qual trabalho que o sindicato está fazendo, eles sempre divulgam alguma página do sindicato. Acompanho pelo grupo dos professores.

Em se tratando da vinculação do sindicato a um partido político, declara que:

Acho que ele não tá vinculado a algum partido, eu acho que ele, tipo assim, o sindicato é uma entidade assim. É claro que você tem partido que é mais voltado para partido PT, mais voltado para o partido do sindicato dos trabalhadores e assim é um partido que ele sempre vota a favor do que acontece na educação. Então você não tem como desvincular, mas eu acredito que ele é ...como eu vou falar, é claro que todos os atos eles são políticos e vocês assim, mesmo que de uma maneira geral mesmo entidade depende de vários partidos, mas assim o que eu acompanho é que o partido que mais defende as ideias do sindicato é o PT, não tem como, eu acompanho as votações eu sigo vários políticos, acompanho a votação que vai pra educação a votação que vai pro coisa. O partido que mais envolve nas causas é o partido do PT. Não temo como desvincular isso? Mas eu acredito que assim. Eu acredito que como entidade não pode ser ficar totalmente vinculado, porque você não sabe é uma entidade ele depende de

coisas políticas de apoio político. Eu vejo assim, não tem como eu negar, eu estou lá, tô acompanhando, porque eu gosto de participar das coisas, tem que acompanhar o que está acontecendo, a gente não pode ser omissa nisso. Então não tem como você fugir das ideias que são boas, só que tem professores que fazem isso são bons para sua classe, não tem como, entende? Não sou partidária, mas eu sinto, eu sinto dessa maneira, coisas que eu não concordo, mas tem coisas que você não tem como fugir. (participante ILUITA).

No que diz respeito aos fatores que contribuem para que alguns profissionais em educação não se associam ao SIMTED, compreende que:

É falta de conhecimento às vezes as pessoas tem aversão porque acreditam que é partidário, ou as vezes, tem várias situações, eu que tô de fora, mas as vezes falta de conhecimento de entender, falta de educação é uma coisa que ela é deixada muito de lado, né a gente sabe que luta, luta, mas ... assim se vê assim pelos governantes as pessoas ficam desestimuladas, entende? Eu penso assim falta de conhecimento, (reforçou a fala anterior) achar que é partidário. As pessoas têm aversão, acredito que assim envolve muita coisa política, essa última eleição mesmo, a falta de conhecimento das pessoas levou a gente estar onde a gente está, né? Eu acredito assim a direita ela pegou as coisas ruins que foram do projeto de esquerda e colocou como um lobby dela, daí as pessoas? Você diante de uma pessoa que falava tanta coisa absurda que eram contra acabou por conta dessa aversão o outro ganhou. (participante ILUITA).

O participante Iluita chama a atenção para o fato de que se faz necessário buscar estratégias que objetive ampliar a participação dos trabalhadores na luta sindical, visto que nenhum servidor, docente ou não, está imune às precárias condições de trabalho e salariais. Tal necessidade se dá em função da urgência em fortalecer a categoria, a fim de afirmar o sindicato enquanto espaço de organização e representante, não somente dos professores, da classe dos “trabalhadores em educação”. É por meio da participação efetiva, de todos esses segmentos, que poderá ser direcionada a vontade coletiva na produção de uma “síntese negativa, que nega a atual ordem das coisas por meio da ação prática efetiva transformadora” (MOURA, 2008, p. 15) e impedirá inclusive que haja uma fragmentação dessa categoria.

A participante Worstelen compreende que “é lutar pelas causas desses trabalhadores em educação quando eu falo isso não quer dizer só professores, mas de todos de uma maneira geral né funcionários, professores de uma maneira geral”.

A participante Worstelen explica as razões para não ser sindicalizada.

O motivo de eu não ser filiada é que muitas vezes as causas são muito em cima do salário. A vida do profissional de educação vai além de salário. Muitas vezes vai para o lado político e não lado do interesse da participação desses profissionais da educação. Por ter sido fundado por um partido dos trabalhadores ter a participação do partido dos trabalhadores nessa questão da fundação do Simted, nem todo mundo que é filiado é de acordo com o partido político. Quando você tem uma associação uma agremiação um Sindicato que luta por causas, pessoas com ideias pessoas e

personalidades diferentes a gente não tem que tocar uma única coisa né se não muitas vezes, muitas vezes eu vi e ouvi participei né de reuniões que lutava se muito por uma sigla de partido e eu não sou política pra mim não interessa quem é A quem é B quem é C eu acho que quando luta por um direito meu como profissional é o meu direito trabalhista não é o que o partido quer que eu seja né então eu vi muito esse lado de vincular com política Então eu acredito que quando a gente defende tipo o sindicato ele ta defendendo a opinião não apenas desse partido político acho que ele defende a vida profissional de muitos outros servidores que não necessariamente não tem que acolher ao PT ou a qualquer outro partido então eu acho que falta um pouco isso no sindicato, olhar de uma maneira diferenciada dizer que, perceber que existem pessoas que não são políticas. Eu defendo uma ideia se eu achar que essa ideia realmente vale a pena, mas necessariamente não sou obrigada a ficar com A com B ou com C meus votos em eleições são sempre muito variados por que eu ouço eu vejo. Me informo primeiro de uma digamos assim de uma proposta para depois né eu ir lá e me inteirar daí eu vi muitas vezes o sindicato indo por esse lado do Partidarismo né e isso é algo assim que me incomoda por isso eu nunca me filiei a um sindicato.

Sobre a percepção da participante Worstelen, sobre o fato de não ser sindicalizada, ela é instrumental, conforme explica Coronel (2015) a partir das ideias de Guerrero Serón, que defende a existência de três razões principais, a saber: “os instrumentais, os ideológicos e os solidários. A primeira razão se apoia na defesa dos próprios interesses do indivíduo, o segundo seria a luta pelas crenças político-ideológicas, já o último seria a luta por interesses coletivos” (CORONEL, 2015, p. 06).

A pesquisadora indaga a participante Worstelen - Então de acordo com que você disse não se sente representada?

A participante Worstelen responde que:

Não é que não me sinto, eu glorio muito apesar de muita gente não achar isso por conta das minhas opiniões. Eu acho que o sindicato luta muito sim por alguns objetivos nosso. Por exemplo, a questão do salário dos efetivos de lutar de buscar aumento de participar do plano de carreira igual vocês fizeram. Só que eu acho que ainda fica muito a desejar. Então eu acho que se ligaram num determinado ponto, lógico que o financeiro é o que mais pega na vida de todo mundo. Mais a nossa realidade como professor vai mudando. Além desse financeiro hoje em dia nós temos doze sábados letivos. Nós estamos extremamente cansados de um sábado você trabalha outro sábado você descansa. A gente na verdade não descansa. E eu não vejo uma luta do sindicato para que esses sábados acabem. Então eu não sei de que lado como é que eles podem estar trabalhando isso.

Dentre os não filiados, mesmo alguns participando das ações desenvolvidas pelo sindicato, importante se faz destacar que a não participação é marcada por uma indiferença ao movimento sindical. Trata-se de uma negação do ser coletivo, com base em uma concepção liberal-meritocrática, do ser humano como um ser livre e autossuficiente. A percepção de Freire (1987) é a de que este pensamento auxilia na sustentação do projeto burguês de sociedade. Tal fato aponta para a inexistência de consciência de classe entre estes sujeitos.

A participante Worstelen destaca o elo do sindicato com o partido político.

Com certeza, por que, por exemplo, é isso foi algo assim muito comentado na época. A questão de ir até Brasília na época do impeachment da Dilma a saída do Lula aquela coisa controversa das acusações que ele tinha na época e a gente sabe né que ta dentro das escolas que o o sindicato por exemplo promoveu ônibus não só o daqui de Coxim mais do estado inteiro a FETEMS em si colocando ônibus pra levar pessoas até Brasília pra essas manifestações, então não tem como dizer que não tem ligação política.

A servidora Worstelen fala das questões que contribuem para que alguns profissionais em educação não se associam ao SIMTED.

Eu acho que pelas opiniões contrárias assim como a minha De ver que é muito uma coisa de partido. É muito uma coisa sindicalista de determinados partidos políticos. Eu já comentei com alguns colegas que também não são filiados do Simted e tem a mesma opinião em relação a minha. Normalmente a gente visualiza a luta pela questão de salário e não pelo bem-estar numa escola, pelo bem-estar do professor dentro da escola em relação ao planejamento dos sábados letivos que são extremamente cansativos. A gente visualiza uma luta salarial, justa por que eu acho que ninguém teria um salário, os efetivos principalmente que tem hoje se não fosse por muita luta e essa luta não vem de agora vem de muito esse tempo questão da estabilidade da carreira e tudo, mas eu acho que pode ir um pouco mais não só além da questão salarial sempre, então pelo que eu ouço de alguns colegas eles compartilham a mesma ideia que eu.

A questão relativa ao baixo número de sindicalizados não é um fato exclusivo do SIMTED. “[...] os dados indicam a baixa taxa de sindicalização docente no Brasil e a reduzida crença e expectativa, por parte dos sindicalizados, em relação à atuação das direções sindicais” (GINDIN; MELO, 2011, p. 279).

Kamppailu (2022), entende que: a função do sindicato consiste em,

Articular uma classe trabalhadora, mobilizar essa classe. É uma mobilização coletiva de uma classe e aí também todo um trabalho pra tomada de consciência, é do papel do trabalho dessa classe, seus direitos suas condições de trabalho, os meios e os objetivos pra alcançar uma melhoria de condição de trabalho de qualidade e reconhecer essa classe enquanto enquanto tal, então a mobilização a consciência e a luta pra mim esse é o papel do Sindicato.

A percepção de Kamppailu (2022) evidencia que a defesa da educação pública “sem mobilização e articulação com outras forças da sociedade, tudo ficará na letra morta” (FRIGOTTO; MOLINA, 2010, p. 48).

A participante Kamppailu destaca que:

Essa minha consciência vem de uma participação que é de longa data. Sou filha de uma Professora que teve participação nesse sindicato no SIMTED de Coxim. Participou da diretoria inclusive. Então eu vejo que a minha consciência hoje de sindicato com uma transformação nessa própria classe de professores. A gente pode apontar como a falta de mobilização até a falta da consciência sobre a importância da participação numa entidade né ela não é de hoje eu vejo essa importância desse papel lá atrás né, isso faz até a gente ter um olhar e leitura sobre essa importância hoje, seus problemas e tal, mas é fundamental se hoje há uma melhor condição de trabalho primeiramente, essa condição de trabalho essa leitura da realidade do trabalhador em educação em Mato Grosso do sul é fruto dessa história do sindicato dos trabalhadores de educação de Mato Grosso do sul. E é fundamental que o trabalhador em educação compreenda essa importância compreenda o papel da entidade, ele é importante ainda, talvez não há essa consciência por parte da maioria dos trabalhadores, mas ele é ferramenta importante sim, nas lutas que a gente travou lá atrás nas lutas que a gente precisa travar hoje.

A percepção da participante Kamppailu demonstra que as lutas e a militância “não decidem nada definitivamente, mas são a prova mais segura que a batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia se aproxima. São escolas de guerra dos operários, onde eles se preparam para o grande combate” (ENGELS, 1985, p. 253).

A participante Kamppailu afirma participar das ações desenvolvidas pelo sindicato, contudo destaca “Sim, participo menos do que deveria. Em termos das assembleias das reuniões que acontece das mobilizações de algumas ações tenho participado pouco, mais da importância da consciência da filiação eu acompanho sim”.

Dentre os eventos dos quais participou destaca que:

A formação sindical foi bastante importante, por que foi uma espécie de respiro depois de um movimento de greve que nós tivemos em 2015. Assim que eu retornei pra Coxim que é minha cidade de origem teve uma formação sindical, evento que cria essa mobilização a respeito de uma consciência dos profissionais da educação sobre o papel do sindical o que é o trabalho sindical então pra mim foi um dos eventos mais importantes. (participante KAMPPAILU).

A preocupação da participante Kamppailu com a formação sindical vem ao encontro do pensamento de Freire (1996, p. 25) de que “a teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.

Quanto ao elo do sindicato com algum partido político, explica:

A luta sindical ela é política. Ela parte de uma mobilização que reconhece a política como o meio que nós temos pra, pra resolver um problema, pra atender um direito né, pra formular a política pública é pela política é o espaço que nós temos e o sindicato é um espaço de mobilização política então eu vejo que há partidos políticos que vão se aproximar mais daquilo que o sindicato demanda, então existe sim uma aproximação da luta sindical com determinado partido político que é mais em prol daquela luta daquela demanda né das lutas dos trabalhadores que tem os mesmos

ideais né, que(luta)com as mesmas ideias né então pra mim assim é uma falácia é um discurso muito vazio falar que sindicato não pode se envolver com política não pode se aproximar desde ou daquele partido político né é uma ação política a ação dos sindicatos, claro que a gente é, nessa aproximação também vai haver momento de críticas de rupturas né, com esses ou aqueles partidos políticos então como a ação política é formada por indivíduos sujeitos, tudo também no momento a gente pode acusar que esse partido político ele foi menos em prol dessa luta que é do sindicato ou foi mais e tal pode haver rupturas nesse processo. (participante KAMPPAILU).

A participante Kamppailu conhece a sede do Simted e fala da estrutura física do sindicato:

Em determinado momento ela avançou bastante. Houve uma história que é fruto da quantidade de filiado das contribuições que deu pra consolidar uma estrutura legal sala de reuniões, salão pra festa, cozinha, então eu vejo assim a questão da manutenção, talvez a gente precisaria ter um investimento maior em manutenção e talvez não aconteça pelo número de filiados ou pela verba, mas é um espaço adequado.

Quanto aos fatores que contribuem para que alguns profissionais em educação não se associam ao SIMTED, a participante Kamppailu compreende que:

Esse movimento apolítico que tomou conta da sociedade das classes como um todo nos últimos anos na última década, dessa coisa de não se envolver com política de não discutir política né a própria ideia de que sindicato não pode ser associado com luta política quando é né, quando é então eu acho que muito desse movimento antipolítico Dessa polarização também de demonização do sindicato também né e a falta de consciência histórica das lutas falta de conhecimento, até mesmo de uma situação voltada pro indivíduo confortável, como ele atingiu um salário talvez razoável um salário que o coloque ai numa faixa de renda com bom poder aquisitivo ele não reconhece isso como fruto de uma luta histórica do sindicato da classe né , então faz voltar pro seu conforto individual e deixar de pensar no coletivo na luta que é coletiva na luta que é constante que vem de um movimento né que faz uma luta permanente essa luta ela se trava permanente, então desde o movimento anti político e até mesmo essa sensação de conforto na renda desse trabalhador Você acha também que seria por conta de não conhecer a história de luta do SIMTED ? Sim, de não conhecer a história de luta do SIMTED e também está movido né por interesse que parece ser individuais particulares, mas que não são individuais particulares, são coletivos né o bem estar de uma classe é pra todos ele não é só pro filiado ao sindicato ele é pra todos né se há uma melhora na condição de trabalho melhora no salário essa condição ela é para todos, então a partir do momento que profissional ele não reconhece esse coletivo num é então ele não reconhece também a luta, que a luta sindical ela é coletiva ela é pra ele também ela foi lá de trás né ela foi construída por outros que vieram antes e ela precisa ser construída por aqueles que estão entrando na educação agora né não há uma distinção entre quem entrou atrás e quem ta entrando hoje.

A fala de Kamppailu relativa ao discurso de acirramento da luta política na sociedade, mediante polarização, afeta de forma direta a atuação sindical, para além de ser um declarado obstáculo à participação, tendo em vista que, ainda que sem vínculo partidário, o sindicato é um espaço de militância política.

A percepção da participante chama a atenção para o fato de que, segundo Cardoso (1999, p. 96), [...] a filiação não pode ser tomada como medida universal da legitimidade vertical da representação do sindicalismo, seja porque parte dos não-filiados também participa da ação coletiva, seja porque muitos filiados não participam.

7.2.6 Efetivos Ativos não filiados

A participante Lutte compreende que a função de um sindicato consiste em: “Correr atrás do interesse de uma categoria onde tem que lutar juntos lutar por uma categoria por uma coisa melhor para o próprio sindicato quanto da equipe que faz parte dele”.

Essa servidora explica os motivos pelos quais não se sindicalizou.

Eu fiquei muito sentida muito chateada por que todas as vezes que eu precisei do sindicato o atendimento me foi negado. Eu perdi dois concursos por falta de informação e eu era filiada eu tinha condições de ter tomado posse em 2000. Então isso é um sentimento que eu tenho muito grande do sindicato. Deixaram eu perder um concurso onde eu estava aprovada. Não fizeram nenhum movimento para me auxiliar. Mesmo tendo um governo que defende o trabalhador e não me deram essa oportunidade. Por isso me desfiliei. (participante Lutte).

A percepção da participante Lutte vem ao encontro do pensamento de Cortez et al. (2017, p. 119) que declaram que “a intensificação da jornada de trabalho e a desarticulação das políticas que legislam sobre o tema perpetuam a construção de um ciclo de adoecimento físico e mental que implica sofrimento, desestruturação psíquica e problemas vocais aos professores”.

A servidora Lutte explica que “sempre procurei estar junto, mais como eu disse, o sindicato deixou a desejar”. Quanto à percepção quanto ao fato de o sindicato estar vinculado a um partido político, afirma que “sim, principalmente o PT. Eu penso que deveria desvincular não ter essa questão” (participante Lutte).

Em se tratando dos motivos para que alguns pares não se filiem ao sindicato, a participante Lutte explica: “A própria descrença do sindicato”. O olhar da servidora Lutte sobre a descrença no sindicato, foi apresentada por Vianna (1999) ao tratar especificamente sobre a crise no sindicalismo docente, oportunidade em que menciona alguns motivos: “1) esgotamento das greves; 2) ausência de diálogo com a população usuária das escolas públicas; 3) divergências político-ideológicas nas entidades; 4) distância entre as lideranças das associações/sindicatos e o professorado” (VIANNA, 1999, p. 36), dados que vêm ao encontro do cenário que perpassa o sindicato em questão.

A pesquisa evidencia que todas as categorias de servidores pertencentes ao sindicato reconhecem sua importância, assim como as lacunas existentes em sua atuação, o que significa que no século XXI, o sindicato carece de rever sua razão de ser e de estar como representação da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da pesquisa, foi possível perceber que, ao longo do tempo, a organização dos trabalhadores em categorias acontece diante de um processo ligado às precárias condições de trabalho e vida, aos quais esses se encontravam submetidos no processo de industrialização, sendo que a questão salarial se apresenta como o ponto de partida para a luta organizada dos trabalhadores.

A conquista da legalidade do sindicato é histórica e foi inevitável, diante da dimensão que a organização tomou, durante um período perpassado por inúmeras questões demandadas, para a garantia de melhores condições de trabalho. Ao longo da história, os sindicatos têm adquirido várias faces e maneiras de intervir na realidade. Há aqueles que apresentam suas lutas na perspectiva imposta pelo sistema de acumulação capitalista, e há os que lutam na busca pela emancipação dos trabalhadores, mediante a superação deste sistema de acumulação que beneficia poucos e regado à exploração de muitos.

No tempo atual, é possível constatar que a existência do sindicalismo revolucionário, identificado por suas ações que ultrapassam a luta imediata, econômica, e em especial a compreensão da necessidade da luta política para romper com a lógica vigente, tem perdido sua força. Lógica que busca tão somente explorar os trabalhadores, mas também a promover a desorganização de suas lutas.

Em diversos momentos deste estudo é enunciada e analisada a crise por que passa o movimento sindical no Brasil. No mundo globalizado, o Brasil é um país em que sua elite optou pela ideologia neoliberal mais selvagem, se apropriou por diversos meios dos espaços de formação de sentidos, e vem destruindo em grande medida os mecanismos de proteção social e garantia de direitos.

Nesse contexto de aumento de dificuldades para a atuação sindical, em particular a sindicalização e a organização de base, em especial nas enormes regiões e cidades menores no interior do país ficam ainda mais visíveis. Tais constatações podem ser a abertura para possibilidades de novas dinâmicas de atuação, a partir da predominância das mulheres na direção do sindicato e na categoria.

Em se tratando do caso específico do município de Coxim-MS, a fim de ampliar o contato com profissionais que atuam ou tem origem nas áreas rurais, e tendo em vista a dificuldade de acesso a interlocutores de regiões rurais, faz-se importante que a realização de ações de formação política e de reuniões ordinárias sejam itinerantes por parte do sindicato.

O cenário atual evidencia que o sindicalismo brasileiro vivencia uma crise, que vem se arrastando desde a década de 1990, justamente quando a categoria, do setor público, começa a se organizar de maneira mais efetiva. A história de organização dos professores de Coxim no Mato Grosso do Sul também expressa, em sua trajetória, um posicionamento em defesa dos trabalhadores e da educação no estado e no município. Diante do fato de possuir uma taxa de sindicalização docente baixa, se considerarmos o número de servidores docentes e não docentes no município, significa que essa realidade tem se convertido em pouca participação da categoria nas ações do sindicato.

Buscamos, neste estudo, analisar os discursos dos profissionais da educação da rede pública estadual, no município de Coxim-MS, sobre o Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação (SIMTED) de Coxim, identificando suas condições de produção e de sentido.

Os dados da pesquisa evidenciam a variedade de fatores que motivam e se apresentam como obstáculo para a participação e sentidos atribuídos à questão sindical. No que diz respeito ao perfil dos sindicalizados, constata-se que o SIMTED, na perspectiva de um espaço organizador dos trabalhadores em educação, não apenas de professores, não tem conseguido concretizar os projetos formativos enquanto organizador dos demais segmentos da categoria.

Fica evidente que o perfil dos sindicalizados é majoritariamente docente. Além dessa particularidade, outra questão é o fato de que o SIMTED é predominantemente constituído de mulheres, que são presença massiva, situação explicada pelo processo histórico de feminização da docência. Porém, os dados evidenciam que, nos últimos anos, mesmo as mulheres sendo predominantes também nos cargos do sindicato, elas não têm conseguido ocupar o cargo mais elevado na hierarquia da entidade, o que evidencia a existência da cultura machista, que reflete também nas organizações sindicais.

É perceptível que os sindicalizados são trabalhadores da zona urbana do município. A pesquisa não identificou nenhum servidor, docente ou administrativo, pertencente à zona rural, o que nos faz inferir a necessidade de planejamento de ações voltadas para os servidores da zona rural.

Com base nos dados da pesquisa, nos aproximamos da percepção de como vem acontecendo a participação dos servidores da educação nas lutas sindicais, de forma a identificar os elementos que contribuem ou impedem essa participação. Para esta questão, Alves (2002) aponta que a crise do sindicalismo consiste na parte da ofensiva do capital aos trabalhadores e à sua militância política. Na atualidade, o cenário indica que em consequência das transformações no mundo do trabalho, ocorridas a partir da reestruturação produtiva, cujo início

se deu na década de 1970, a fim de socorrer o capital com as taxas de lucros em queda, o sindicalismo tem evidenciado configurações, “na melhor das hipóteses, muito corporativista e pouco classista” (ANTUNES, 2018, p. 294).

Tal constatação é observada na maior parte das falas dos sujeitos pesquisados e que participam do SIMTED-Coxim. Eles declaram, como razão maior da sua participação, a necessidade de união para garantir os direitos da categoria. O que é legítimo diante da devastação dos direitos trabalhistas e da precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. Contudo, Alves e Nogueira (2011, p. 47) declaram que “o corporativismo sindical é uma ameaça à conquista da consciência de classe em-si e para-si adquirida pela vitória contra a consciência corporativa”. Também ficou evidente, na fala de alguns depoentes, a existência de uma perspectiva para além dos direitos da categoria, pautando uma concepção de sindicato classista, asseverada por diversos autores marxistas destacados neste estudo.

Dentre os servidores que não são sindicalizados constata-se que, entre outros motivos, o empecilho para sua inserção no movimento sindical está na indiferença quanto a importância das lutas sindicais, uma consequência da concepção liberal-meritocrática do ser humano, na perspectiva de um ser livre e autossuficiente, que conquista com seus méritos suas condições de trabalho, salariais e de vida. Tal constatação, evidencia a ausência da consciência de classe, tendo em vista esse tipo de posicionamento. Somada a esta questão tem-se a intensificação do trabalho docente, que em função da alta carga horária de trabalho, acaba por não ter tempo para a militância.

A intensificação do trabalho, tem como consequência diversos fatores, tais como a sobrecarga de atividade, o sofrimento, o cansaço e o adoecimento, além de afetar a organização dos trabalhadores, apresentando-se como uma dificuldade para que estes possam combatê-la. Contudo, é importante voltar na história e lembrar que os operários europeus, do século XIX, conseguiram se organizar justamente em função de suas altas jornadas de trabalho somadas ao baixo salário.

Os dados da pesquisa evidenciam certo distanciamento do sindicato com a base da categoria. Tal fato pode estar ligado a uma comunicação deficitária. Fica evidente, na fala de parte dos depoentes, uma responsabilização da coordenação sindical pelas lutas da categoria. É como se a coordenação sindical, por si só, desse conta de resolver todas as questões relativas à categoria sem a necessidade de os próprios integrarem-se, tomarem parte das ações, decisões e consequências. Tal percepção está associada à concepção de participação da democracia

representativa, na qual o lugar da participação está determinado de forma restrita na escolha daqueles que irão tomar as decisões.

Ao realizar a análise das entrevistas com os participantes, foi possível perceber que estes possuem uma trajetória de participação em movimentos sociais, desde o período de juventude e que alguns aprenderam com seus pais o exercício da militância, como é o caso da servidora Barátta. Tal fato os qualifica para essa atuação, uma vez que, conforme destaca Pateman (1992), a participação consiste em um processo educativo que promove uma capacitação da pessoa à medida que ele a exerce.

Outra questão evidenciada pelos dados da pesquisa, é que o fator salário tem se apresentado como o elemento fundante para a participação sindical. Nesse sentido, Marx (2008) e Engels (1985) nos lembram que a luta por melhores salários e a jornada de trabalho são legítimas, porém elas não podem ser tomadas como fim, pois a lei do salário é parte da lógica do capital. Daí, a necessidade de ampliar o horizonte das lutas sindicais para além das lutas imediatas, econômicas.

Diante do exposto, a luta pela valorização da educação e dos professores implica em uma luta política, por mais que alguns dos depoentes não concordem, pelo fato de que neste sentido estão presentes os antagonismos de classes. Além do que, conciliar as atividades do trabalho com a luta sindical não é fácil, mas a própria mudança desse cenário de intensificação demanda a união dos trabalhadores, a qual Marx (1982) afirma que é nessa união, em seu número, que está a força, o poder social destes.

Diante da crise do sindicalismo, a qual estamos vivendo, alcançar esta união dos trabalhadores não é tão simples, pois apesar de identificar diversas conquistas dos professores do SIMTED, oriundas da luta sindical, constato também a atual fragilidade deste sindicato na medida em que sua bandeira hoje se situa na luta por manter os direitos conquistados. Esta fragilidade, conforme discutimos ao longo do texto, não é algo particular deste sindicato, mas em parte se explica por este atual cenário mundial de devastação dos direitos trabalhistas, produzido pela crise estrutural do capital. Mas, se por um lado a crise estrutural do capitalismo vem promovendo uma fragilidade das organizações trabalhistas, essa mesma conjuntura sinaliza a necessidade de união dos trabalhadores para compreenderem sua tarefa histórica revolucionária.

Nesse aspecto, Trotsky (2008) reitera a importância do papel educativo, dos sindicatos combativos, para o avanço das consciências para a luta política. Nessa perspectiva, é possível asseverar que as contradições do capital, por si só, não produzem consciência de classe, e para

esse avanço é fundamental a formação sindical para o fortalecimento dos sindicatos e conseqüentemente da luta. No caso do SIMTED-Coxim os entrevistados compreendem a real necessidade da formação sindical, no entanto, verifica-se que neste momento ela se apresenta frágil. A partir dessa realidade, faz-se necessária a criação de estratégias para fomentar uma base contínua de formação política/sindical, para os trabalhadores é um ponto crucial para o fortalecimento desse sindicato.

Para alguns sindicalistas, a participação sindical dos professores é pautada principalmente pela questão salarial, mas, por outro lado, também percebem em alguns trabalhadores o pensamento de terceirização da luta sindical, e considero que esta ideia está muito relacionada ao modelo de democracia representativa, que rege nossa sociedade política. Mas, como podemos observar, de alguma maneira, esse modelo não tem conseguido responder aos anseios da sociedade, mas sim vem fazendo a manutenção do status quo. Além desse motivo, os sindicalistas destacaram que a não participação nas ações do sindicato da base também é reflexo da falta de formação de base, como aquela promovida pela participação no movimento estudantil, assim como a própria divergência de ideias entre a direção sindical e a categoria, e, por fim, destacam a falta de consciência de classe. Importante se faz destacar que a mudança de consciência ocorre mediante a vivência prática das contradições do real aliada à formação teórica, para abranger a totalidade que não se revela de imediato.

O sindicato para encaminhar as lutas tem como desafio maior organizar a categoria, tendo em vista que tal organização não garante conquistas imediatas. Necessário se faz romper com a velha ordem que põe a acumulação de capital acima da humanidade, uma vez que a saída para a atual crise do capital requer mudanças estruturais, que ultrapassam ações parciais que tentam humanizar o capitalismo, como se tal possibilidade existisse.

Em conformidade com o pensamento de Marx (1998), o que interessa é transformar as estruturas dessa sociedade desigual, e para atender a este objetivo, espero que de alguma maneira este estudo possa colaborar na construção de uma nova sociedade, cuja ação transformadora tenha por base a igualdade, a cooperação, a solidariedade, o companheirismo, a fraternidade, o amor, a justiça, a coletividade e o respeito às diferenças.

Importante se faz destacar que a realização de pesquisa em nível de mestrado consiste em uma tarefa complexa, e com este exercício foi perpassado por algumas limitações como, por exemplo, em relação ao número de entrevistados. Embora o SIMTED tenha um número significativo de sindicalizados, somente 12 (doze) servidores se colocaram à disposição para participar como colaboradores na realização deste estudo. Tal fato ilustra a lacuna existente no

que se refere ao papel do sindicato na formação política de seus membros. Ou seja, quando as pessoas não se sentem à vontade para dizer o que pensam do sindicato do qual faz parte, significa que ainda há muito que fazer para que a função primordial do movimento sindical seja materializada em resultados profícuos.

Outra questão de relevância a ser destacada, consiste no fato de que outras pesquisas com foco na temática em questão, cujo pano de fundo seja o SIMTED, carecem ser realizadas, uma vez que, tendo em vista a dinâmica da realidade, muitas são as possibilidades de transformação no modo de pensar e agir das pessoas e, conseqüentemente, dos movimentos sociais que não estão imunes às tranformações impostas pelas adversidades da vida em sociedade e nas configurações do trabalho em todas as perspectivas.

Mesmo diante dos condicionantes para a realização da pesquisa em tela, podemos afirmar que os objetivos propostos, quando da proposição inicial desta, foram alcançados, uma vez que, embora o número de participantes tenha sido relativamente pequeno, foi possível de expressar a percepção da categoria em relação ao Sindicato Municipal de Trabalhadores em Educação da Rede Pública Estadual de Coxim-MS.

REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. **Revista Eletrônica**. Zeca do PT assume três compromissos com a educação. 2010. Disponível em: <https://www.acritica.net/editorias/geral/zeca-do-pt-assume-tres-compromissos-com-a-educacao/18350/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

ALMEIDA, D. M. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/sindicato e o SINDIUTE**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2015.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial presença, 1980.

ALVARENGA, R. Z. **A declaração de princípios e direitos fundamentais no trabalho de 1998 e as convenções fundamentais da OIT comentadas**. São Paulo: LTr, 2018.

ALVES, G. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002.

ALVES, G. **A condição de proletariedade: A precaridade do trabalho no capitalismo global**. Londrina: Praxis, 2009.

ALVES, G.; NOGUEIRA, T. P. Trabalhadores públicos e sindicalismo no Brasil: o caso dos trabalhadores públicos do judiciário brasileiro. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 12, p. 42-53, 2011.

ALVES, G. A. P. Ofensiva do capital e limites do sindicalismo. **Revista Novos Rumos**, (23). 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.9.v0n23.4986>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ANTUNES, R. C. **O que é Sindicalismo**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANTUNES, R. C. **Origens, Evolução e Importância dos sindicatos**. 1º Parte, p. 09-47. In: **O que é o sindicalismo**. Coleção Primeiros Passos. 10º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense S. A. 105 p., 1985.

ANTUNES, R. C. **O que é sindicalismo**. 18ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ANTUNES, R. C. **O que é sindicalismo, estrutura social, comissões de fábrica**. São Paulo: Círculo do Livro. 1995.

ANTUNES, R. C. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Rio de Janeiro: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. C. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho**. 16ª. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. C. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 325 p., 2018.

APC. **Ata da Assembleia Geral realizada dia 25 de março de 1983**. Livro Ata nº 01, p. 1.

APC. **Ata da Assembleia Geral realizada dia 12 de março de 1983**. Livro Ata nº 01, p. 2.

APC. **Ata da Assembleia Geral realizada dia 01 de julho de 1989**. Livro 02, p. 30.

APC. **Ata da Assembleia Geral realizada dia 08 de julho de 1989**. Livro 02, p. 34.

APC. Jornal Informativo. **Histórico dos 10 anos da APC**. Coxim: MS, 29, p. 01, 1989.

ARROYO, M. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? **Educação & Sociedade**, São Paulo, nº 5, p. 5-23, jan. 1980.

ARROYO, M. **Trabalho**: educação e teoria pedagógica. In: Frigotto G, organizador. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes; p. 138-165, 1998.

A VOZ DO TRABALHADOR. JORNAL. Ano VII, nº 48, 1º de fev. de 1914, p. 6

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977). 2006.

BENINCÁ, E. **As origens do planejamento participativo no Brasil**. Revista Educação - AEC, nº 26, jul./set. 1995.

BENTO, C. M., Cel; GIORGIS, L. E. C., Cel. **Brasil Lutas internas 1500/1916**.

Resende/Barra Mansa: FAHIMTB/IHTRGS, 2016. p., s/Il.

BERNARDES, A. T. **A precarização do trabalho docente no ensino público estadual do estado de São Paulo e a territorialização do capital na educação – uma análise a partir de Ourinhos**. IN: Anais da XIII Jornada do Trabalho: “A irreformabilidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho”. Presidente Prudente: Editorial Centelha, p. 180-190, 2012.

BIASOTTO, W.; TETILA, L. **O movimento reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul – 1978-1988**. Campo Grande: UFMS, 1991.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Vol. 2. Campo Grande: UFMS, 2009.

BOBBIO, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução Carmem C. Varriale (et. al.). 6ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

BOITO JÚNIOR., A. **A crise do sindicalismo**. In: SANTAMA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo. 2003.

BORBA, E. R., & FABRINI, J. E. A participação das mulheres na luta sindical: o caso do sindicato dos trabalhadores rurais de francisco beltrão/pr. *Pegada - A Revista Da Geografia Do Trabalho*, 17(2). 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v17i2.4631>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. **O mundo do trabalho**. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade & A. V. B. Bastos (Org.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (p. 24-62). Porto Alegre: Artmed. 2004.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Participação**. (7ª ed.) São Paulo: Editora Brasilienses. Coleção Primeiros Passos, nº 95. 1992.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 19.770**, de 19 de Março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, mar 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho do ano de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. In: Gentili P. e Frigotto G. (organizadores). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2ª ed. São Paulo, Buenos Aires: Cortez, CLACSO. p. 125-144, 2001.

- CANO, W. B. Construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas-SP, v. 26, n° 2 (60), p. 265-302, ago. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ywkm7p>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- CARDOSO, A. M. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARDOSO, M. E. **Trabalhadores da educação**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto – Enfermagem**, vol. 15 n° 4, Florianópolis. Oct. e Dec. 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=s010407072006000400017&script=sci_arttext. Acesso em: 15 nov. 2022.
- CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. G. **Globalização, neoliberalismo, privatizações**. Editora da Universidade, UFRGS, Porto Alegre, 1997.
- CARVALHO, J. M. Cidadania, estadania, apatia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 24 jun. 2001.
- CARVALHO NETTO, M. **A hermenêutica Constitucional e os desafios postos aos direitos fundamentais**. In: SAMPAIO, José Adércio Leite (coord.) Jurisdição Constitucional e direitos fundamentais. Belo Horizonte: Del Rey, p. 141-164, 2003.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CAVALCANTE, Z. V.; SILVA, M. L. S. **A Importância da Revolução Industrial no Mundo da Tecnologia**. In: VII EPCC: Encontro Internacional de Produção Científica. Maringá/PA, Brasil: Editora CESUMAR, Anais... 2011.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.
- CLARA, M. C. D. Princípios gerais do direito internacional do trabalho e o surgimento da OIT. **Revista Jurídica Portucalense**. Law Journal. N° 19. Portugal. Porto. 2016.
- CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Concepção, Estrutura e Organização Sindical**. Equipe de Educadores da ECO/CUT. 1ª ed., 1ª reimp. - Brasília/DF: 2014.
- COELHO, N. N. A.; CAMARGOS, M. A. Fundos de pensão no Brasil: uma análise dos fatores determinantes para sua expansão na perspectiva dos gestores. **O&S**, v. 19, n° 61, p. 277-295, 2012.
- CORONEL, M. C. V. K. **Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: o que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?** In: XXXVII Reunião Anual da ANPEd, 2015,

Florianópolis. Anais da XXXVII Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro: ANPED, v. 1, p. 1-13, 2015.

CORTEZ, P. A.; SOUZA, M. V. R.; AMARAL, L. O.; SILVA, L. C. A. **A saúde docente no trabalho**: apontamentos a partir da literatura recente. *CADERNOS SAÚDE COLETIVA*, v. 25, p. 113-122, 2017.

COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. **1890-1914: No Tempo das Certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, R. C. **A práxis marxista e o intelectual orgânico em Gramsci**: a emancipação humana como horizonte. *Geminal: Marxismo E educação Em Debate*, 11(3), 235–247. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i3.33635>. Acesso em: 04 out. 2022.

COTRIM, G. **História Global – Brasil e Geral**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

COXIM. Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação. **Ofício Circular 26/95**. Coxim, MS: SIMTED, Assunto: Filiação à CUT. 11 mai. 1995.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto (2ª ed., L. de O. Rocha, Trad.). Porto Alegre: Artmed. (Obra original publicada em 2003). 2007.

CUNHA, K. F. B. **A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as alterações legislativo-trabalhistas brasileiras ocorridas entre os anos de 2017 a 2019**: contribuições da teoria garantista para o direito transaccional do trabalho. Dissertação (mestrado) – Centro Universitário FG - UniFG, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito - PPGD, Guanambi-BA, 2020.

CUT. CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Apostila de Concepção, Estrutura e Prática Sindical**. CEPS. S/D. Disponível em: <
<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/62/f1130apostila-concepo-estrutura-e-prtica-sindical---ceps---cut.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

DELGADO, M. G.; DELGADO, G. N.. A OIT e sua missão de Justiça social. **Revista Pensamento Jurídico**. São Paulo, v. 13, nº 2, jul./dez. 2019.

DIAS, R. A. M. **Marcos teóricos, paradigmas e sentidos da participação**: faces diversas de um mesmo espelho. In: VI Conferência Regional de ISTR para América Latina e El Caribe. Salvador, p. 1-12, 2007.

DIAS, H. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 8, pp. 1-17, 2014.

DINIZ, E. C. C. **Sindicalismo, docência e formação política do professor da educação básica pública**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2014.

DINIZ, E. C. C.; ROCHA, S. A. **Dos movimentos ao movimento**: a importância dos movimentos social, popular e sindical na constituição da identidade política docente. *Tendências Pedagógicas*, 32, 106-118. doi: 10.15366/tp2018.32.008. 2018.

ESTANISLAU, L. **Oboré: jornalismo sindical e luta democrática. Opera Miundi. Jornal O Brasil de fato.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/02/14/obore-jornalismo-sindical-e-luta-democratica>. Acesso em: 19 dez. 2022.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti. São Paulo. Global, 1985.

FARAH JÚNIOR, M. F. A Terceira Revolução Industrial e o Novo Paradigma Produtivo: Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Industrial Brasileiro nos Anos 90. **Revista FAE**, Curitiba, v. 3, nº 2, p. 45-61, maio/ago., 2000.

FEPROSUL. **Jornal Informativo.** 1989

FERNANDES, M. D. E. Em tempos de valorização dos profissionais da educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, Nº 16, julho-dezembro de 2014, p. 47–58, Universidade Federal do Paraná-Brasil. Disponível em: http://www.jpe.ufpr.br/n16_5.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

FERNANDES, M. D. E.; FERNANDES, S. J. Vencimento salarial docente. O caso do Fundeb e do PSPN. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 18, p. 275-292, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 12 jul. 2022.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 25 de fevereiro de 2000.** Livro 05, p. 23

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 15 de maio de 2004.** Livro 08, p. 15

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 08 de setembro de 2007.** Livro 09, p. 24

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 28 de fev. de 2002.** Livro 07, p. 39.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 25 de mar. de 2003.** Livro 07, p. 73.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 03 de dez. de 2003.** Livro 08, p. 24.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 29 de nov. de 2005.** Livro 09, p. 17.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 09 de mai. de 2007.** Livro 09, p. 82.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 1º de ago. de 2007.** Livro 09, p. 94-95.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 04 de abr. de 2008.** Livro 10, p. 20.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 17 de abr. de 2008.** Livro 10, p. 21.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 27 de ago. de 2008.** Livro 10, p. 28.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 30 de out. de 2008.** Livro 10, p. 34, 35.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 09 de dez. de 2008.** Livro 10, p. 40.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 24 de abr. de 2009**. Livro 10, p. 26.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 27 de out. de 2009**. Livro 10, p. 64.

FETEMS. **Ata da reunião realizada dia 27 de nov. de 2009**. Livro 10, p. 68.

FETEMS. Histórico. **FETEMS**. 2022. Disponível em: <https://fetems.org.br/fetems/historico/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

FISHER, M. **Realismo Capitalista: é mais fácil o fim do mundo do que o fim do capitalismo**. São Paulo: Autonomia literária - E-book. 2020.

FIGARO, R. **Relações de comunicação no mundo de trabalho**. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

FORD, H. **Os princípios da prosperidade**. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

FORTE, F. **Os dilemas da CUT no início do século XXI: rumo a uma nova institucionalização sindical?** Tese de doutorado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; MOLINA, H. Estado, educação e sindicalismo: no contexto da regressão social. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 4, nº 6, p. 37-51, jan./jun. 2010.

GADOTTI, M. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. **Revista ADUSP**, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2002.

GINDIN, J.; MELO, S. D. G. **A internacionalização do debate sobre o sindicalismo dos trabalhadores em educação na América Latina**. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: Organização e lutas*. Brasília (DF): Paralelo, 15, 2011.

GOHN, M. G. **Educação, trabalho e lutas sociais**. In: *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho* / Gentili P., Frigotto G. (Orgs.). 2ª ed. São Paulo: Cortez; Buenos Aires. CLACSO, p. 89-124, 2001.

GOIS, A. C. L.; Paiva, M. A. L.; Sardegna, M. A. (n. d.). **O Novo do Direito do Trabalho**. 2013. Disponível em: < http://www.editoradaulbra.com.br/catalogo/periodicos/pdf/periodico16_5.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado. Para além do socialismo**. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1987.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. **Estrutura sindical e cenário político**: o sindicalismo docente no Mato Grosso do Sul e no Paraná. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 17, nº 27, p. 87-111, 2012. Disponível em: <http://relet.iesp.uerj.br/Relet_27/Cap%C3%ADtulo%2004%20-%20Estrutura%20sindical%20e%20cen%C3%A1rio%20pol%C3%ADtico%20RELET%2027%20-%20SE.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

GOUVEIA, A. B.; FERRAZ, M. A. S. **Sindicalismo Docente e Política Educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação**. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 48, p. 111-129, Editora UFPR. 2013.

GRAMSCI, A. **L'Ordine Nuovo**. Rasegna settimanale di cultura socialista. Milano: Feltrinelli Reprint, 1966.

GRAMSCI, A. **Sobre Democracia Operaria e outros textos**. Ed. Biblioteca Ulmeiro, nº 4. Lisboa/Portugal: Ulmeiro. 1976.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HAN, B. **Sociedade do Cansaço**. Editora Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro-RJ. 2015.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. Europa 1789-1848. São Paulo, Editora Paz e terra. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, 1977.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOSSEINI, K. **O caçador de pipas**. Tradução de Maria Helena Rouanet. 14^o impressão, Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social no processo capitalista de produção**. **Trabalho e indivíduo social**: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo, Cortez, 2001.

KREIN, J. D.; DIAS, H. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **Revista Ciências do Trabalho**, (8), 1-17. (2017). Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/141>. Acesso em: 19 abr. 2022.

KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. **As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil**, in Veras de Oliveira et all (org.), *O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas*, Ed. Fino Traço, p. 213-246. 2014.

LADOSKY, M. H. G. **A CUT no Governo Lula**: da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2009.

LAHORGUE, M. A. **Pólos tecnológicos no Brasil**: espontaneidade ou inovação social? Uma discussão sobre pólos tecnológicos brasileiros, suas evoluções e perspectivas. In: I Congresso

Iberoamericano de Ciência, Tecnología, Sociedad e Innovación CTS + I, 2006, México D. F. Disponível em: <https://silو.tips/download/polos-tecnologicos-no-brasil-espontaneidade-ou-inovacao-social-umadiscussao-sobre>. Acesso em: 08 maio 2022.

LANÇA, H. B. **O jornal sindical e a formação política: o caso da UDEMO junto aos diretores de escola da rede estadual paulista**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo. 2013.

LOURO, G. L. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das mulheres no Brasil. 7. ed. São Paulo: Contexto, p. 443-481, 2004.

LUKÁCS in ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Rio de Janeiro: Boitempo, 1999.

LUXEMBURGO, R. **Textos escolhidos**. v. I. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

MAGINI, E. J. As dificuldades para a qualificação do docente no Ensino Superior privado e a fragilidade da Legislação na sua tutela. **Revista Vertentes do Direito**. Universidade Federal do Tocantins-UFTO. 2015. Ano 1. Edição 2. 2015.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências da Análise do Discurso**. Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas-SP, 3ª edição, 1997.

MALDIDIER, D. A inquietude do discurso, um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. **Revista Semen**, Besançon, nº 8, p. 107-119, 1993.

MALUF, S. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, Ed., 28ª ed., 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, M. F.; MARTINS, S.; OLIVEIRA, A. R.; SOARES, J. B. Conselhos Municipais de Políticas Públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**. Brasília 59 (2): p. 157, Abr/Jun, 2008.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. In: O processo de produção do capital. 9ª ed. São Paulo: DIFEL. V. 1, Livro 1, 1984.

MARX, K. **Processo de trabalho e processo de produzir Mais-valia**. In: O Capital 14. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul**. 2014

MATO GROSSO DO SUL. **Lei complementar nº 277, de 15 de Outubro de 2020.** Que altera a redação e acrescenta na Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto do Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: <https://fetems.org.br/fetems/wp-content/uploads/2021/12/02-lei-277-16-de-outubro-de-2020.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MATO GROSSO DO SUL. **Secretaria de Estado da Educação.** Campo Grande: 2019. Disponível em: <https://www.sed.ms.gov.br/relacao-de-escolas-com-diretores/>. Acesso em: 17 dez. 2022.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado:** Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999.

MANHÃES, E. Análise de discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (*orgs.*). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social:** teoria, métodos e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social, teoria, método e criatividade.** Capítulo 3: Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Ed. Vozes. 2009.

MONLEVADE, J. **Educação Pública no Brasil:** Contos & De\$conto\$. Ceilândia-DF: Idéa Editora, 1997.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social.** 3ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, A. **A classe e a não-classe em Marx.** In: III Simpósio Lutas Sociais na América Latina - Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?, 2008, Londrina. Anais do III Simpósio, 2008.

MUSSALIM, F. (Org.). **Introdução à Linguística:** domínios e fronteiras. 2ª ed. São Paulo: Cortez, p. 101-142, 2001.

MUSSALIM, F. **Análise do discurso.** In: BENTES, Anna Christina; 2003.

NEVES, L. M. W.; SIQUEIRA, A. (Orgs.). **Educação Superior:** uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

NOGUEIRA, A. J. F. M. **A liberdade desfigurada:** a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. São Paulo: Hucitec, p. 93-112, 1979.

NOGUEIRA, A. J. F. M. **Emergência e crise do novo sindicalismo no setor público brasileiro.** In: Rodrigues IJ, organizador. O novo sindicalismo: vinte anos depois. Petrópolis: Editora Vozes, p. 51-72, 1999.

NORONHA, E. G. **O modelo legislado de relações de trabalho e seus espaços normativos**, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1998.

NORONHA, E. G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 76, p. 119-168. 2009.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Conheça a OIT**. Brasília: OIT. 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Estructura de la OIT**. Genebra, 1974.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Las Normas Internacionales del Trabajo**. Genebra, 1978.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **História da OIT**. Genebra: OIT, 2019. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 01 abr. 2022.

OLIVEIRA, D. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p. 209-228, dez. 2006.

OLIVEIRA, F. S. Terceirização e Flexibilização das Normas Trabalhistas. **Revista Prolegómenos - Derechos y Valores** - p. 189-201, 2013.

ORLANDI, E. P. Texto e discurso. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, nº 23, p. 111-118, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. 2ª ed., Campinas, SP: Editora Pontes, 2000.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3ª ed., Campinas-SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: Princípios & Procedimentos**. 7ª ed., Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª ed., Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 3ª ed., Campinas: Pontes, 2016.

PASSOS, D. O. R. **O início das idéias socialistas no Brasil**. Cadernos Cemarx, Unicamp, nº 5, 2009.

PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Unicamp, 1975.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michael Pêcheux**. Campinas-SP: Editora Unicamp, p. 39-158, 1997.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVESAN, Carlos; SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise. HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, p. 163-252, 1997.

PEREIRA, M. C.; TAVARES, T. S. Reestruturação produtiva, movimento sindical e participação: Um estudo sob a ótica das representações sociais. **Revista da Ciência da Administração**, v. 8, nº 15, jan/jun, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/1751/1465>. Acesso em: 03 set. 2022.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PRIORI, M. D. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PEREIRA, A. **Paciência Revolucionária**. Bálamo Benigno, Jul. 2009. Disponível em: <https://balsamobenigno.wordpress.com/2009/07/13/paciencia-revolucionaria/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PEREIRA, A. **Poeta mineiro – Coração de Jesus**. Disponível em: <https://balsamobenigno.wordpress.com/2009/07/13/paciencia-revolucionaria/>. Acesso em: 19 dez. 2022

PINTO, M. J. **Comunicação e discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. **A classe operária no Brasil – 1889 a 1930**. p. 267, 1981.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J.. **Trabalho, flexibilidade e terceirização: o caso da indústria automotiva**. In: DAU, D. M.; RODRIGUES I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. (Orgs.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2009.

RIFKIN, J. **A Terceira Revolução Industrial: como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo**. Brasil: M. Books, 2012.

RODRIGUES, I. J. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 9, nº 3, p. 116-126. 1995.

RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT (1983-1993). São Paulo: LTr, 2ª. Edição, 2011.

RODRIGUES, L. M. **Partidos e Sindicatos**. São Paulo: Ática, 1990.

RODRIGUES, L. M. **O poder sindical na nova Constituição**. In: Os direitos sociais e trabalhistas na Constituição de 1988. ABRH- Nacional, São Paulo, outubro de 1988.

RODRIGUES, L. M. **CUT**: os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

RODRIGUES, L. M. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

RODRIGUEZ, M. V. **História do movimento sindical docente de Mato Grosso do Sul**: acordos salariais dos professores da rede estadual. Ditaduras e no Mundo Contemporâneo. XII Encontro da Associação nacional de História. Seção Mato Grosso do Sul. 13 a 16 de outubro de 2014. Aquidauana-MS. Disponível em: http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1411215199_ARQUIVO_ArtigoAnpuhconcluido.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

RODRIGUEZ, M. V.; SIMÕES, C. H. A História de Valorização Docente da Educação Básica em Mato Grosso do Sul (1979 - 1996). **FINEDUCA** - Revista de Financiamento da Educação - UFRGS, v. 1, 2011.

RODRIGUEZ, M. V.; SIMÕES, C. H. **Análise das Consequências das Políticas Salariais nas Condições de Trabalho dos Professores: Em Foco Mato Grosso do Sul**. Anpae, 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0329.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

ROSSO, S. D.; CRUZ, H. L.; RÊSES, E. S. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Pro-Posições**. vol. 22, nº 2, p. 111-113, 2011. ISSN 0103-7307. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v22n2/v22n2a09.pdf> >. Acesso em: 13 jul. 2022.

RUSSOMANO, M. V. **Princípios Gerais de Direito Sindical**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, p. 34, 2000.

SANTANA, M.A. Classe trabalhadora, confronto político e democracia. **Lua Nova**, São Paulo, 104, p. 67-96, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/f77DLNRZ6wnwtgcsfpnyFMr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 Jul. 2018.

SAUSSURE, F.. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, R. L. **Direito Internacional Público**. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2002.

SILVA, S. J. **Da I CONCLAT ao VI CONCURTO**. In: *Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT* [online]. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, p. 85-123, 2015. ISBN: 978-85- 68576-83-0. 2019.

SILVA, T. C.; COSTA, L. A. R.. OLIVEIRA, S. M. Tendências da Ação Sindical no Brasil do Século XXI: Leituras e Interpretações à luz do Debate sobre o Sindicalismo no período 2003-2015. **Revista Ciência do Trabalho**. N.8, 2017. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/142/pdf>

SIMTED. **Ata reunião de inauguração realizada dia 18 de maio de 1991**. Livro Ata 03, p. 41.

SOUZA, J. S. **Os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional: a ação dos sindicatos no Brasil recente**. In: Antunes R, organizador. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Editora Boitempo; p. 475-498, 2006.

SOUZA, J. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2018.

SPINK, M. J. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis: Vozes. 2003.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

STERING, S. M. S. **Ritmos e Tons das Ações Instituintes da Educação Popular: Um Olhar Fenomenológico da Orquestra de Flautas Meninos do Pantanal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Instituto de Educação. 2008.

STERING, S. M. S. **O Desafio da qualificação para o trabalho na perspectiva do proeja no IFMT - Política, fato e possibilidades**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista – Unesp. Instituto de Biociências de Rio Claro - SP. 2015.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social eritka na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª ed., Petrópolis-RJ. Vozes, 2011.

TOALDO, C. J. **O Novo Sindicalismo e a Mobilização dos Professores da Rede Pública Estadual Sul-Mato-Grossense: Avanços e Rupturas 1979-1992**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Dourados. Dourados-MS. 2003.

TROTSKY, L. **Os sindicatos na época da decadência imperialista**. In: AGUENA, Paulo (Org.). *O Marxismo e os Sindicatos*. São Paulo: Sundermann, 2008.

TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. São Paulo: Editora Unicamp; 2002.

VERAS, R. **O sindicalismo metalúrgico, o “festival de greves” e as possibilidades do contrato coletivo nacional**. In: Santos BS, organizador. *Trabalhar o mundo: os caminhos do*

novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; p. 251-252, 2005.

VIANNA, C. P.. **Os nós do “nós”**: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VIANA, Nildo. **O Que é o Fascismo? Marxismo e Autogestão**. vol. 05, num. 09, jan./jun. de 2018.

VIEIRA, E. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

ZORNETA, R. **A Esquerda no labirinto**: processo de americanização dos sindicatos e o surgimento da nova esquerda no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. São Paulo-SP, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

O sindicato é uma entidade representativa de trabalhadores que são interpelados por diversas formações ideológicas e discursivas. Por isso, nesse estudo, é necessário lançar mão da Teoria da Análise do Discurso da escola francesa para compreender como esses discursos são formados e entram em circulação. A reflexão sobre a Análise do Discurso, parte de conceitos, conceitos-chaves de sujeito, formação discursiva, efeitos sentido e ideologia.

Frente a essa realidade e ao propósito e natureza da pesquisa, é de grande relevância a realização da entrevista, em particular, quando a ideologia está relacionada à existência concreta, direcionando as ações e os posicionamentos dos indivíduos partindo do que acreditam, ou seja, concebidas pelos conflitos e pelas relações de aliança ou dominação. Forças caracterizadas pela representação de diversos grupos sociais, constituídos por diferentes práticas, ritos, gestos, crenças, culturas e linguagens. Para tanto, planejou-se que, a entrevista ocorrerá com a participação dos trabalhadores em educação da rede pública estadual no município de Coxim-MS, na condição de profissionais efetivos ativos, inativos, convocados, filiados ou não ao Sindicato Municipal dos trabalhadores em Educação.

A coleta dos dados para esta pesquisa acontecerá em duas etapas:

ETAPA 1) Nessa etapa, será realizado o convite individualizado ao profissional da educação para contribuir com a pesquisa.

ETAPA 2) Entrevista individualizada presencial com os participantes que aceitarem participar da pesquisa.

A temática será abordada a partir de perguntas que serão realizadas pela pesquisadora. As questões abaixo irão direcionar a entrevista, porém vale ressaltar que outros assuntos poderão emergir durante o processo e que serão registrados.

A coleta dessas informações será realizada por meio de gravador de voz e um caderno de campo para registrar movimentos, expressões faciais e outros gestos que o gravador não capta. Segue o roteiro da entrevista:

1) Nome Completo:

2) Faixa etária:

a) () 18-30 b) () 31-40 c) () 41-50 d) () 51-60 e) () 61-70 f) () Acima de 70

3) Gênero:

Masculino Feminino

4) Como você se declara quanto a cor/etnia?

Branca Preta Parda Amarela Indígena não-declarada

5) Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar mensal?

(A) Nenhuma renda.

(B) Até 1 salário mínimo (até R\$ 1.212,00).

(C) De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 1.212,00 até R\$ 3.636,00).

(D) De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 3.636,00 até R\$ 7.272,00).

(E) De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 7.272,00 até R\$ 10.908,00).

F) De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 10.908,00 até R\$ 14.544,00)

6) Qual seu grau de instrução?

a) Ensino fundamental incompleto

b) Ensino fundamental completo

c) Ensino médio incompleto

d) Ensino médio completo

e) Superior completo

f) Superior incompleto

g) Especialização

h) Mestrado

i) Doutorado

7) Qual é sua função/área de atuação? Pedagoga (artes)

8) Qual é sua situação funcional? Efetivo ativo Efetivo inativo Convocado

9) Na sua opinião, o que é e qual a função de um sindicato?

10) Você é filiado ao Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim-MS?

a) Se sim, como você percebe a atuação e importância do sindicato para os trabalhadores da rede pública estadual de Coxim-MS?

11) Você acompanha as atividades desenvolvidas pelo Simted?

Você acompanha mais pelo WhatsApp?

12) Você já participou de algum evento promovido pelo Simted?

13) Na sua opinião, o SIMTED está vinculado a algum partido político? Por quê?

14) Você conhece ou já esteve na sede do Simted?

15) Valor de 2% descontado em folha do filiado você acha razoável?

a) Se sim, por quê?

b) Se não, por quê?

16) Na sua opinião, o que contribui para que alguns profissionais em educação não se associam ao SIMTED?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE COXIM-MS

Responsável:

Profª Dra. Natália Noschese Fingeremann

Número do CAAE:

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

1-Justificativa e objetivos:

Essa pesquisa aborda as condições de produção de sentido dos profissionais da educação com relação ao Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim-MS (SIMTED-COXIM). Visto que, há vários sentidos produzidos sobre os sindicatos que podem ser motivados pelas influências de diversos fatores que poderão ser detectados nesses discursos através desse estudo.

A escolha dessa temática foi motivada, primeiramente, pelo fato da pesquisadora ser uma trabalhadora da Educação, profissional de Letras, e em segundo lugar, pelo envolvimento da pesquisadora no movimento sindical no Estado de Mato Grosso do Sul, bem como na presidência do SIMTED-COXIM. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir para compreender os meios que possibilitam a multiplicidade desses discursos constituídos entre os profissionais da educação da rede pública estadual, e servir como inspiração e fonte para que possam surgir novas pesquisas relacionadas aos movimentos sindicais, com enfoque na Análise

do Discurso francesa e suas contribuições para o conhecimento do homem, partindo de conceitos importantes: sujeito, discurso e ideologia.

Para dar início à discussão sobre essa temática, será necessário resgatar na história o início dos movimentos sociais no Brasil, até a consolidação dos sindicatos como entidade representativa de classe e a luta dos trabalhadores em educação no Brasil. Dessa forma, será possível contextualizar o SIMTED-COXIM como representante da categoria da educação do município de Coxim-MS.

Nesse aspecto, o objetivo geral dessa pesquisa visa analisar os discursos dos profissionais da educação sobre o SIMTED-COXIM, identificando suas condições de produção e de sentido, como também apontar os desafios do movimento sindical da educação no município de Coxim-MS, demonstrar como se constitui a estrutura sindical brasileira e qual a condição mínima para sua criação, contextualizar a formação do SIMTED-COXIM e compreender as formações discursivas dos profissionais da educação em relação ao SIMTED-COXIM.

2-Procedimentos:

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “*UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE O SINDICATO MUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE COXIM-MS*”. Os participantes serão profissionais da educação pertencentes à Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul (SED), lotados no município de Coxim-MS, na condição de profissionais efetivos, convocados, ativos, inativos, filiados e não filiados ao Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Coxim-MS.

Ao participar desse estudo você permitirá que as pesquisadoras utilizem os dados coletados por meio de entrevista semiestruturada, combinando perguntas fechadas e abertas, que possibilite a você discorrer sobre o tema sem se prender à indagação formulada. Dessa forma, a técnica da coleta de dados será através de entrevista presencial gravada, com um gravador de voz e posteriormente transcrita, bem como a utilização de um caderno de campo para registrar movimentos, expressões faciais e outros gestos que o gravador não capta. Sua colaboração servirá para a produção da dissertação como requisito para a obtenção do título de mestre, do curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, pela Faculdade Latino-America de Ciências Sociais – FLACSO BRASIL.

A entrevista será realizada com perguntas direcionadas pela pesquisadora. O dia, a rubrica do pesquisador, a rubrica do participante, o local e o horário serão sempre combinados

previamente com você conforme sua disponibilidade, sem a necessidade de deslocamento do entrevistado. A entrevista pode durar até duas (2h) horas, com previsão de apenas um (01) encontro. Importante ressaltar que a transcrição das falas e os registros realizados durante a entrevista servirão para a análise da pesquisadora, nesse caso, todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais e armazenadas no Google Drive, por cinco anos, após esse período serão deletadas. Somente a pesquisadora e a sua orientadora terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.

3-Desconfortos e riscos:

A sua participação nessa pesquisa não infringe as normas legais e éticas. O risco que você pode correr é desconforto ou constrangimento em responder as questões, invasão de privacidade, cansaço, abalo emocional, social e cultural. Para minimizar esse risco as pesquisadoras deixarão a sua escolha o local da entrevista, de forma que você se sinta confortável, que seja arejado e privativo. Além disso, você poderá não responder as perguntas que achar constrangedoras, bem como se retirar da pesquisa em qualquer momento. Seus dados serão mantidos em sigilo. Em hipótese alguma, seu nome será citado no trabalho. Os procedimentos adotados nessa pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução Nº. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

4-Benefícios:

Espera-se que esse estudo possa contribuir para compreender os meios que possibilitam a multiplicidade de discursos, constituídos entre os profissionais de educação da rede pública estadual de Coxim-MS, que possa servir de inspiração e fonte para o surgimento de novas pesquisas relacionadas aos movimentos sindicais, com enfoque na Análise do Discurso Francesa e suas contribuições para o conhecimento do homem, partindo de conceitos importantes como: sujeito, discurso e ideologia. Também demonstrar que o movimento sindical se mantém resistente, e a sua existência tem sido relevante na conquista dos direitos e garantias dos trabalhadores(as) no decorrer dos séculos. As pesquisadoras se comprometem a divulgar os resultados obtidos nos espaços apropriados de debate dessa questão, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item 2.

5-Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário, caso sejam detectadas situações que indiquem a necessidade de uma assistência médica durante a entrevista.

No entanto, para participar dessa pesquisa serão adotados critérios de exclusão aos profissionais da educação que, pertencer à Secretaria Estadual em Educação do Mato Grosso do Sul, mas que não estão lotados no município de Coxim-MS, sejam eles, ativos, inativos, efetivos convocados, filiados ou não ao SIMTED-COXIM, também não poderão participar da pesquisa os profissionais que não estiverem no município no período da pesquisa.

Após a apresentação e aprovação da dissertação ao Curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais-FLACSO BRASIL, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre, a pesquisadora disponibilizará para cada participante uma cópia da dissertação.

6-Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe das pesquisadoras. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

7-Ressarcimento e indenização:

As pesquisadoras asseguram o ressarcimento de gastos, que porventura ocorram a você em decorrência direta dessa pesquisa, por meio de depósito em sua conta corrente; ainda, o direito a indenizações e cobertura material para reparação a dano causado diretamente pela pesquisa.

8-Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Mara Núbia dos Santos, nesse endereço: Rua Mohamed Taufic Nimer, através do telefone (67) 999664-4420 ou e-mail: maranubiasantos11@gmail.com. A pesquisa está sob orientação da professora doutora Natália Noschese Fingermann, telefone: (11) 98997-2065 e e-mail: nataliafinger@yahoo.com.br

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00h às 16:00h, na Avenida Ipiranga nº1071,

sala 608; CEP 01039-903, São Paulo-SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

9-O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre a proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido os esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante da pesquisa:

Data: // . (Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nessa pesquisa, exclusivamente, para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Data: // . (Assinatura do pesquisador)